



Vera Mónica dos Reis Joaquim

UMA EXPERIÊNCIA NA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE UMA CÂMARA MUNICIPAL (AGIR E PENSAR PARA ALÉM DA ROTINA)

Relatório de Estágio submetido como requisito para obtenção de Grau
de Mestre em Gestão da Formação e Administração Educacional,
pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
Orientador: Professor Doutor António Gomes Ferreira

Fevereiro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

UMA EXPERIÊNCIA NA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE UMA CÂMARA MUNICIPAL (AGIR E PENSAR PARA ALÉM DA ROTINA)

Relatório de Estágio submetido como requisito para obtenção de Grau
de Mestre em Gestão da Formação e Administração Educacional,
pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade de Coimbra

Orientador: Professor Doutor António Gomes Ferreira

Vera Mónica dos Reis Joaquim

Fevereiro de 2014

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que me acompanharam nesta jornada, o meu obrigado!

“A nossa maior fraqueza está em desistir.
O caminho mais certo de vencer é tentar mais uma vez.”

Thomas Edison

AGRADECIMENTOS

A realização desta Dissertação de Mestrado só foi possível graças à colaboração e ao contributo, de forma direta ou indireta, de várias pessoas e instituições, às quais gostaria de exprimir algumas palavras de agradecimento e profundo reconhecimento, em particular:

Ao Prof. Doutor António Gomes Ferreira, pela disponibilidade manifestada para orientar este trabalho, pela exigência de método e rigor;

Ao Dr. João Gaspar, mais que um mentor, um amigo, obrigado pelas longas conversas, pelo conhecimento transmitido e por acreditar no meu trabalho;

À Maria Antónia, pela presença e incentivo. Obrigada por todo o apoio mesmo quando seguiste outros caminhos;

Aos colegas do DDSFE à Dora, à Ana Paula Fernandes, à Jacinta, ao Reinaldo, ao Jorge, ao Filipe e ao Dr. João Teixeira, obrigado pelo acolhimento, mais que colegas foram uma família;

Aos colegas do GIG, ao Dr. Luís Vinha, à Isabel e à Liliana por todo apoio, disponibilidade e esforço em cumprir em tempo record os trabalhos em função deste mestrado;

Aos amigos da Comunidade São Francisco de Assis, à Aida e à Margarida por compreenderem e apoiarem a minha decisão nesta nova jornada;

A todos os amigos, pela prestimosa colaboração, amizade e espírito de entreatajuda, à Maria do Rosário, ao Rolando, ao Bruno, à Carmen, obrigada pelo vosso sorriso;

Ao Paulo Figueiredo, um especial obrigado, pelo companheirismo, por não me deixar desistir, mesmo quando as escassas horas de sono e as longas horas de trabalho me tiravam tempo à vida de estudante. Obrigada por acreditares que seria possível;

Por último, mas não menos importante, aos meus pais e irmão, pelo apoio e compreensão inestimáveis, pelos diversos sacrifícios suportados e pelo constante encorajamento a fim de prosseguir a elaboração deste trabalho.

A todos eles o meu sincero agradecimento.

RESUMO

O presente relatório resulta do trabalho realizado no âmbito do estágio profissionalizante, integrado no mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional. Este decorreu no Departamento de Desenvolvimento Social, Família e Educação da Câmara Municipal de Coimbra e permitiu completar a formação adquirida durante a frequência académica.

No âmbito do estágio, paralelamente à participação em atividades desenvolvidas pela entidade, foi efetuada a análise da Carta Educativa de Coimbra (2008/2015), no sentido de compreender se a mesma ainda corresponde às necessidades atuais da rede escolar do concelho. Deste estudo resultou o desenvolvimento de uma plataforma SIG (Sistema de Informação Geográfica) que permite a gestão da informação do território escolar, acessível na rede interna do município.

Os resultados obtidos, e que serviram de base à análise da Carta Educativa, apontam para um desajustamento da mesma, devido essencialmente a alterações demográficas e socioeconómicas da população, visíveis através dos Censos de 2011 e com forte impacto em todo o sistema educativo.

Neste sentido, torna-se imperativo, um novo planeamento estratégico para o parque escolar do concelho de Coimbra, que permita uma adequação às novas políticas e que tenha em consideração a nova dinâmica populacional.

PALAVRAS-CHAVE: Carta Educativa; Reorganização do parque escolar; Planeamento estratégico.

ABSTRACT

This report is the result of the work carried out within the framework of vocational training, integrated in the masters in Management Training and Educational Administration. This took place in the Department of Social Development, Family and Education of the municipality of Coimbra and allowed complete the training acquired during academic attendance.

In terms of professional training, along with participation in activities conducted by the entity, it was done an analysis of the educational charter of Coimbra (2008/2015), in order to understand if it still meets the current needs of the school network. This study resulted in the development of a platform SIG (Geographical information system) that allows you to manage the school territory information, accessible on the internal network of the municipality.

The results obtained, and which served as a basis for the analysis of Educational Charter, points to a mismatch of the same, due mainly to demographic and socioeconomic changes of the population, visible through the Censos 2011 and with strong impact on the entire education system.

In this sense, it becomes imperative, a new strategic planning for the school Park in the municipality of Coimbra, which allows an adjustment to new policies and which takes into account the new population dynamics.

Keywords: Educational charter; Reorganization of the school park; Strategic planning.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO E PALAVRAS-CHAVE	4
ABSTRACT AND KEY WORDS	5
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	13
POLÍTICA EDUCATIVA LOCAL	
1. As Autarquias Locais em Portugal	16
1.1. Constituição do Conselho Municipal de Educação	20
1.2. Agrupamentos de Escolas	20
1.3. Contratos de autonomia	21
1.4. Gestão de equipamentos e serviços	22
1.5. Carta Educativa	24
CAPÍTULO II	29
UM TÉCNICO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA	
1. Caracterização Institucional	29
1.1. Apoio às escolas	33
1.2. Apoio aos alunos	34
1.3. Projetos Complementares de Natureza Educativa	37
1.4. Conselho Municipal de Educação	47
2. Gestão organizacional do Estágio	39
2.1. Atividades desenvolvidas no Estágio	40
2.2. Apoio Administrativo	41
2.3. Apoio Logístico na Atividade: “Educação Financeira”	41
2.4. Apoio na Plataforma de Gestão Educativa (PGE)	43
2.5. Projeto SIG – Equipamentos escolares	44
2.5.1. Plano de trabalhos	46
2.5.2. Metodologia e design	47
2.5.3. Resultados finais	53

CAPÍTULO III	54
A CARTA EDUCATIVA DE COIMBRA 2008/2015 - PARA UMA LEITURA ATUAL	
1. Caracterização geral da população residente do concelho de Coimbra e respetiva rede escolar.	55
1.1. Dinâmica Populacional: Análise Demográfica e Desenvolvimento Sócioeconómico da população residente.	55
1.2. Projeções da dinâmica populacional	64
1.3. Desenvolvimento Socioeconómico	67
1.4. Análise da Rede Escolar do concelho de Coimbra	73
2. O 1º ciclo como lente do futuro do sistema educativo	78
2.1. Evolução dos Alunos inscritos no 1º Ciclo	79
2.2. Projeção da população do primeiro ciclo da rede pública (Coimbra)	80
2.3. Mobilidade dos Alunos do 1º Ciclo no Município de Coimbra	84
2. Diagnóstico estratégico e avaliação da Carta Educativa de Coimbra	85
3.1. Planeamento da Rede Educativa	86
3.2. Plano de Execução e Plano de Financiamento.	88
3.3. Situações especiais	89
3.4. Análise SWOT	90
4. Considerações finais	91
CONCLUSÕES	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXOS	100

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Organização do Estágio	39
Quadro 2. Cronograma do Plano de Estágio	40

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Fases da Carta Educativa	27
Figura 2. Estrutura Orgânica. CMC (2012)	30
Figura 3. Notícia Diário das Beiras	42
Figura 4. SIG: Localização de escolas	48
Figura 5. SIG: Exemplo de Formulário com a caracterização das escolas	49
Figura 6. SIG: Localização des equipamentos por freguesia	50
Figura 7. SIG: Distribuição des equipamentos por agrupamento	50
Figura 8. SIG: Plantas de localização	51
Figura 9. SIG: Ferramentas para estudos individualizados	52
Figura 10. SIG: Edição de dados da plataforma	52
Figura 11. Concelho de Coimbra	56
Figura 12. Variação da População Residente, nos Censos de 2011	57
Figura 13. Mapa dos Agrupamentos de Escolas	73
Figura 14. Mobilidade das crianças do 1º Ciclo (2011/2012).	85

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da População Residente (N.º) por local de residência	56
Gráfico 2. Taxa bruta da Natalidade (‰) por Local de residência	58
Gráfico 3. Evolução dos Núcleos familiares (N.º) por Número de Filhos	58
Gráfico 4. Idade média da mãe ao nascimento do Primeiro filho	59
Gráfico 5. População residente (%) por Local de residência e Ciclos de vida	59
Gráfico 6. Evolução da População residente (N.º) por Local de residência e Ciclos de vida	60

Gráfico 7. Evolução da População residente (N.º) por Grupos etários	60
Gráfico 8. Evolução do índice de Envelhecimento (N.º) por local de residência	62
Gráfico 9. Taxa de Crescimento migratório (%) por local de residência	63
Gráfico 10. Taxa de Crescimento efetivo (%) por local de residência	64
Gráfico 11. Taxa bruta da Natalidade (‰) e linha de tendência até 2020	64
Gráfico 12. Taxa bruta da Natalidade (‰) e linha de tendência de 2010 até 2020	65
Gráfico 13. Evolução da População residente por Grupos etários (0-19 anos) no Município de Coimbra e respetiva linha de tendência até 2020.	65
Gráfico 14. Evolução da População residente (N.º) por Grupos etários (0-19 anos) para o Município de Coimbra	66
Gráfico 15. Evolução do nível de escolaridade mais elevado (N.º)	67
Gráfico 16. População residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (%)	68
Gráfico 17. Taxa de Analfabetismo da População Residente (%) por local de residência	68
Gráfico 18. Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência	69
Gráfico 19. Taxa de desemprego (%) por Local de residência	70
Gráfico 20. Índice de polarização de emprego (N.º) por Local de residência.	71
Gráfico 21. Evolução do N.º de Empresa no concelho de Coimbra	71
Gráfico 22. Empresas (N.º), Atividade económica.	72
Gráfico 23. População residente com idade entre 3 e 5 anos a frequentar a educação pré-escolar (%) em 2011.	78
Gráfico 24. Evolução dos Alunos inscritos no 1º Ciclo (Nº), por Agrupamento de Escolas do Município de Coimbra	79
Gráfico 25. Evolução dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo público (Nº) no Município de Coimbra e respetiva linha de tendência até 2020	80
Gráfico 26. Cruzamento entre a evolução do número de alunos do EB1 da rede pública e o n.º de Crianças nessa idade escolar.	81
Gráfico 27. Evolução dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo (Nº) no Município de Coimbra, por Áreas urbanas, e respetiva linha de tendência até 2020	81

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Total de Equipamentos Escolares Ativos e agrupados no município de Coimbra	74
Tabela 2. Total de Equipamentos Escolares Ativos Não-agrupados no município de Coimbra	74
Tabela 3. Evolução do Nível de Escolaridade mais elevado completo da População residente do município de Coimbra	76
Tabela 4. Alunos Inscritos (Nº) nas Escolas do Município de Coimbra no Ano Letivo 2011/2012	76
Tabela 5. Fluxo migratório dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo, no Ano letivo 2011/12, nas Escolas do Município de Coimbra	83
Tabela 6. Fluxo migratório dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo, no Ano letivo 2011/12, nas Escolas do Município de Coimbra, por Concelho Fora da Zona do Município de Coimbra	84
Tabela 7. Obras realizadas a Equipamentos Escolares	89

INTRODUÇÃO

Tem vindo a ser solicitado aos municípios a promoção e a organização de atividades educativas, entre outras responsabilidades no campo da educação, que não estão na tradição da administração pública em Portugal. Em geral, o sistema educativo neste país da Europa Ocidental nunca encontrou nas autoridades municipais o interesse e a capacidade necessária para se desenvolver de acordo com uma estratégia municipal.

Apesar disso, nos últimos anos, tem-se falado muito do papel das autarquias na educação e, até, do seu envolvimento em aspectos que se ligam com o mundo escolar. No caso do município de Coimbra tem-se verificado, paralelamente aos restantes, que existe uma alteração progressiva do quadro legal no que respeita às atribuições de competências na educação, que vão no sentido de mudar a sua posição, passando a possuir uma maior e mais significativa intervenção no domínio da educação.

O sistema educativo português tem vindo a sofrer, ao longo do tempo, transformações demográficas e socioeconómicas, que levam a um ajustamento constante do território educativo. É neste sentido que se torna fundamental a monitorização e reavaliação das ferramentas de planeamento e gestão, permitindo desenvolver estratégias eficazes de reordenamento e conceção da rede educativa, rentabilizando o parque escolar.

Neste sentido, a Carta Educativa é considerada uma ferramenta importante ao planeamento e ordenamento do sistema educativo. Tendo por base o estabelecido no Plano Diretor Municipal, ela pode permitir aos autarcas atuar estrategicamente e tomar decisões conscientes e informadas.

O presente relatório de estágio, denominado “Uma experiência na Divisão de Educação de uma Câmara Municipal (agir e pensar para além da rotina)” insere-se no âmbito do Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional. Ele decorre da realização do estágio na Câmara Municipal de Coimbra, onde fomos colocados perante várias facetas relacionadas com a organização da educação no município e com a análise da Carta Educativa de Coimbra (2008/2015). Deste modo, este relatório divide-se em *três capítulos*:

O primeiro capítulo, intitulado *A Política Educativa Local*, corresponde ao enquadramento teórico do tema em estudo, com especial incidência na rede escolar, no seu planeamento e ferramentas utilizadas, destacando-se a Carta Educativa.

No segundo capítulo, denominado *Um Técnico Superior de Educação na Câmara Municipal de Coimbra*, pretende-se apresentar o enquadramento institucional do local de estágio, assim como, do respetivo relatório, através dos seus objetivos, organização e atividades desenvolvidas, entre as quais o Projeto SIG, onde é apresentada a plataforma que permitiu dar visibilidade ao trabalho desenvolvido.

Porque o conhecimento da rede escolar sempre constituiu um dos interesses maiores do nosso trabalho, o terceiro capítulo, intitulado *A Carta Educativa de Coimbra 2008/2015 – Para uma leitura atual*, apresenta uma análise desse documento e uma discussão sobre alguns dos seus aspetos, considerando novos dados, deixando algumas pistas para um trabalho mais consistente que esperamos venha a ser feito num futuro próximo.

Por fim, a última parte, a *Conclusão* é um simples e breve olhar por aquilo que a experiência do relatório proporcionou, apresentando uma reflexão crítica do processo e de todo o trabalho levado a cabo ao longo do Estágio.

CAPÍTULO I

POLÍTICA EDUCATIVA LOCAL

Ao longo das últimas décadas temos vindo a assistir a um conjunto de mudanças na dinâmica da escola, relativamente aos seus objetivos e à sua relação com a comunidade. Atualmente, a escola transformou-se em algo mais do que um simples local de transmissão de conhecimento, esta adotou uma preocupação sócio-relacional, e simultaneamente, teve de se adaptar às evoluções tecnológicas, para corresponder às exigências da sociedade. Contudo, não foi só a escola que mudou, verificou-se também mudanças nas políticas, nomeadamente nas relativas à organização da oferta e gestão escolar, bem como ao modo de organizar o Estado e o serviço público.

De acordo com as transformações políticas e económicas tem-se assistido a uma evolução na forma de atuação dos poderes centrais, no âmbito educativo. Esta evolução é visível devido à descentralização no sistema educativo, na qual se tem transferido poderes de decisão para o nível local, permitindo que o Estado se modernize e a administração melhore o seu desempenho, dando resposta às mudanças que têm surgido. É por este mesmo motivo que as autarquias têm ganho protagonismo, sendo-lhes permitido intervir mais ativamente e proativamente (Formosinho, 2005).

A massificação escolar conduziu também à necessidade de criação de novas formações escolares, que vão ao encontro da nova realidade onde se verifica uma diversificação dos alunos a nível cultural, económico, linguístico e tecnológico, assim como, ao aumento das responsabilidades da escola, no plano da integração social, da dinamização cultural, do desenvolvimento económico e da formação democrática dos cidadãos (Fernandes, 2005; Barroso, 1998).

Face a estas e a outras mudanças, que geram uma complexidade de situações no sistema educativo, tem-se assistido a uma alteração significativa do papel do Estado nos processos de decisão política e de administração da educação, na qual se tornou fundamental a intervenção de entidades como escolas, municípios e outras instituições e organizações locais que operam em contacto com as situações reais e que, portanto, conseguem mais facilmente soluções convenientes (Louro & Fernandes, 2004). É neste sentido, que se desenvolveu a partir da

década de 90, a tendência para uma maior descentralização dos sistemas educativos, transferindo-se “poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, reconhecendo a escola como um lugar central de gestão e a comunidade local (...) como um parceiro essencial na tomada de decisão” (Barroso, 1998: 33).

Existe toda uma legislação que representa uma maior descentralização do sistema. O Estado português respeita os princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública (art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa). No caso da Lei de Bases do Sistema Educativo (art.º 3.º) esta prevê a necessidade de “descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”. O Estado assinou e ratificou a Carta Europeia da Autonomia local, que define este tipo de autonomia como sendo o “direito e a capacidade efetiva das autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos” (Carta Europeia da Autonomia Local, art.º 2.º). Neste sentido, as autarquias passam a estar algo dependentes do poder central mas, paralelamente ao aumento do poder de decisão, passam também a ter competências para organizar aspetos relacionados com a educação e a vida escolar.

Claro que ao passarem-se competências para os municípios se está perante uma necessidade de descentralização. Segundo Pinhal (2004), as tendências da descentralização derivam da crescente complexidade dos subsistemas sociais, dificultando a eficácia da intervenção dos poderes centrais, isto porque, com a complexidade dos problemas a resolver, há a ideia de que devido à proximidade com a população, muitas das situações se resolvem melhor a nível local, assim como, o acesso facilitado de informação leva a população a deter cada vez mais a capacidade de intervenção, exigência e reivindicação, numa visão de “democracia participativa” e por conseguinte a perceção de que o desenvolvimento requer uma maior participação das comunidades locais.

De facto, a administração central tem tomado medidas de descentralização, tendo em vista facilitar e melhorar o desempenho do Estado, assim como, a eficácia e evolução do serviço de educação, no sentido de uma maior intervenção decisória por parte das entidades

loais. No caso das autarquias, esta intervenção prende-se com tarefas de natureza operacional e logística, embora com alguma evolução para a conceção e planeamento do sistema educativo local.

A territorialização da educação pode significar diversos modos de a organizar, que se baseiam nas capacidades das comunidades locais para tratar de alguns aspetos relativos ao sistema educativo. O conceito de territorialização, como refere Barroso “é utilizado para significar uma grande diversidade de princípios, dispositivos e processos inovadores, no domínio da planificação, formulação e administração das políticas educativas que, de um modo geral, vão no sentido de valorizar a afirmação dos poderes periféricos, a mobilização local dos atores e a contextualização da ação política” (1998: 34).

A territorialização pode corresponder também à possibilidade de executar localmente as políticas e as normas nacionais, o que implica a transferência para as organizações locais de novas tarefas executivas e de coordenação. Neste âmbito, é acentuada a dimensão meramente administrativa da descentralização, com uma autonomia local limitada, embora com a possibilidade de adaptação às características e às circunstâncias locais (Pinhal, 2006).

Diferente, e com um cariz mais político, é a territorialização que corresponde à construção de políticas locais, que embora dentro dos limites de intervenção local definidos por Lei, devolve ao local a capacidade para conceber e regulamentar uma parte importante da satisfação dos seus interesses e necessidades (Pinhal, 2004). Neste último caso, a descentralização pode corresponder a uma territorialização de base comunitária ou de base institucional.

Num modelo de territorialização de base comunitária temos uma comunidade local politicamente organizada, em que as organizações são associadas à conceção e à realização de políticas locais e projetos. No modelo de territorialização de base institucional, cada uma das diferentes organizações locais é dotada de autonomia para a definição do seu projeto, não se atribuindo importância à existência de políticas coletivas. Num quadro de mercado educacional a descentralização pode corresponder a uma situação de concorrência entre escolas de uma certa comunidade, principalmente se a escolha do equipamento escolar depender dos pais (Costa, 2010).

Em síntese, podemos verificar a existência de dois modelos distintos de territorialização, em que um se prende em executar localmente as políticas e normas nacionais e o outro em que o local é o quadro de produção de políticas próprias, tendo a variação entre base comunitária e base institucional.

1. As Autarquias Locais em Portugal

Em Portugal, as autarquias locais têm dignidade constitucional, a qual estabelece segundo a Constituição da República Portuguesa, nos termos do artigo 235º, a existência de autarquias locais, definindo-as como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.

Às autarquias locais têm sido atribuídas competências próprias, associadas à satisfação das necessidades das comunidades locais, as quais se encontram definidas por lei, sendo que “a única forma de tutela a que estão sujeitas é uma tutela de legalidade, a exercer por uma autoridade central nos termos definidos por lei, e destinada a verificar a correção dos seus procedimentos da gestão autárquica e não o mérito da substância das suas decisões” (Pinhal, 2006: 102). Neste sentido, as autarquias locais constituem-se como focos de poder político, cabendo-lhes, portanto, um papel essencial na qualidade de vida dos cidadãos.

Atualmente a Constituição reconhece três categorias de autarquias locais: as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. Por sua vez os municípios apresentam dois órgãos, a assembleia municipal e a câmara municipal, estas são autarquias de maior dimensão e com maior capacidade de intervenção, por comparação com as freguesias que são ainda muito dependentes do poder municipal.

No quadro legislativo pretende-se que os municípios intervenham num vasto conjunto de atribuições, de modo a que os objetivos que a lei lhes atribui sejam devidamente satisfeitos, justificando assim a sua existência. As atribuições de que os municípios dispõem são de vários domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção

civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal, cooperação externa (Costa, 2010).

A existência das autarquias locais, assenta no princípio da autonomia local, consagrado no n.º1 do artigo 3.º da *Carta Europeia de Autonomia Local* como “o direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações uma parte importante dos assuntos públicos”.

Como também refere a *Carta Europeia da Autonomia Local*, o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos. Esta orientação corresponde ao “princípio da subsidiariedade, tudo o que o município possa fazer de forma eficiente não deve ser feito pelo Estado. Ou seja, devem ser conferidas aos municípios, em detrimento da Administração Estatal, atribuições em áreas nas quais as suas atuações possam ter um efeito de melhoria na satisfação das necessidades coletivas” (Castro, 2007: 70), o que está igualmente em conformidade com o espírito da Constituição da República Portuguesa.

Ao longo dos anos, no âmbito educativo, têm vindo a ser “atribuídas responsabilidades e tarefas específicas com vista a potenciar a possibilidade e realização educativa da cidade e clarificar o papel dos diferentes agentes na rentabilização dessas potencialidades. A regulação da função educadora da cidade pode assumir diferentes formas, podendo o município assumir uma diversidade de papéis” (Machado, 2004: 164). Pelo que, será importante referenciar a evolução do papel das autarquias no âmbito da educação, no que respeita às competências e atribuições confiadas, fazendo referência aos principais diplomas legais.

Durante a vigência do Estado Novo, as autarquias eram responsáveis pela construção, conservação e manutenção das escolas primárias, não possuindo nem meios nem dinâmicas para mais e permanecendo à custa de subsídios do poder central, caso a caso (Pinhal, 2004). Com este panorama, podemos perceber, que nesta época, eram escassas as atribuições educacionais das autarquias locais, pois induziu-se a ideia de que a administração da educação seria matéria exclusiva do governo central.

Tal panorama mudou com a instalação do regime democrático em 1974, acentuando-se e valorizando-se a participação das autarquias (Fernandes, 2004), ao começarem a serem criadas condições para alterar o seu quadro de debilidade. Contudo, é só na década de 80 que se estabelecem os contornos legais da intervenção dos municípios, fixando-se algumas atribuições e conferindo intervenções que dizem respeito aos interesses próprios da população em variados domínios, nomeadamente no da educação. É o que se passa com o Decreto-Lei n.º77/84, de 8 de março, que atribuiu aos Municípios várias competências que implicaram consideráveis despesas em vários domínios (transportes escolares, ação social escolar, apoio a projetos das escolas, entre outros), que deve ser associado ao Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março, que fixou as atribuições e competências das autarquias locais e dos seus órgãos. Apesar deste quadro legislativo, questiona-se se de facto se considera que esta legislação permitiu uma descentralização, na medida em que apenas são transferidas tarefas logísticas e operacionais, que não correspondem a um reforço do poder de decisão dos municípios (Pinhal, 2004).

A própria aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986 (Lei n.º46/86, de 14 de outubro), parece revelar pouco interesse na alteração desta situação, uma vez que mantém praticamente a afirmação da existência de uma administração da educação fortemente centralizada, o que “denuncia, no mínimo, desconfiança quanto às capacidades das autarquias na educação, mantendo o modelo centralizado e o paradigma do Estado Educador” (Evangelista, 2004: 56).

No entanto, a Lei de Bases do Sistema Educativo, originou uma nova fase no reconhecimento da autarquia como agente educativo, no qual lhe é conferida a possibilidade de intervenção em certas áreas e modalidades do sistema educativo, como, por exemplo, na educação pré-escolar, educação especial, educação recorrente e de adultos e na formação profissional.

Uma nova fase inicia-se na década de 90, onde se constata uma alteração significativa no quadro legal, com uma nova perspetiva implícita nessas normas. Podemos fazer referência à saída do Decreto-Lei n.º115-A/98, de 4 de maio, onde são atribuídas um conjunto de novas competências às autarquias, associadas à gestão do sistema educativo local, como a participação na assembleia de escola, órgão de direção das escolas e dos agrupamentos de

escolas, a intervenção no processo de constituição dos agrupamentos de escolas e a criação dos conselhos locais de educação (Evangelista, 2004).

Podemos assim determinar, segundo Fernandes (2004), que existiram três fases de evolução na relação do poder autárquico com a educação, uma primeira em que são impostos aos municípios encargos financeiros no âmbito da educação inicial, uma segunda fase em que continuam com esses encargos e ganham um estatuto idêntico ao de agentes privados, e, por último, são reconhecidos como parceiro educativo público. Verifica-se então, que “existe uma tendência para que o poder central determine as grandes linhas orientadoras do sistema escolar, e que, dentro de uma margem de autonomia, seja o poder local a assumir a concretização e operacionalização de algumas delas. Esta orientação resulta de um processo de descentralização e da intervenção das autarquias, que, muitas vezes, anda à frente da legislação e que põe em prática ações que permitem o desenvolvimento do local, resultando em um maior protagonismo destas entidades” (Costa, 2010: 17).

Em matéria de educação são vários os diplomas legislativos que se referem às competências dos municípios. O principal é a Lei n.º159/99, de 14 de setembro, que fixa o quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios, existindo outros diplomas como a legislação sobre a administração e gestão das escolas públicas, sobre a educação pré-escolar, ou ainda, sobre a criação de conselhos municipais de educação e a elaboração das cartas educativas, entre outra legislação específica.

Neste sentido, de seguida serão apresentadas as atuais competências educacionais dos municípios, tendo em conta as várias fontes legais e a sua conjugação, agrupadas em três domínios: conceção e planeamento do sistema educativo local, construção e gestão de equipamentos e serviços e o apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação e ensino (Pinhal, 2004).

O grupo de competências que está associado à conceção e planeamento do sistema educativo prende-se com a criação do conselho municipal de educação, elaboração da carta educativa, constituição dos agrupamentos de escolas, participação nos conselhos gerais das escolas e a intervenção na celebração de contratos de autonomia das escolas.

1.1. Constituição do Conselho Municipal de Educação

Antes de existir a obrigatoriedade da criação do Conselho Municipal de Educação (CME), já alguns municípios tinham desenvolvido o interesse pela formação dos mesmos (Pinhal, 2006), sendo, no entanto, o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos locais de educação, alterando a sua designação para Conselho Municipal de Educação. Segundo este, os conselhos são definidos como instâncias “de coordenação e consulta, que têm por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo” (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, art.º 3.º).

Os CME possuem, no âmbito do planeamento da provisão local de educação, a coordenação do sistema educativo, o acompanhamento do processo de elaboração e atualização da carta educativa, a participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, apreciação de projetos educativos, medidas de desenvolvimento educativo em vários domínios, intervenção na qualificação e requalificação do parque escolar, entre outras. É ainda da sua competência definir regras relativas ao funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino (adequação das instalações, desempenho do pessoal docente e não docente, assiduidade e sucesso escolar dos alunos).

1.2. Agrupamentos de Escolas

Considera-se como Agrupamento de Escolas “uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino” (Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, art.º 6.º). Todavia, uma das definições mais objetivas de agrupamento de escolas foi a atribuída por Pinhal, definido como “uma nova unidade orgânica de gestão escolar que reúne diferentes estabelecimento de ensino (de diferentes segmentos e níveis do sistema educativo), segundo critérios de proximidade geográfica e de rentabilização de equipamentos já existentes. As

escolas pertencentes a um mesmo agrupamento dispõem de um projeto educativo, regulamento interno, orçamento comuns e têm os mesmos órgãos de gestão” (2006: 111).

Esta unidade organizacional tem como finalidade disponibilizar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica, prevenir a exclusão social e escolar, superando situações de isolamento de estabelecimentos de ensino, fortalecer a capacidade pedagógica das escolas, e por último, garantir o funcionamento de um regime de autonomia, administração e gestão.

Para a constituição desta nova unidade orgânica de gestão escolar devem ser considerados critérios, relativos à existência de projetos pedagógicos comuns, tais como a construção de percursos escolares integrados, a articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, a proximidade geográfica, a expansão da educação pré-escolar, a reorganização da rede educativa, entre outros.

No que diz respeito à proposta de criação de agrupamentos, para integração de estabelecimentos da educação pré-escolar e ensino básico, esta é da competência do/a diretor/a regional de educação, após devida consulta do Departamento de Avaliação, Prospetiva e Planeamento do Ministério da Educação (ME), assim como, dos municípios e dos órgãos de gestão das escolas envolvidas (Decreto-Lei n.º 115-A/98). Aqui, as autarquias apresentam um papel determinante, pois a constituição de agrupamentos de escolas depende da verificação cumulativa de vários requisitos, entre os quais o parecer favorável dos municípios, a compatibilidade com os princípios orientadores do reordenamento da rede educativa e com a carta educativa concelhia (Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de agosto, art.º 4.º).

1.3. Contratos de autonomia

Com base no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, art.º 56.º entende-se por contratos de autonomia “o acordo celebrado entre a escola, o Ministério da Educação, a Câmara Municipal e, eventualmente, outros parceiros da comunidade interessados, através do qual se definem objetivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projeto

educativo apresentado pelos órgãos de administração e gestão de uma escola ou de um agrupamento de escolas”.

A participação dos municípios neste reforço do processo de autonomia das escolas, verifica-se na sua representação nos Conselhos Gerais, tendo como uma das competências, aprovar as propostas de contratos de autonomia (Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de abril). Assim sendo, a autonomia desenvolve-se partindo de um processo onde são “reconhecidos aos agrupamentos de escolas e às escolas não agrupadas, diferentes níveis de competência e de responsabilidade, que são objeto de negociação entre a escola, o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, mediante a participação dos conselhos municipais de educação, podendo conduzir então à celebração de um contrato de autonomia” (Costa, 2010: 22).

1.4. Gestão de equipamentos e serviços

Uma das competências educacionais mais antigas dos municípios é a construção de escolas, estando inicialmente confinada ao antigo ensino primário, tendo como função a gestão do funcionamento das escolas no âmbito da conservação e manutenção das instalações, do fornecimento de mobiliário e outros equipamentos de apoio.

A construção e manutenção das escolas do 1º ciclo do ensino básico e dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública é da responsabilidade exclusivamente dos municípios. Relativamente às escolas dos 2.º e 3.º ciclo, estas competências eram exercidas de forma conjunta pelas administrações central e local. No entanto, o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, transfere para os municípios a gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Esta competência depende também da existência da carta educativa e da celebração de contratos de execução por cada município, ou seja, é a título não universal. Considerando-se a nível financeira a competência com maior peso nas despesas municipais.

É também da responsabilidade dos municípios, e segundo a legislação, a gestão dos refeitórios dos jardins de infância e das escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública.

Esta implica disponibilizar um serviço de refeições e a contratação e gestão de pessoal de cozinha e auxiliar, que garanta o funcionamento dos refeitórios. No entanto, estas tarefas podem não ser assumidas diretamente pelos municípios (serviço de refeições e a contratação e gestão de pessoal) podendo ser entregues a outras entidades, ficando estas, por sua vez, sob a orientação e o financiamento do município (Pinhal, 2006).

O Despacho n.º 22 251/2005, de 25 de outubro, define o modelo de financiamento que permite aos municípios acautelar o fornecimento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do ensino básico, que foi alterado com o Despacho n.º 18 987/2009, de 17 de agosto. Este último despacho, define o preço das refeições e o montante das comparticipações a suportar pelas diversas partes envolvidas.

O modelo de financiamento proposto definiu 2,5€ como sendo o valor máximo da refeição e 1,46€ o preço a pagar pelos alunos, definiu ainda uma comparticipação de 50% sob o valor da refeição, ficando os restantes 50% ao encargo do Ministério da Educação. Este apoio permite que os alunos que beneficiam da ação social escolar (Escala A) estejam isentos do pagamento ou devam pagar somente 50% (Escala B), podendo, no entanto, o município decidir financiar ambos (Escala A e B) na totalidade.

Através deste modelo, embora os municípios tenham “menos responsabilidades” continuam a exercer um controlo direto da gestão do fornecimento das refeições, acompanhando no local o funcionamento do serviço, bem como a fiscalização do cumprimento das normas.

A situação relativa à gestão de pessoal não docente, encontra-se regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho e vários municípios assumiram esta responsabilidade, carregando nomeadamente o seu funcionamento. A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, apenas previa que os municípios gerissem o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, mas o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, alargou esta competência a todo o ensino básico.

Assim, a Câmara Municipal exerce competências também relativas ao pessoal não docente dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico em matérias de recrutamento, afetação e colocação

do pessoal, gestão de carreiras e remunerações, poder disciplinar e avaliação do desempenho do pessoal.

Para efeitos de determinação do valor das transferências, do orçamento do Ministério da Educação para os municípios, a Portaria n.º 1409-A/200, de 16 de setembro, estabelece os critérios e a fórmula de cálculo da dotação máxima de referência do pessoal não docente, para o pagamento das suas remunerações.

1.5. Carta Educativa

A elaboração da Carta Educativa é ainda uma das competências e atribuições a acrescentar às Autarquias Locais, enquanto documento no âmbito educacional, surgindo como organizadora do território em matéria da oferta escolar. Mais conhecida como Carta Escolar, os primeiros estudos surgiram na década de 80, como uma metodologia de planeamento, vista como uma (re)configuração da rede educativa. A sua elaboração como a conhecemos tornou-se obrigatória em 1999, todavia alguns municípios já a colocavam em prática, direcionando-a apenas para uma gestão dos equipamentos educativos localizados nos seus territórios, numa visão de conhecimento pormenorizado e rentabilização do parque escolar (Pinhal, 2006). Outros ainda demoraram algum tempo a concretizar esta exigência legal.

A partir de 2005 desenvolve-se um intenso processo de elaboração, aprovação e homologação das Cartas Educativas, que se concluiu em 2010. Em 2007, o Ministério da Educação lança o Programa Nacional de Requalificação da Rede do 1º Ciclo do ensino básico e da Educação Pré-escolar, que visa garantir a igualdade de oportunidades de acesso a espaços educativos, com a dimensão e os recursos adequados à promoção do sucesso educativo. O programa tinha como objetivos investir em escolas com mais que um nível de ensino, aumentar o número de alunos por escola, criar condições para que os estabelecimentos funcionem em regime normal e eliminar os edifícios de construção precária (ME, 2007).

De qualquer modo, a Carta Educativa tem por base a Lei de Bases do Sistema Educativo, o Decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro e legislação complementar. Esta é

ponderada pelos poderes locais de acordo com critérios e limites definidos centralmente e constitui-se como parte integrante do Plano Diretor Municipal (PDM). Além da Câmara Municipal, outros organismos com diferentes níveis de competência podem intervir, nomeadamente: Assembleias Municipais (AM); Conselhos Municipais de Educação (CME); serviços locais, regionais e centrais do Ministério da Educação - Direções Regionais de Educação (DRE's); Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE); Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's); e Associações de Municípios.

No fundo, trata-se de um documento que pretende olhar para os municípios como um todo, perspetivando a distribuição dos equipamentos escolares em função das condições do território e das suas populações, tratando-se tão só de um documento de cariz oficial, de âmbito do ordenamento do território. Esta tem como visão “melhorar o ensino, através de uma utilização eficaz dos edifícios escolares e dos equipamentos de um determinado território” (ME, 2011: 4) e tem como objetivos (ME, 2000):

- Contribuir para o reordenamento e conceção da rede educativa, rentabilizando o parque escolar existente, de acordo com as políticas educativas locais em vigor e as oscilações da procura da educação;
- Orientar o desenvolvimento do Sistema Educativo no município, tendo por base o desenvolvimento económico e sociocultural;
- Suportar a tomada de decisões relativamente à suspensão de escolas, construção de novos equipamentos escolares e ampliação ou beneficiação de estabelecimentos ativos no sentido de otimizar a funcionalidade da rede existente;
- Racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos educativos;
- Fomentar a ligação (institucional e pedagógica) entre escolas de vários níveis de ensino, que estejam em proximidade geográfica, embora possam não se enquadrar no mesmo agrupamento.

Enquanto instrumento de apoio ao reordenamento e requalificação da rede educativa municipal a “Carta Educativa ocupa-se do planeamento prospetivo das necessidades de equipamentos e recursos para as modalidades de ensino e educação não superior: o ensino regular, a educação especial, o ensino profissional, o ensino recorrente e a educação extraescolar (modalidades de educação definidas pela Lei de Bases do Sistema Educativo),

tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos” (Cordeiro, 2011: 340). Esta pretende assegurar a adequação da rede de estabelecimentos educativos à procura, levando à tomada de decisões relativamente à construção de novos estabelecimentos de ensino, à suspensão de escolas e à reconversão e adaptação de estabelecimentos de ensino. De igual modo, visiona-se a promoção do desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município (artigo 11º do Decreto-lei.º 7/2003). Neste sentido, Cordeiro defende ainda que a reorganização da rede deve ser alargada aos restantes níveis de ensino, de modo a permitir que a otimização de recursos seja efetiva em toda a rede escolar do nosso país (2011).

Neste momento, deve-se ter em conta não só “a realidade atual mas, fundamentalmente, uma perspetiva do que deverá ser a oferta e a procura nas próximas décadas” (Cordeiro, 2011: 340). Pelo que, de modo a permitir uma adequação da rede educativa a elaboração da Carta Educativa e concretização deverão ser realizadas tendo em conta o quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município e de acordo com as ofertas de educação e formação que sejam necessárias satisfazer (Cordeiro, 2011).

Por conseguinte, o processo da Carta Educativa caracteriza-se por ser moroso e minucioso, sendo caracterizado por “cinco fases elaboração: aprovação; homologação; concretização e monitorização (ver figura 1). Ao longo de todo o processo, a competência para a tomada das decisões é, quase sempre, da Câmara Municipal durante a 1.ª e 2ª fases; depois de elaborada a Carta Educativa e após discussão e parecer do CME, e aprovada pela Assembleia Municipal do respetivo município. Ultrapassadas as duas primeiras fases, a Carta Educativa fica sujeita à homologação governamental (3.ª fase) para poder passar às fases de concretização e monitorização (4.ª e 5.ª fases) que dependem em termos de competência, dos municípios (Cordeiro, 2011).



Figura 1. Fases da Carta Educativa

A Carta Educativa é então conceptualizada como um documento estratégico que procura racionalizar, redimensionar e incrementar a qualificação dos estabelecimentos de ensino que compõem a rede escolar municipal e considera-se como mais uma ferramenta de auxílio à decisão política, sendo “um instrumento fundamental no planeamento, programação e gestão da rede escolar, assim como, um elemento essencial para o futuro do projeto educativo” (Dec. Lei nº 7/2003).

Embora não se encontrem publicados os dados definitivos, segundo Cordeiro (2011) é possível, mesmo assim, fazer um balanço da concretização das Cartas Educativas a nível nacional, com destaque para a situação na região centro. Este refere ainda que os “dados globais disponibilizados pelo Ministério da Educação, para o período 2008 a 2010, referem a aprovação de financiamento para 566 Centros Escolares, com 333 concluídos e 128 em obra. Relativamente à rede de jardins de infância, foram aprovados 181 projetos, 28 dos quais já concluídos. Em paralelo assiste-se ao encerramento de 2800 escolas do 1ºCiclo e 150 jardins de infância” (Cordeiro, 2011: 348). Estes dados não devem fazer esquecer que há uma racionalização da rede escolar e que ela vem sendo definida pelo poder central.

Na verdade, em nome da racionalidade administrativa, tem-se avançado com o fecho de escolas primárias e com agregações de escolas e agrupamentos. Por outro lado, o Estado Central intervém cada vez mais sobre as escolas condicionando o seu funcionamento e partir de uma visão centralista. Paralelamente a esta centralização outros acontecimentos começam a ser visíveis, principalmente o decréscimo da taxa de natalidade que é visto como uma das causas da redução do número de alunos e da necessidade de se adequar a oferta de equipamentos escolares. Segundo dados do Ministério da Educação (ME) no ano letivo de 1997/1998

existiam 14127 estabelecimentos de ensino, em 2006/2007 existiam por sua vez 10071. Comparando estes dados com a atual realidade do parque educativo, verifica-se que este número tem vindo a decrescer. As cartas educativas tiveram muitas vezes em consideração o problema demográfico mas raramente o pensaram de uma forma estratégica.

Todavia, as cartas educativas podem ser instrumentos de planeamento de inegável interesse. Segundo Cordeiro permitem corporizar uma visão prospetiva e integradora das dinâmicas dos territórios geográficos, sociais e educativos que compõem o município. Já temos muitas reservas que elas tenham sido capazes de seguir o que diz o autor atrás citado: “apoiar-se num sistema flexível de soluções capaz de servir e patrocinar as diferentes respostas nos níveis infra e intermunicipal; materializar a importância da participação dos atores locais na construção das propostas e na tomada de decisão; promover o envolvimento de equipas de planeamento (Universidades, empresas, técnicos municipais, etc.), exteriores à estrutura institucional do Ministério da Educação; remeter o Estado a um papel de regulador e cofinanciador da rede escolar; fomentar a necessidade de monitorização periódica” (2011: 342). Na maior parte dos casos, as cartas educativas pouco serviram às políticas educativas municipais.

CAPÍTULO II

UM TÉCNICO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Atualmente, ser Técnico Superior de Educação exige um elevado grau de qualificação, de responsabilidade e autonomia, para o desenvolvimento das suas funções, que se centram essencialmente num trabalho de estudo e técnico. Neste sentido, é de todo fundamental a realização de um trabalho prévio, no terreno, que permita adquirir conhecimentos a partir de situações reais, e, por conseguinte, experiência e ciência. Um estágio tende a servir esse desiderato de buscar compreensão da realidade através da ação.

Com a realização de um estágio pretende-se completar a formação adquirida durante a frequência académica, através do contacto com profissionais no seio das organizações e no exercício das suas funções. Pretende-se ainda uma progressão da capacidade de reflexão, conceptualização, análise e síntese, assim como, desenvolver características de comunicação intra e interpessoais, nomeadamente através do trabalho em equipa. Podemos, assim, considerar que, através do estágio, se complementa a aquisição de conhecimentos, com o incentivo pela procura do aperfeiçoamento profissional.

O estágio na Câmara Municipal de Coimbra surgiu na sequência de um estágio de verão no Departamento de Desenvolvimento Social, Família e Educação (DDSF), que teve como objetivo acompanhar a situação da Carta Educativa de Coimbra em vigor (2008/2015), pelo que o estágio começou por se centrar no estudo do parque escolar, com o objetivo de o conhecer e analisar a sua dinâmica.

Contudo o estágio acabou sendo muito mais que isso. Ele permitiu o contacto com toda a complexidade presente numa Direção de Educação e participar em atividades do departamento.

1. Caracterização Institucional

A cidade de Coimbra é sede de um município que se situa na faixa litoral do país e destaca-se por ser o maior município da zona centro de Portugal. O seu concelho é constituído

por uma população de 143 396 habitantes, distribuídos por 31 freguesias e situa-se na sub-região do Baixo Mondego (NUTS III) (INE, 2012).

A cidade de Coimbra em si já tem uma grande tradição na área da educação, por causa da Universidade de Coimbra, que, fundada em 1290, conta atualmente com cerca de 30 mil estudantes e é vista como referência na área do Ensino a nível nacional e internacional.

A Câmara Municipal de Coimbra é o órgão autárquico deste concelho e tem por missão definir e executar políticas, tendo em vista a defesa dos interesses e satisfação das necessidades da população local. A ela cabe-lhe promover o desenvolvimento do município em todas as áreas da vida, como a saúde, a educação, a ação social e habitação, o ambiente e saneamento básico, o ordenamento do território e urbanismo, os transportes e comunicações, o abastecimento público de água, o desporto e cultura, a defesa do consumidor e a proteção civil.

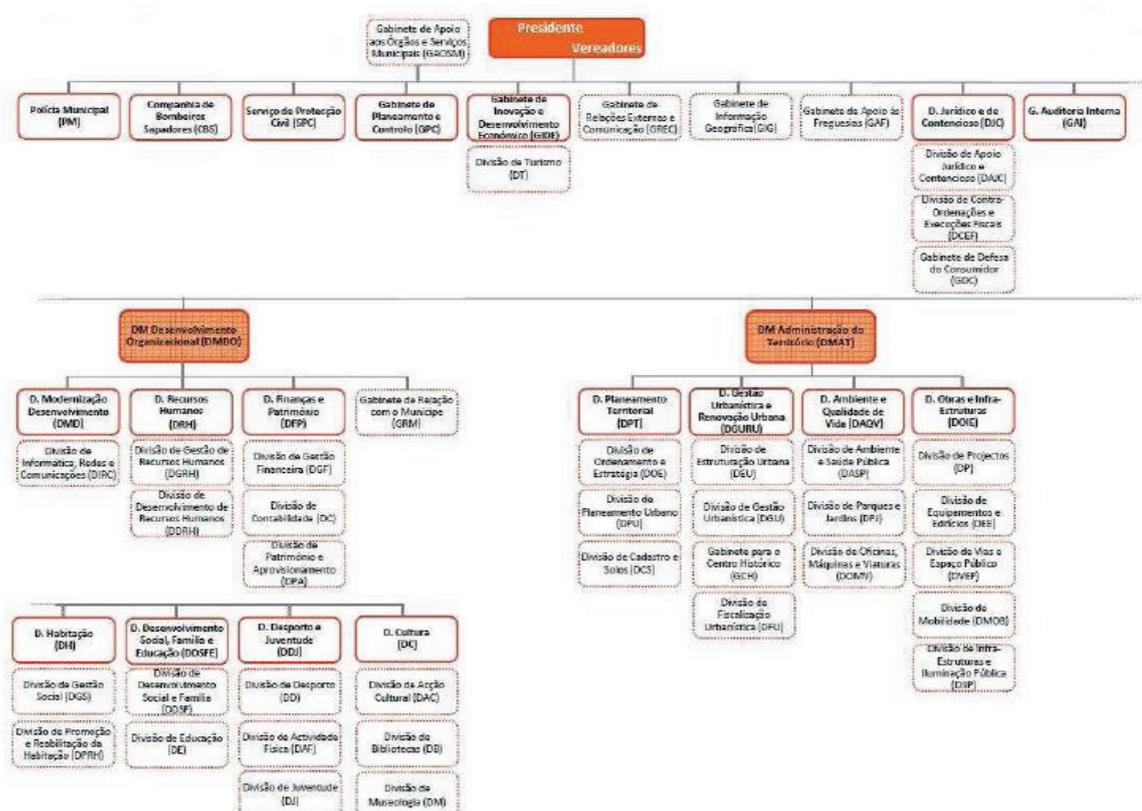


Figura 2. Estrutura Orgânica CMC em 2012

À data da realização do estágio (2012) a estrutura orgânica da Câmara Municipal de Coimbra era composta por uma Administração Autárquica que compreendia duas direções e 12 departamentos que distribuíam as suas competências entre várias divisões. No caso em particular da Divisão de Educação, esta encontrava-se incluída no Departamento de Desenvolvimento, Social Família e Educação (Figura 2). As suas Unidades Orgânicas Nucleares e Estrutura Flexível poderão também ser consultadas em anexo.

Vários são os diplomas legislativos que se referem às competências dos municípios em matéria de educação. O principal é a Lei n.º159/99, de 14 de Setembro, que fixa o quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios. No caso do município de Coimbra, as atuais competências educacionais encontram-se agrupadas em três domínios: concepção e planeamento do sistema educativo local, construção e gestão de equipamentos e serviços e o apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação e ensino. De acordo com o artº 68º do regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Coimbra, publicado no DR, II Série nº 300, de 30 de dezembro de 2003 a Divisão de Educação tem como responsabilidades

- a) Assegurar, em colaboração com as unidades orgânicas competentes do Departamento de Infraestruturas Municipais, o apetrechamento e manutenção dos edifícios do ensino público pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;*
- b) Proceder ao levantamento das necessidades dos alunos mais carenciados e, em função delas, propor apoios financeiros no âmbito da ação social escolar para aquisição de livros, material escolar e didático e transporte;*
- c) Providenciar pelo fornecimento de refeições assegurando o funcionamento dos refeitórios nas escolas, bem como os apoios aos transportes escolares;*
- d) Propor a atribuição de subsídios para alimentação nos termos e limites da lei;*
- e) Preparar as decisões de apoio financeiro e técnico às bibliotecas escolares em articulação com a Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação;*
- f) Propor apoios à concretização de planos de atividades das escolas no âmbito de ações sócio-educativas, projetos educacionais específicos e de intercâmbio escolar,*

dando prevalência aos que visem fomentar o conhecimento da história e realidade física, político-administrativa, económica, patrimonial ou humana do Concelho;

g) Apoiar as campanhas de educação cívica e as de promoção de estilos de vida saudáveis;

h) Manter atualizada a Carta Escolar do Concelho em estreita colaboração com o Departamento de Planeamento;

i) Garantir equidade e acesso universal a educação a todas as crianças e jovens do município em idade escolar e bem assim acesso a formas de educação recorrente ou outras a todos os munícipes;

j) Promover medidas de combate ao abandono e insucesso escolares;

l) Acompanhar e avaliar as obras de restauro e conservação das instituições escolares e bem assim propor novas edificações ou arranjos;

m) Dotar os Jardins de Infância e Escolas legalmente abrangidas por gestão municipal de meios humanos e materiais bastantes ao bom desempenho dos docentes e discentes daqueles graus de ensino;

n) Elaborar programas de divulgação científica e outras medidas de formação nas áreas científicas e tecnológicas com vista, deSIGNadamente, à utilização de novas tecnologias;

o) Organizar visitas de estudo, encontros, festividades e dias comemorativos de apoio ao processo educativo e em colaboração com as diversas instituições escolares ou académicas;

p) Preparar e implementar meios e medidas de educação e expressão artística, físico-motora e de aprendizagem de novas tecnologias em todos os graus de ensino, e em especial, nos jardins de infância e escolas do 1º ciclo.

Na sequência das responsabilidades citadas, a divisão enquadra um conjunto de atividades das quais apresentamos algumas das mais prioritárias e visíveis na comunidade, através das informações.

1.1. Apoio às escolas

Uma das competências mais visíveis das autarquias é o apoio às escolas, sendo divididos os recursos entre os alunos e as necessidades inerentes à manutenção e funcionamento dos estabelecimentos escolares, onde se destacam as telecomunicações e o material didático como prioridades que vão ao encontro do n.º 1 do Artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, no qual é referido que compete aos órgãos municipais realizar investimentos na “construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar (e) das escolas do ensino básico”, da rede pública. A atribuição destes apoios/subsídios às Escolas está dependente da fixação da rede escolar para o ano letivo pelos serviços regionais do Ministério da Educação.

Relativamente aos materiais didáticos estes são considerados como essenciais à organização escolar e ao seu adequado funcionamento na prática pedagógica. Estes, considerados como recursos de desgaste (giz, fichas, fotocópias, cartolinas ,etc.) são atribuídos às escolas do 1.º ciclo do ensino básico no início de cada ano letivo por parte da Câmara Municipal de Coimbra.

No ano letivo 1998/99 houve instalações de telefones nos estabelecimentos de educação e ensino, algo significativo para as comunicações, uma vez que permitiu melhorar a eficácia em caso de necessidade de situações imprevistas e reduzir o isolamento das escolas periféricas, promovendo assim a melhoria da qualidade de desempenho dos estabelecimentos e das condições de aprendizagem das crianças. Tal só foi possível através do Protocolo que permitiu equipar com telefones as Escolas do 1.º ciclo do ensino básico e Jardins de Infância da Rede Pública do Município de Coimbra, celebrado entre a Câmara Municipal de Coimbra, a Direção Regional de Educação do Centro e a Portugal Telecom.

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 da Cláusula Quinta do referido Protocolo atualmente cabe à Câmara Municipal o pagamento dos custos relativos à assinatura mensal e aluguer de telefone das linhas telefónicas dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Município de Coimbra, sendo o referido pagamento efetuado com base no tarifário em vigor para cada ano civil. A atribuição deste subsídio às Escolas está dependente da fixação da rede escolar para cada ano letivo pelos serviços regionais do Ministério da Educação. A Câmara Municipal de Coimbra tem suportado o pagamento dos encargos fixos relativos à assinatura mensal e aluguer das linhas telefónicas dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Município. Atualmente suporta igualmente os valores associados ao uso da internet, já instalada na maioria das escolas ao encargo do município.

1.2. Apoio aos alunos

Parte dos apoios aos alunos passa por auxílios económicos que têm exclusivamente como beneficiários os alunos candidatados para o efeito. Estes apoios têm como base o Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, alínea e) do n.º 1 do art.º 4º, que regula a transferência para os municípios de novas competências em matéria de ação social escolar, onde compete às câmaras municipais “aprovar a atribuição de auxílios económicos” e a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, alínea d), do artigo 19.º, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, onde se diz que compete aos órgãos municipais “comparticipar no apoio (..) aos alunos do ensino básico, no domínio da ação social escolar”.

O processo administrativo é conferido pelos serviços da Divisão de Ação Social, de acordo com os escalões de capitação, definidos anualmente por um Despacho conjunto das Secretarias de Estado da Educação e da Administração Educativa. No que respeita ao valor, este é definido em reunião com Conselho Consultivo de Ação Social Escolar, onde é analisado qual o mais adequado para a aquisição de três livros obrigatórios e um livro de fichas e em reunião de Câmara é aprovado atribuir, a título de auxílios económicos para cada ano letivo, subsídios para aquisição de livros aos alunos carenciados dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e do ensino básico mediatizado.

Estes apoios distribuem-se entre a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do ensino básico. O primeiro é constituído por dois elementos distintos mas complementares: letivo e não letivo, sendo o letivo da responsabilidade do Ministério da Educação e o não letivo assumido pela autarquia, mediante celebração anual de um Acordo de Colaboração com a Direção Regional de Educação de Lisboa e o Centro Distrital Segurança Social e regulamentada pelo Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro e pela Portaria n.º 583/97, de 30 de junho.

Na educação pré-escolar fica ainda estabelecido que para além dos períodos específicos para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, curriculares ou letivas, existam atividades de animação e apoio às famílias, de acordo com as necessidades destas (art.12.º da Lei n.º 5/97 de 10 de fevereiro).

De acordo com o disposto na alínea a) da Cláusula VII do Acordo de Cooperação para a Educação Pré-Escolar, “a Câmara Municipal obriga-se a assegurar a colocação de pessoal com funções de auxiliar de ação educativa e o pessoal responsável pelo desenvolvimento de atividades (...) de animação sócio-educativa”. Para o efeito, é lançada anualmente uma oferta pública de emprego para contratação a termo certo de assistentes de ação educativa e auxiliares de animação sócio-educativa, cuja validade previa recorrer “aos candidatos/as classificados/as e ordenados/as nesta oferta pública de emprego para obviar às necessidades que se venham a verificar no decurso do ano letivo”.

Nos termos da Cláusula III do referido Acordo de Cooperação “a Direção Regional de Educação, o Centro Regional de Segurança Social e a Câmara Municipal colaboram entre si e com outras instituições e organismos, tendo em vista o desenvolvimento de atividades de interesse comum e o melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais disponíveis”. Assim, solicitada a diversas entidades (instituições privadas de solidariedade social, estabelecimentos de ensino e associações de pais) informação sobre a sua disponibilidade, para assegurar diariamente, no âmbito da sua área geográfica de implantação, as refeições necessárias aos jardins de infância da rede pública, bem como o respetivo preço unitário.

Em face ao estipulado, tendo em vista o pagamento das refeições a cada entidade fornecedora, elabora-se a lista dos jardins de infância abrangidos pelo serviço de refeições e respetiva entidade fornecedora, bem como o preço unitário e a despesa prevista para o ano letivo.

No que respeita ao 1.º Ciclo do ensino básico, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Ministério da Educação, no âmbito das reuniões técnicas relativas à preparação do processo de transferência de competências para as autarquias, celebraram em 1996 um Acordo de Cooperação relativo ao apoio ao regime alimentar dos alunos nos termos do qual cabe às câmaras municipais “a comparticipação no valor do custo real refeição / aluno do 1.º ciclo, de acordo com os critérios e em idênticos montantes à comparticipação das direções regionais de educação nos encargos com a alimentação para os alunos dos outros ciclos de escolaridade”, suportando o diferencial entre o custo da refeição e o preço tabelado.

Tendo por base os diplomas atrás referidos e o Despacho conjunto que anualmente define o preço tabelado para as refeições escolares dos alunos dos estabelecimentos do ensino básico, no ano letivo 1997/98, a Câmara Municipal de Coimbra, na concertação de esforços com Associações de Pais, Escolas e Juntas de Freguesia, deu início ao Programa de Alimentação Escolar para o 1.º Ciclo do ensino básico, através do qual o município comparticipa na totalidade os escalões A e B.

No que respeita à confeção e distribuição das refeições, atualmente existe uma entidade, delegada por concurso e por forma a diminuir o período de tempo, que medeia entre a realização das despesas por parte dos encarregados de educação e o seu reembolso, segue-se o princípio de uma transferência financeira antecipada devidamente gerido pela divisão da educação.

Em seguimento do Acordo de Colaboração relativo ao apoio ao regime alimentar dos alunos celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Ministério da Educação, cabe ainda à câmara municipal o transporte de leite escolar entre a sede do município e as escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins de infância da área geográfica, cabendo ao Ministério da Educação a distribuição diária e gratuita de 2 dl de leite.

Assim, após todo o processo de concurso, adjudicação e programação das quantidades de leite por estabelecimento efetuado pelos serviços regionais e locais do Ministério, o seu transporte é efetuado pela Câmara Municipal de Coimbra.

1.3. Projetos Complementares de Natureza Educativa

A Câmara Municipal dá o seu apoio também a Projetos Educativos de instituições para além das Escolas do 1.º CEB e Jardins de Infância, desde que seja considerado relevante e promovidos nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 19º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Assim, de acordo com os pedidos de apoio formulados por instituições e estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º CEB, procede-se à análise dos pedidos e à instrução de diversos processos. No caso dos pedidos de apoio no transporte para visitas de estudo efetuadas por alunos de Jardins de Infância, Escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e outras Entidades a instrução de cada um destes processos implica:

- a) Pedido de orçamento do aluguer de autocarros aos SMTUC;
- b) Elaboração da proposta tendente ao apoio da Câmara Municipal de Coimbra;
- c) Envio de ofício às entidades que formularam os pedidos informando-as do apoio da Câmara Municipal.

Entre as áreas prioritárias na área da educação estão fundamentalmente aquelas que têm a ver com as atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico. No fundo, trata-se de dar resposta a solicitações das escolas de modo a poderem concretizar atividades extra-curriculares.

1.4. Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação (CME), anteriormente designado Conselho Local de Educação, alterado pelo Dec-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o seu funcionamento e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência.

No caso do CME de Coimbra, e segundo o regimento aprovado, compete-lhe realizar coordenação do sistema educativo e a articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego; fazer o acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do concelho; participar na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos nos artigos 47º e seguintes do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio; apreciar os projetos educativos a desenvolver no município; adequar diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios sócio-educativos, à rede de transportes escolares e à alimentação; indicar medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, de actividades de complemento curricular, de qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, de desenvolvimento do desporto escolar, e até iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania. Deve ainda este órgão atender a programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos e ainda a intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar.

Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Educação analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.

2. Gestão organizacional do Estágio

No Departamento de Desenvolvimento Social, Família e Educação (DDSFÉ), tivemos a oportunidade de colaborar com os órgãos de administração e gestão, nas tarefas que nos foram atribuídas após o início do estágio em 10 de outubro de 2011 e que tiveram o seu término em 15 de julho de 2012.

As pessoas responsáveis pelo estágio foram o Diretor do DDSFE, Dr. João Carlos Gaspar e a Dra. Maria Antónia Lucas da Divisão de Educação.

O tempo de trabalho foi distribuído de segunda a sexta, num total de 5 horas diárias, a realizar entre as 10h e as 17h, pelo que, de outubro de 2011 a julho de 2012 foram desenvolvidas atividades no DDSFE, perfazendo um total de nove meses, distribuídos num total de 970 horas.

Organização do Estágio	
Local de Estágio	Câmara Municipal de Coimbra - DDSFE
Supervisão	Diretor do DDSFE – Dr. João Carlos Gaspar
Acompanhamento	Dra. Maria Antónia Lucas (Divisão Educação)
Duração	9 meses – 25 horas semanais – total 970 horas

Quadro 1. Organização do Estágio

No âmbito do estágio procuram-se atender a objetivos que tivessem em vista ao desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, nomeadamente:

- adquirir contacto com a realidade profissional numa câmara municipal;
- consolidar e desenvolver as competências profissionais adquiridas ao nível da preparação académica;
- desenvolver competências profissionais como a autonomia técnica, a iniciativa e o sentido de responsabilidade;
- proceder a uma análise à Carta Educativa de Coimbra;

- participar no suporte administrativo da Divisão de Educação;
- acompanhar iniciativas acolhidas pela Divisão de Educação.

O local de estágio acabou por ser mais do que uma sala, foi onde se fez a ação e muito com outros colaboradores, funcionários da CMC e responsáveis pela gestão dos transportes e das refeições escolares, o que permitiu a partilha de experiências e por conseguinte o enriquecimento do meu trabalho.

2.1. Atividades desenvolvidas no Estágio

Um estágio é sempre uma caixinha de surpresas. Se tínhamos como um dos objetivos principais proceder à análise da Carta Educativa, acabámos por nos dedicar a muitos outros aspetos, acompanhando a complexidade das atividades inerentes à divisão da educação. Muitas das vezes tivemos que abraçar coisas que derivavam daquela ocasião. Assim, paralelamente ao acompanhamento da análise da Carta Educativa, no âmbito do estágio profissionalizante foram concretizadas outras atividades, que igualmente permitiram uma maior interação com os técnicos do departamento e favoreceram o enriquecimento da experiência profissional.

Embora não se pretenda dar conta de todas as atividades do estágio, abaixo expõe-se o cronograma das que consideramos mais significativas. A sua repartição foi elaborada tendo em consideração uma visão quinzenal. Como é evidente algumas das atividades foram desenvolvidas em simultâneo com outras, algumas mesmo não aqui indicadas.

Fases	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Estudo da Documentação		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>							
Recolha de Dados sobre o Parque Escolar e Município de Coimbra		<input type="checkbox"/>								
Apoio Administrativo		<input type="checkbox"/>								
Apoio Logístico na Atividade: “Educação Financeira”				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					
Apoio na plataforma SIG/Equip. Escolares: GIG/DE						<input type="checkbox"/>				
Apoio na plataforma da DE: “Gestão Educativa”							<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Atualização da Página da DE/CMC								<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recensão da Carta Educativa						<input type="checkbox"/>				

Quadro 2. Cronograma do Plano de Estágio

2.2. Apoio Administrativo

Como foi referido anteriormente, realizou-se o estágio partilhando o espaço com técnicos responsáveis pelos transportes e refeições escolares, tendo com eles convivido e cooperado em tarefas de carácter administrativo, tais como a elaboração de ofícios e atendimento telefónico, atualização de arquivo, apoio no tratamento informático e ainda atendimento presencial e encaminhamento de pais para outros departamentos como os da ação social que tratavam dos processos de famílias numerosas, auxiliando individualmente, inclusive no preenchimento de requisições quando os técnicos estavam ausentes. Por último refira-se o apoio administrativo ao diretor de departamento na gestão de ofícios das visitas de estudo, para as quais era necessário a requisição de transportes da câmara.

Uma das atividades a levar a cabo na Divisão de Educação da CMC foi a elaboração de uma proposta para a reorganização do espaço *online* da divisão de educação, pelo que, não só foi proposta a renovação de conteúdos, como a própria reestruturação da página.

Esta proposta à data de término do estágio encontrava-se em validação pelo chefe de divisão, embora algumas atualizações já tenham tido lugar, nomeadamente os documentos sobre os agrupamentos de escola, uma vez que incluem as alterações no parque escolar em vigor no ano letivo de 2012/2013.

Embora sem prestar um apoio administrativo a tempo inteiro, este acabou por se revelar um trabalho bastante produtivo, permitindo criar uma visão mais abrangente dos trabalhos levados a cabo neste município, não só no âmbito da educação, como da ação social.

2.3. Apoio Logístico na Atividade: “Educação Financeira”

O Projeto “EDUCAÇÃO+ Financeira” é uma iniciativa conjunta da Universidade de Aveiro, através do Projeto Matemática Ensino e da Caixa Geral de Depósitos, que visa sensibilizar a população para as questões da literacia financeira. Esta exposição itinerante de “EDUCAÇÃO+ Financeira” é especialmente destinada a jovens dos 7 aos 17 anos, embora

também possa contemplar público mais velho. Tendo esta iniciativa sido de âmbito nacional, ela acabou por integrar Coimbra no seu itinerário, no ano letivo de 2011/2012.

A Câmara Municipal de Coimbra, através do Departamento de Desenvolvimento Social, Família e Educação associou-se ao referido projeto e promoveu, assim, “A Exposição Educação +”, que decorreu de 24 a 26 de janeiro na Casa da Escrita, terminando com um ciclo de conferências denominado: “Construindo uma Educação+ Financeira”.

O objetivo destas conferências centrou-se na sensibilização para a necessidade de uma educação financeira na sociedade atual. Estas conferências foram sobretudo dirigidas às pessoas que têm um papel importante na melhoria do nível de educação financeira dos indivíduos, nomeadamente professores, autarcas, gestores e dirigentes associativos, entre outros.



Figura 3. Notícia Diário das Beiras

A nossa participação (CMC) centrou-se no apoio logístico e administrativo. Neste sentido, foi da minha responsabilidade o levantamento de alguns espaços e reuniões com os representantes da Casa da Cultura e da Casa da Escrita, de que resultou, após consultar o departamento, a decisão que seria a Casa da Escrita a reunir as condições mais adequadas às atividades previstas.

A finalização da Atividade resultou num vídeo sobre a sua realização e um texto sobre a mesma a colocar na página da Câmara Municipal de Coimbra, tendo eu feito toda a gestão fotográfica.

Para além de todos os cuidados inerentes a que tudo fosse estipulado entre os diversos intervenientes, tive ainda a responsabilidade de acompanhar o público escolar durante o percurso, tendo participado na recolha das turmas e docentes nas respetivas escolas, seguindo igualmente no autocarro da câmara, por forma a assegurar que o percurso a realizar pelas crianças até à casa da escrita se realizaria nas melhores condições. Colaborei também no decorrer das atividades, tendo participado no apoio a algumas atividades dos workshops e até auxiliar no desenrolar das tarefas das turmas mais jovens, devido à elevada requisição de ajuda por parte das próprias.

2.4. Apoio na Plataforma de Gestão Educativa (PGE)

Um dos investimentos da Câmara Municipal de Coimbra tem sido a modernização administrativa, nomeadamente no que respeita à educação. Neste sentido, no ano letivo 2011/2012, foi implementada uma PGE – *sistema de informação web based na plataforma Outsystems* – como solução integrada de Gestão de Informação de Educação para os serviços da Câmara (Educação, Finanças, etc.) e para comunidade educativa (pais e encarregados de educação, estabelecimentos e Agrupamentos de Escolas, etc.).

A PGE dentro das suas várias funcionalidades permite de uma forma transparente organizar processos como os das refeições escolares, tornando-se essencial a atualização dos dados das escolas e respetivos agrupamentos. Neste sentido, e uma vez que no âmbito do

estágio se procedeu à recolha dos dados sobre o parque escolar, foi-me solicitada a atualização das informações sobre os equipamentos escolares, nomeadamente a informação referente a moradas, contactos, cursos profissionais existentes, unidades de apoio ao ensino especial, etc., assim como, uma proposta de melhoramento da plataforma.

As alterações sugeridas basearam-se na possibilidade de partilha de documentos estatísticos, caracterização dos equipamentos no âmbito dos espaços existentes (biblioteca, sala polivalente, campo de jogos, etc.) entre outros.

2.5. Projeto SIG¹ – Equipamentos escolares

Com o decorrer do estágio constatou-se uma ausência de informação em rede, o que dificultou a obtenção de dados através da Câmara Municipal de Coimbra, esta limitação não se colocou tanto no que respeita aos conteúdos, mas à sua localização e disponibilização. Esta era uma tarefa que não estava prevista neste estágio, mas tornou-se necessário trabalhar numa plataforma que permitisse gerir e analisar a informação existente sobre os equipamentos escolares, por forma a organizar os dados até aí recolhidos, assim como, ultrapassar burocracias e diminuir a espera por informações importantes.

Assim, tendo por base informação até esse momento recolhida, nomeadamente contactos, número de alunos inscritos, escolas suspensas, valências e características dos equipamentos, etc, considerou-se o desenvolvimento de uma base de dados que permitisse a disseminação da informação internamente. Neste sentido, e após estudo das várias possibilidades e organismos existentes na CMC, na qualidade de estagiária, procedi ao contacto com o Gabinete de Informação Geográfica (GIG) da Câmara Municipal de Coimbra e colocou-se o desafio.

Ao entrar em contacto com o GIG constatou-se que existia já uma intenção de alargar as potencialidades da Tecnologia dos Sistema de Informação Geográfica (SIG) à divisão de

¹ Sistema de Informação Geográfica

educação e ação social, assim como, criar uma base de dados disponível em rede interna. Esta situação estava, no entanto, pendente pela falta de dados e disponibilidade de ambos os departamentos, pelo que, vendo-se no estágio uma oportunidade e recurso, após aval positivo do Dr. João Gaspar integrou-se este projeto no plano de estágio.

No âmbito da tecnologia SIG existem vários modelos de dados aplicáveis. No caso utilizado em específico, o SIG funcionou como uma base de dados com informação geográfica (dados alfanuméricos). Esta por sua vez encontra-se associada a um identificador comum aos objetos gráficos de um mapa digital². Desta forma, assinalando um equipamento escolar pode-se saber as suas características e, de forma inversa, selecionando um registo na base de dados, é possível saber a sua localização no tipo de mapa pretendido.

O SIG é uma ferramenta que armazena a informação em diferentes temas e de forma individualizada, permitindo ao técnico a possibilidade de cruzar os dados existentes e até de gerar novas projeções/conclusões. Este sistema integrado de informação não só levará a uma compreensão do todo, mas também, ao ser disponibilizado em rede possibilitará uma redução dos prazos de resposta e uma transmissão de dados uniforme, coerente e atualizados. O SIG é ainda considerado como um sistema de apoio, potenciando uma análise adequada, tornando-se essencial nas tomadas de decisão em várias áreas do conhecimento, entre as quais se inclui a educação (Llopis, 2006).

Um Sistema de Informação Geográfica (SIG) é muito mais do que disponibilizar mapas repletos de informação. O SIG deve permitir manipular, recolher e analisar geograficamente os dados recolhidos (Aronoff, 1989), pelo que, entre as tarefas possíveis através dos SIG temos (Llopis, 2006):

- Organização de dados;
- Visualização de dados;
- Produção de mapas;
- Consulta espacial;

² Neste trabalho em particular usou-se o código DGRHE dos equipamentos escolares como o identificador de referência.

- Análise espacial;
- Previsões;
- Criação de modelos alternativos.

2.5.1. Plano de trabalhos

Para implementação deste projeto, o plano de trabalhos foi dividido em quatro fases. Inicialmente, após o primeiro contacto, procedeu-se ao desenvolvimento de uma visão conceptual onde através da realização de reuniões, com o diretor do DDSFE, o chefe e os técnicos do GIG, foram analisados os benefícios do SIG para a DE. No caso da Câmara Municipal de Coimbra concluiu-se que o SIG trará a vantagem de:

- i. Todos os dados são armazenados digitalmente numa forma mais compacta do que estariam noutras situações de arquivo, sendo ainda possível a exportação de dados;
- ii. A maioria dos dados pode ser mantida e recuperada de forma fácil, rápida e a baixo custo, uma vez que são utilizados sistemas computacionais;
- iii. Cruzamento espacial dos mapas existentes com os dados recolhidos, permitindo uma visualização mais próxima da realidade;
- iv. A informação está disponível em rede, permitindo uma maior eficácia e credibilidade na passagem e cruzamento de informação, entre os vários departamentos e respetivas divisões;
- v. Simplificação do processo de tomada de decisão, dada a existência de uma plataforma comum;
- vi. Ser possível a médio e longo prazo detetar e analisar mudanças, para além de permitir elaborar projeções futuras para o Parque Escolar do Município de Coimbra.

Numa segunda fase, definiram-se os intervenientes nos processos relacionados com o SIG (equipas de trabalho), nesta foram definidas e divididas as responsabilidades entre o GIG e a DE. Ao encargo da DE ficou a recolha dos dados e aos técnicos do GIG foi solicitada uma

proposta de desenho da plataforma. Uma vez que todo o levantamento de dados tinha sido realizado no estágio até esse momento, esta tarefa foi também integrada em exclusivo no plano de estágio.

Numa terceira fase, após desenho da plataforma e entrega de todos os dados necessários, o horário de estágio dividiu-se entre a DE e o GIG, o que permitiu em conjunto com os técnicos do GIG traçar novos objetivos e definir as metodologias. Após a conclusão de introdução de dados por parte do GIG, a sua edição e análise detalhada ficou igualmente a cargo da estagiária.

Na qualidade de estagiária, e representante da DE nos trabalhos da plataforma, decidiu-se ainda uma reunião às sextas feiras com os técnicos do GIG, para realizar o balanço do projeto.

Numa quarta e última fase, entendendo este trabalho como projeto piloto, realizou-se uma apresentação formal da plataforma a todos os intervenientes da DE e concluiu-se que será necessário um trabalho de manutenção que permitirá uma atualização constante dos dados. Neste sentido, o trabalho de *follow-up* será da inteira responsabilidade dos técnicos designados pela DE em articulação com o PDM, o DOGEIM, o GIG, entre outros.

2.5.2. Metodologia e design

No que respeita à metodologia e desenho da plataforma começou-se por definir a localização espacial dos equipamentos. Esta localização permitirá posteriormente:

- a) Fazer um estudo das escolas mais próximas, quando existe uma necessidade de proceder à suspensão de escolas ou transferir os alunos;
- b) Identificar outras escolas ou equipamentos sociais na mesma área, quando são necessários recursos como: Campos de jogos, refeitórios ou cantinas;
- c) Fazer um estudo da rede de transportes.

Na plataforma SIG, criada para além da localização dos equipamentos, será ainda possível compreender a sua área e perímetro, assim como obter informações gerais sobre a sua localização e caracterização.

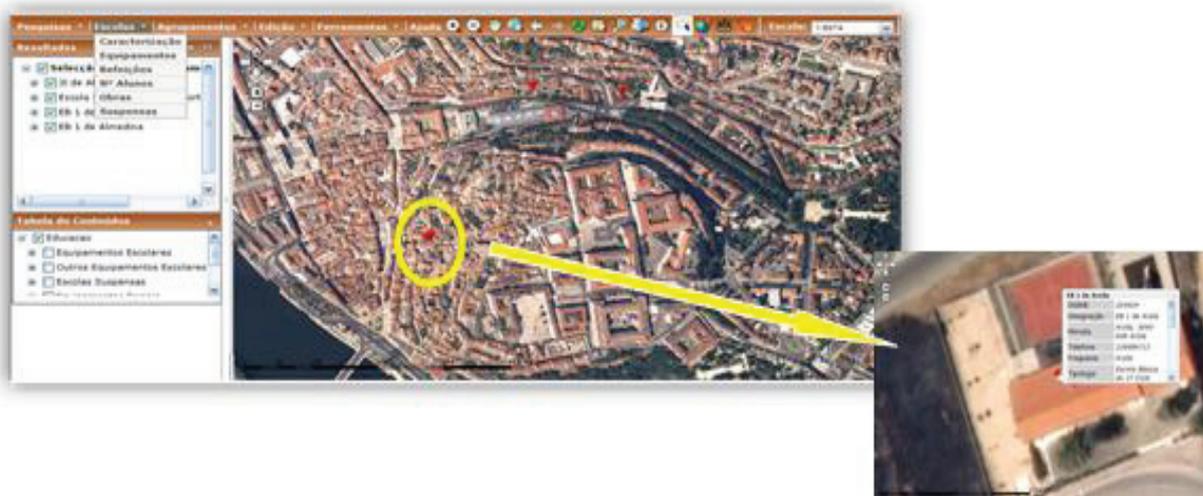


Figura 4. SIG: Localização de escolas

No âmbito desta plataforma será também possível ao utilizador pesquisar pelo nome da escola pretendida e retirar um conjunto de informações, nomeadamente:

- a) *Caracterização das escolas:* Localização, contactos, site, cursos profissionais, unidades de apoio a NEE;
- b) *Equipamentos:* Número de salas, caracterização do espaço físico (Biblioteca, Sala polivalente, Campo de jogos, etc.);
- c) *Obras:* Data e tipo de obras realizadas;
- d) *Escolas Suspensas:* Ano de suspensão e entidades que ocupam o local e tipo de contrato;
- e) *Número de Alunos:* Contabilização do número de alunos e turmas por ano letivo;
- f) *Refeições:* Empresas contratadas, locais de confeção e refeição.

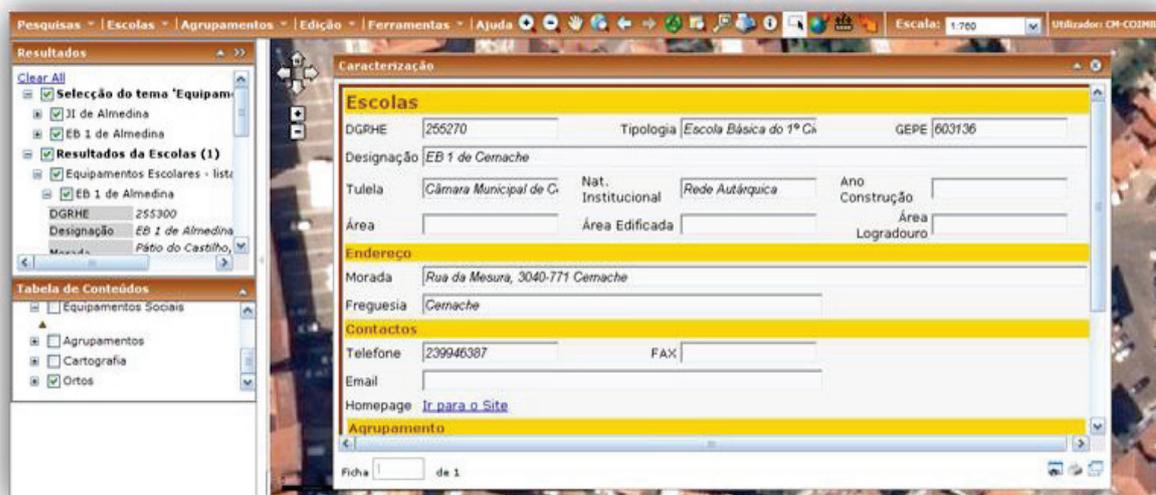


Figura 5. SIG: Exemplo de Formulário com a caracterização das escolas.

À semelhança dos equipamentos escolares também será possível ao utilizador pesquisar pelo agrupamento de escolas pretendido e retirar um conjunto de informações sobre a sua caracterização, nomeadamente:

- Sede;
- Contactos;
- Site oficial;
- Listagem de Escolas agregadas, à qual será possível clicar na escola pretendida e ser reencaminhado para o seu local no mapa.

Através da localização dos diversos equipamentos poderemos em cada freguesia contabilizar os respetivos equipamentos, encontrar determinados locais, revelar padrões espaciais e identificar áreas de atuação.

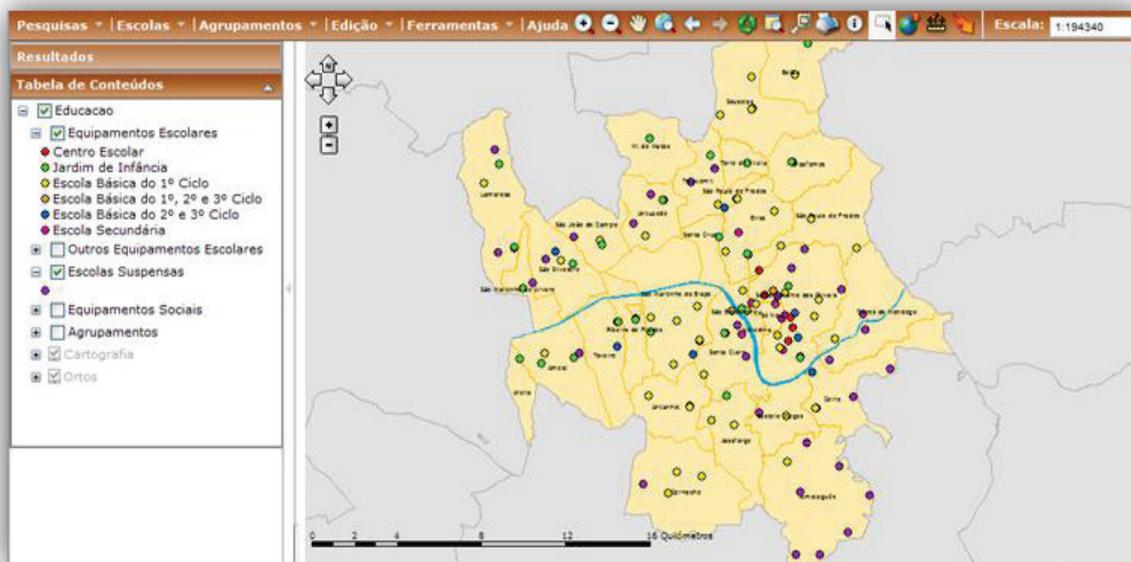


Figura 6. SIG: Localização dos equipamentos por freguesia

À semelhança das freguesias, é possível fazer uma análise por agrupamentos quantificando a distribuição espacial dos equipamentos escolares existentes, desagregando a informação a um nível detalhado.

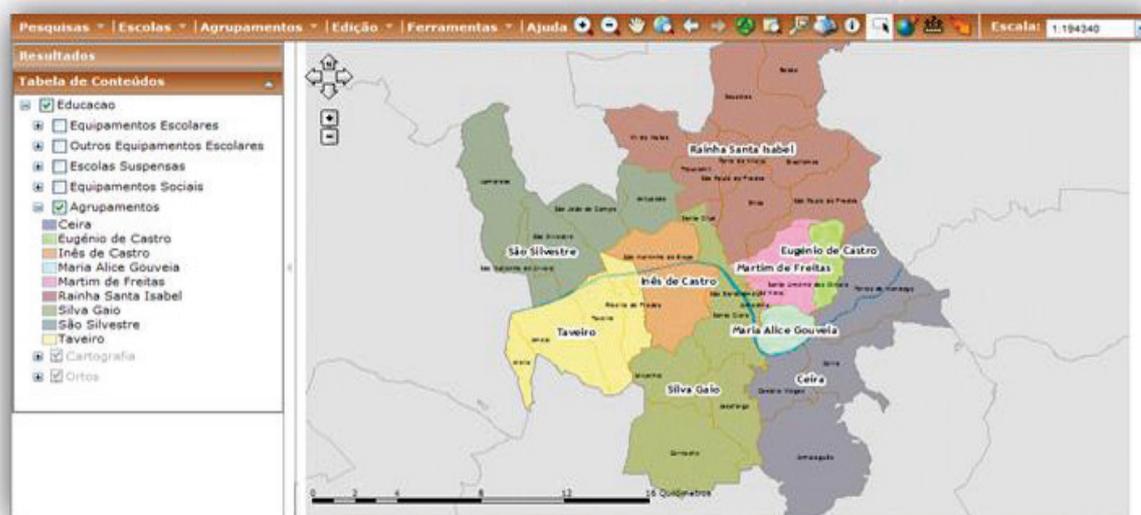


Figura 7. SIG: Distribuição dos equipamentos por agrupamento

Um dos mapas a incluir no SIG é o mapa dos transportes locais, onde será possível ter acesso ao itinerário de cada uma das transportadoras que trabalha em conjunto com a autarquia na garantia dos transportes aos alunos.

No caso do mapa da área de influência, este ainda não está acessível através do SIG, uma vez que o mapa impresso e em utilização pela CMC ainda está organizado por agrupamentos que já não se encontram em vigor (vera mapas em Anexo). Este recurso irá permitir compreender através do local de residência qual a escola preferencial onde inserir o aluno e consequentemente qual o agrupamento.

O programa SIG também permite a emissão de plantas do local, situando no espaço os equipamentos escolhidos e realizar trabalhos mais elaborados, nomeadamente os que impliquem tomadas de decisão no âmbito da ampliação de espaços físicos.

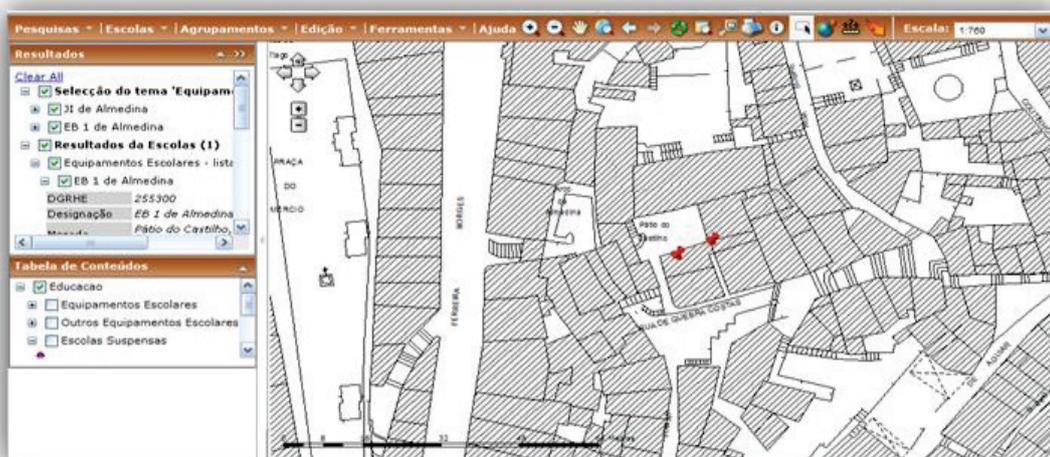


Figura 8. SIG: Plantas de localização

Uma das valências da plataforma SIG, é a existência de ferramentas que permitirão a elaboração de estudos mais realistas das necessidades atuais da rede escolar. Entre as ferramentas disponíveis estão:

- *Anotações* – Assinalar com legendas ou informações adicionais no mapa;
- *Desenho* – Programar perímetros, áreas, espaços ou outros desenhos necessários a estudos que envolvam os equipamentos;

- *Proximidade* – Fazer estudos de proximidade com outros espaços e ou entre os próprios equipamentos.

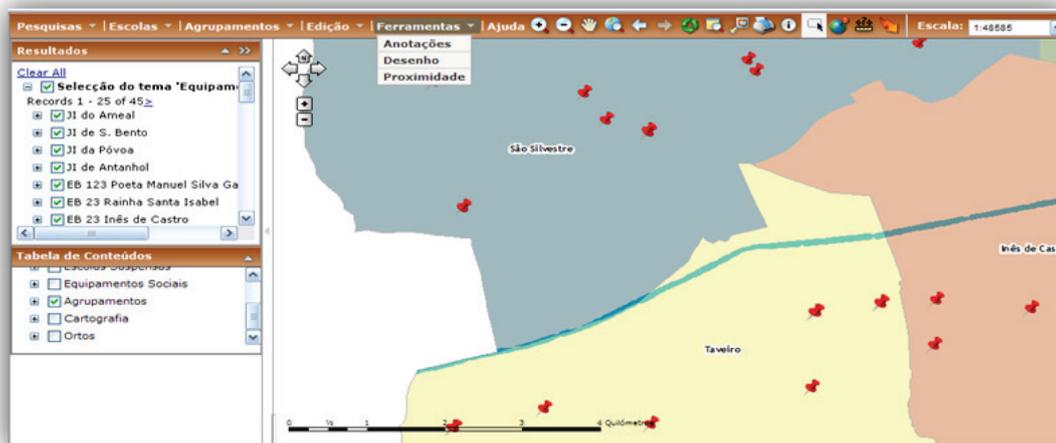


Figura 9. SIG: Ferramentas para estudos individualizados

Toda a informação recolhida ao ser editada permitirá criar um histórico da evolução do Parque Escolar, uma vez que não existe uma substituição dos dados pelos mais atuais, mas sim uma introdução de novos elementos. Esta característica permitirá ainda a médio e longo prazo um estudo de tendências e projeções para futuras reorganizações do parque escolar.

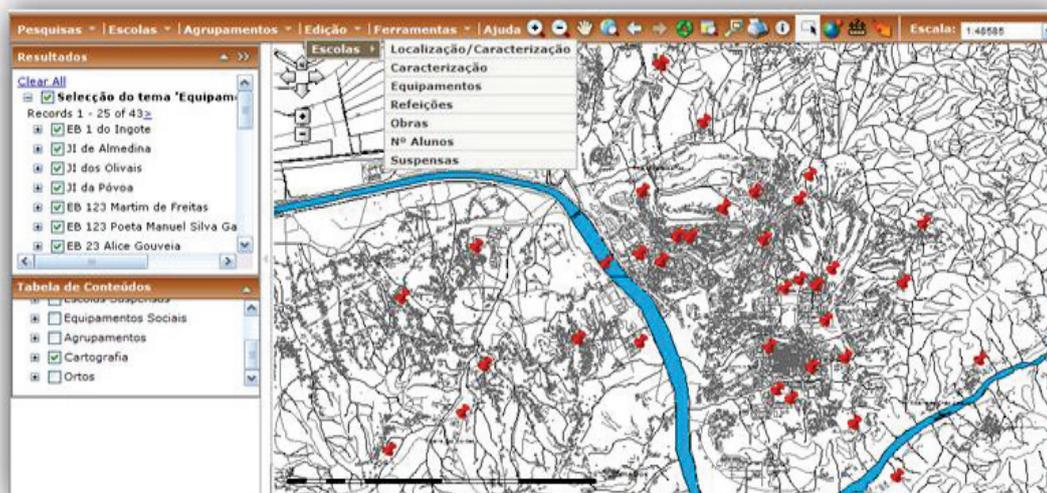


Figura 10. SIG: Edição de dados da plataforma

2.5.3. Resultados finais

A plataforma SIG, um projeto não planeado para este estágio, ultrapassou todas as expectativas. Esta não só permitiu consolidar todo o estudo que estava a ser realizado no âmbito do estágio como foi extremamente bem recebido no DDSFE³, sendo considerada como uma das suas maiores potencialidades ao suporte, manutenção e realização de uma nova Carta Educativa.

A criação desta plataforma revelou-se também um trabalho moroso, pelo facto de ser um processo interativo, em que o desenho por diversas vezes teve de ser reestruturado, para se adaptar aos conteúdos e à edição. Todavia, só assim foi possível detetar algumas incoerências nos dados recolhidos e que, através do cruzamento e visão espacial da informação, foi possível corrigir. Segundo o testemunho de alguns técnicos, esta plataforma será fundamental para promover o trabalho em rede, e permitir que em tempo útil todos tenham acesso à mesma informação e de forma fidedigna, para além de simplificar o processo de futuras tomadas de decisão, em assuntos como as refeições escolares, transportes e suspensão de escolas.

Este sistema SIG encontra-se já disponível para rede interna e em fase de testes, encontrando-se os técnicos, designados para o efeito, a atualizar a informação desde o término do presente estágio.

³ Departamento de Desenvolvimento Social, Família e Educação

CAPÍTULO III

A CARTA EDUCATIVA DE COIMBRA 2008/2015 – PARA UMA LEITURA ATUAL

A Carta Educativa de Coimbra resulta de um protocolo entre a CMC e o Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, sendo um documento estruturado em três pontos, entre eles, um relatório que caracteriza a realidade educativa coimbricense do ponto de vista demográfico, geográfico e socioeconómico, um plano de execução e um plano de financiamento projetado até 2015. Apesar de pensada para o período indicado, a Carta Educativa de Coimbra já não correspondia à realidade escolar do município de Coimbra no ano em que realizámos o estágio. Daí a necessidade da sua análise.

Para a elaboração deste trabalho procedi inicialmente e conforme solicitado, a uma leitura cuidada da Carta Educativa em vigor, que permitisse uma análise crítica e consequentemente levasse a uma proposta para possíveis e futuras atualizações e monitorizações da respetiva CE. Contudo, essa leitura permitiu desde logo constatar que os dados utilizados para a sua elaboração, baseados nos Censos de 1991 e 2001, não iam ao encontro do que se ia conhecendo da realidade educativa do município. Neste sentido, e uma vez que o Instituto Nacional de Estatística (INE) se encontrava em fase de divulgação dos resultados preliminares dos Censos 2011, optou-se por uma análise fidedigna da realidade atual, assim como, verificar se as projeções de 2008 a 2015 se encontravam de acordo com os dados recolhidos.

Para a realização da análise, procedeu-se a um estudo que se repartiu em três fases. Na primeira fase, elaborou-se uma caracterização geral da população residente, com base nos dados disponibilizados pelo INE, assim como, uma caracterização da rede escolar. Esta por sua vez implicou um contacto com todas as escolas do concelho, cujos dados até ao momento não tivessem sido enviados à CMC.

Numa segunda fase, procedeu-se a um estudo minucioso do 1º ciclo do ensino básico, por três motivos: interesse por parte da CMC a nível financeiro e de gestão de equipamentos, ciclo escolar com maior número de dados disponíveis e cuja evolução e projeções poderão fundamentar uma necessidade de alterações à Carta Educativa.

Por fim, numa terceira fase, após análise das conclusões dos dados recolhidos, levou-se a cabo uma proposta estratégica de reordenamento da rede escolar, tendo por base a estratégia de dar continuidade às resoluções da Carta Educativa de Coimbra.

1. Caracterização geral da população residente do concelho de Coimbra e respetiva rede escolar.

Na caracterização geral, pretende-se compreender as questões relativas a uma visão demográfica, ou seja, verificar a devida evolução da população residente, tanto por freguesia, grupo etário e respetivos ciclo de vida; taxa da natalidade, estrutura do núcleo familiar relativamente ao número de filhos; taxa de crescimento populacional efetivo; taxa de crescimento migratório da população residente; entre outros, assim como projeções da população futura por grupo etário.

Esta análise, em conjunto com a caracterização da rede escolar, é de maior importância, pois fornece dados sobre a realidade do concelho de Coimbra e tendência de evolução em relação à população residente, pelo que, através destes dados é possível compreender os reflexos na conjuntura socioeconómica e reorganizar prioridades e estratégias no reordenamento do sistema educativo.

1.1. Dinâmica Populacional: Análise Demográfica e Desenvolvimento Sócioeconómico da população residente.

Como foi referido no enquadramento institucional, o município de Coimbra situa-se na faixa litoral do país destacando-se por ter a maior cidade da zona centro de Portugal, que é capital de um dos seus distritos. Este município situa-se na sub-região do Baixo Mondego (NUTS III) e é composto por 31 freguesias⁴.

⁴ À data da entrega deste relatório o número de freguesias era de 18, após a união levada a cabo, todavia decidiu-se respeitar os dados disponíveis e tratados à data de realização do estágio.

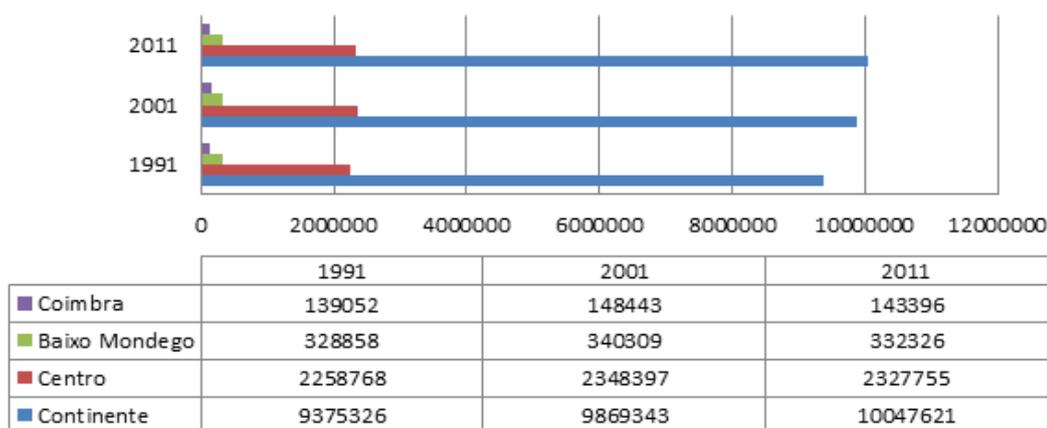
Analisando os gráficos seguintes poderemos compreender a forma como a população de Coimbra evoluiu e as variáveis que estarão na base dessa evolução.



Figura 11. Concelho de Coimbra

O município de Coimbra conta atualmente com uma população de 143 396 habitantes, número que diminuiu desde os Censos de 2001 onde se registava uma população de 148 443 habitantes (Gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução da População Residente (N.º) por local de residência



Fonte: INE – Censos de 2011, mediante os dados da última atualização a 20 de Novembro de 2012.

Mediante observação do gráfico verifica-se ainda que na última década houve uma redução da população no concelho Coimbra, comparativamente a 2001 (Tabela 1 em anexo). Esta situação é semelhante na dinâmica da população residente na região do Baixo Mondego (NUTS III), todavia, a nível continental (NUTS II) constata-se um aumento de população residente.

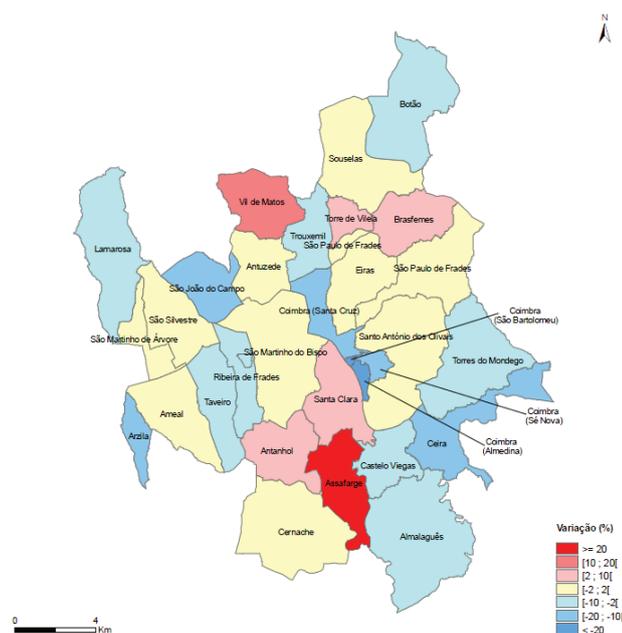
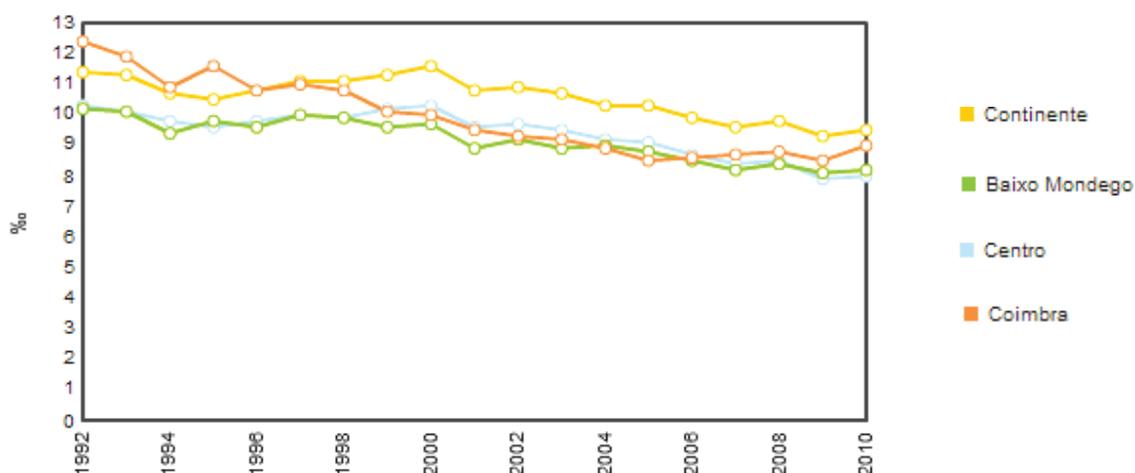


Figura 12. Variação da População Residente, nos Censos de 2011.

Na Carta Educativa, a previsão de crescimento demográfico era de 6,8%, o que, associado à conjectura política que se estava a projetar para o país, induziu a uma visão errada de crescimento populacional para o concelho de Coimbra.

A evolução de uma população está associada a vários fatores, entre eles taxas de natalidade, núcleo familiar, etc., estes ao estarem interligados e ao serem analisados em conjunto possibilitam uma melhor compreensão da faixa etária da população residente, o que leva por sua vez a uma melhoria do desempenho das projeções sobre dinâmica populacional.

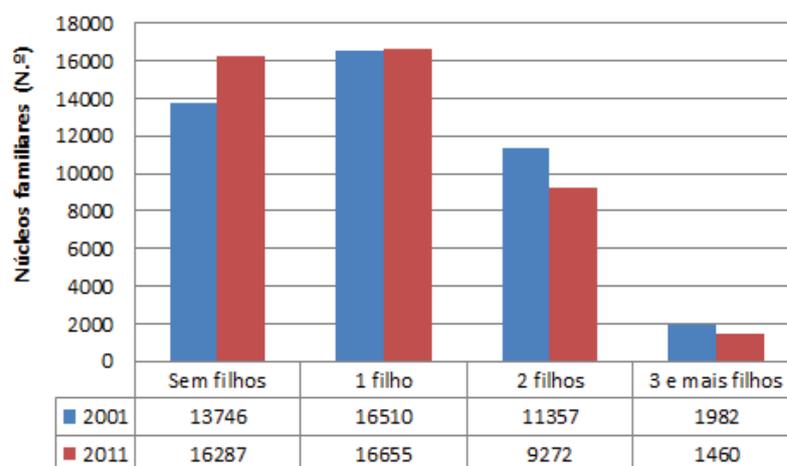
Gráfico 2. Taxa bruta da Natalidade (%) por Local de residência



Fonte: INE – Indicadores Demográficos. Última atualização a 25 de novembro de 2011.

A diminuição da taxa de natalidade desde 1992 no Município (gráfico 2) é assentuada, situando-se atualmente na casa dos 9% relativamente ao ano de 2010, acompanhando a tendência decrescente de Portugal Continental e da região centro. No entanto, é de salientar a maior quebra entre 1999 a 2005, chegando a atingir a taxa mais baixa neste ano. Após este período foram visíveis ligeiras subidas, em paralelo com os resultados nacionais.

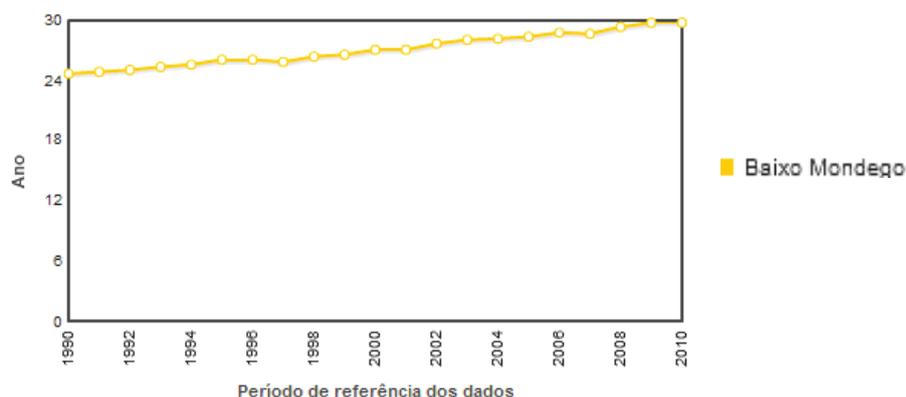
Gráfico 3. Evolução dos Núcleos familiares (N.º) por Número de Filhos



Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 20 de novembro de 2012.

Na análise ao gráfico (3), podemos constatar que, na última década, à semelhança da taxa de natalidade, diminuiu consideravelmente o número de filhos por casal, tendo aumentado com alguma relevância o número de núcleos familiares sem filhos e mantendo-se a tendência acentuada do filho único.

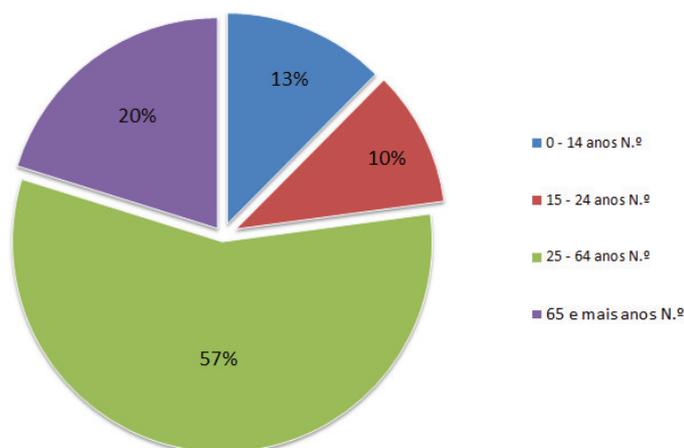
Gráfico 4. Idade média da mãe ao nascimento do Primeiro filho



Fonte: INE – Indicadores Demográficos. Última atualização a 25 de novembro de 2011

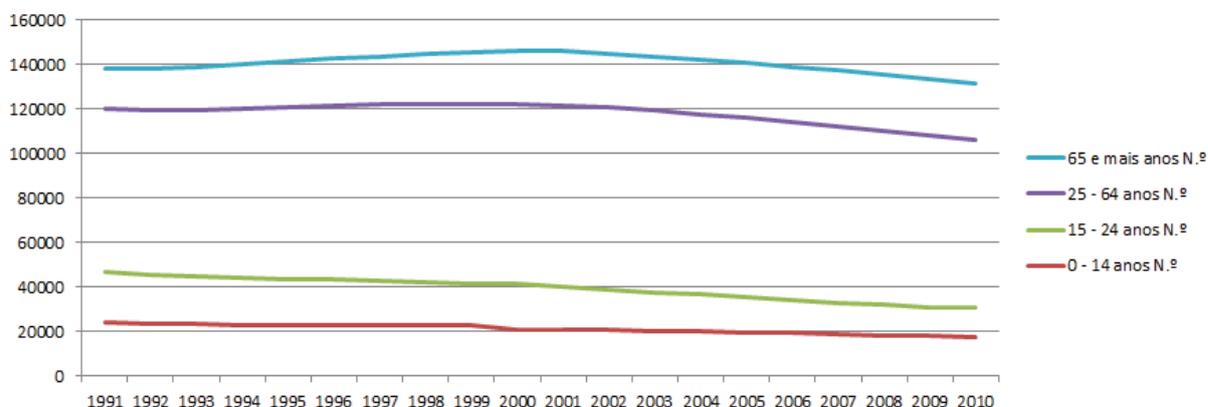
Através do gráfico (4) podemos constatar que a idade média do nascimento do primeiro filho que, em 1991 era entre os 24 e 25 anos, em 2010 situava-se perto dos 30 (NUTS III). A mesma variação é visível na Idade da mãe ao nascimento de um filho, onde a média sobe ligeiramente acima dos 31 anos (Tabela 4 em anexo).

Gráfico 5. População residente (%) por Local de residência e Ciclos de vida



Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação à data dos Censos de 2011 (dados provisórios). Última atualização a 7 de dezembro de 2011.

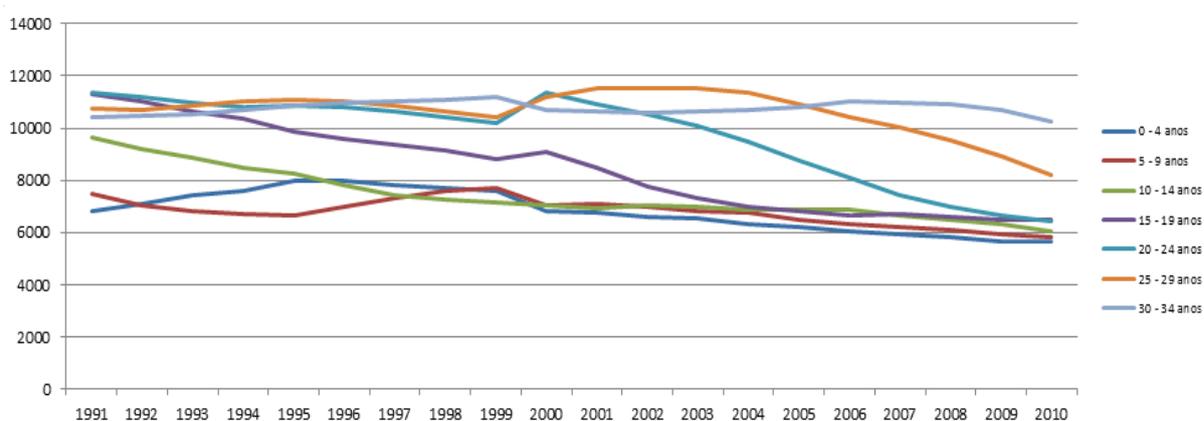
Gráfico 6. Evolução da População residente (N.º) por Local de residência e Ciclos de vida



Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação à data dos Censos de 2011 (dados provisórios). Última atualização a 7 de dezembro de 2011.

Um dos pontos a considerar são as faixas etárias. Analisando comparativamente a população residente em Coimbra, por ciclos de vida, o maior número de pessoas situa-se entre os 25 e 64 anos, como se pode observar nos gráficos 5 e 6. Todavia, esta classe etária destaca-se também por abranger uma variedade demasiado ampla de idades, pelo que, foi necessário analisar a evolução por grupos etários até ao grupo restrito dos 30 a 34 anos (gráfico 7), sendo exatamente neste grupo onde se verifica a maior população.

Gráfico 7. Evolução da População residente (N.º) por Grupos etários



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente. Última atualização a 7 de junho de 2011

Pelo gráfico (7) vemos ainda, que, entre 1991 e 2010, a evolução da população residente⁵ caracteriza-se por:

- dos 0 aos 4 anos, sofrer um decréscimo de 1131 crianças;
- dos 5 aos 14 anos, verificar uma diminuição nos últimos 20 anos, sendo mais acentuada até 1999/2000 no caso dos jovens dos 10 aos 14, com uma perda de 3564 jovens;
- dos 15 aos 24 anos, sofrer o decréscimo mais acentuado, com uma perda total de 9734 jovens.
- dos 30 aos 34 anos, constata-se uma linha de curva moderada. Todavia, tratando-se de uma dinâmica populacional em constante evolução, em consequência do decréscimo acentuado nas faixas etárias anteriores, prevê-se que num futuro próximo também esta faixa etária diminua.

O presente gráfico (7) vai ao encontro do anterior, permitindo apenas reforçar que a razão de residentes por densidade populacional total aumentou no caso dos adultos em detrimento das crianças/jovens (consultar em complemento a Tabela 2 em anexo). Estes valores referem-se mais propriamente à faixa etária dos 0 aos 14 anos, nomeadamente nas freguesias de Santo António dos Olivais, Eiras e São Martinho do Bispo, (Tabela 3 em anexo).

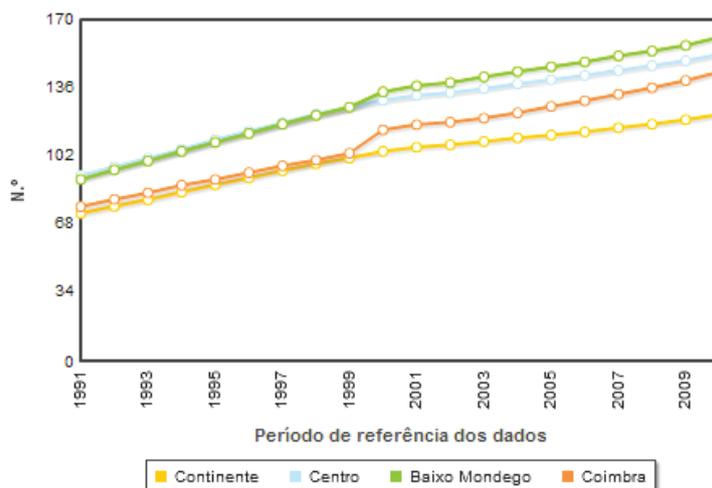
Analisando o conjunto de gráficos anteriores, verifica-se que, embora a faixa etária com maior número de população atual englobe a média de idades do grupo de jovens mães pela primeira vez, uma vez que as faixas etárias mais baixas estão a diminuir, por consequência, esta diminuição irá afetar este grupo de jovens mães, que atualmente mais contribui para o aumento da taxa de natalidade, e por conseguinte, caso não se tomem medidas para alterar essa tendência, a população tornar-se-à ainda mais envelhecida.

As projeções levadas a cabo pelo INE até 2050 já previam uma diminuição da população da zona centro em 2020, em todas as faixas etárias de crianças e jovens adultos,

⁵ Consultar em complemento a tabela 2 em anexo

contrapondo com um aumento significativo do índice de envelhecimento⁶ da população (Gráfico 8).

Gráfico 8. Evolução do índice de Envelhecimento (N.º) por local de residência



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente. Última atualização a 7 de junho de 2011.

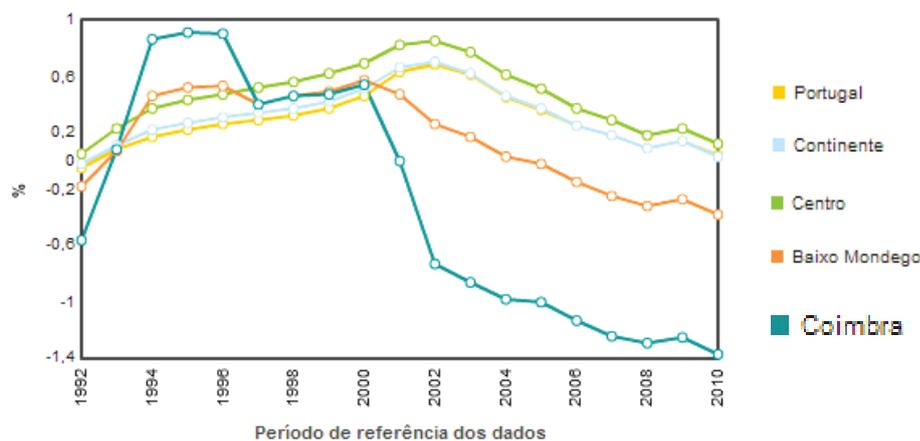
Os dados apresentados pela Carta Educativa de Coimbra não são coincidentes com os do último censo, pois o número de crianças está a diminuir.

Esta situação poderá ser derivada da crise económica, porque cada vez mais, se aponta que as dificuldades financeiras são motivo para se ser mãe mais tarde e manter o filho único.

De facto o número de crianças tem vindo a diminuir, uma tendência que é nacional mas com maior impacto na zona de Coimbra. Todavia, existem outros fenómenos associados, nomeadamente o desemprego, que leva à migração de estrangeiros que retornam aos seus países, a migração de portugueses para outros países ou simplesmente para outro concelho à procura de novas oportunidades.

⁶ Numero de pessoas idosas (maiores de 65 anos) por cada 100 jovens (entre os 0 e os 14).

Gráfico 9. Taxa de Crescimento migratório (%) por local de residência



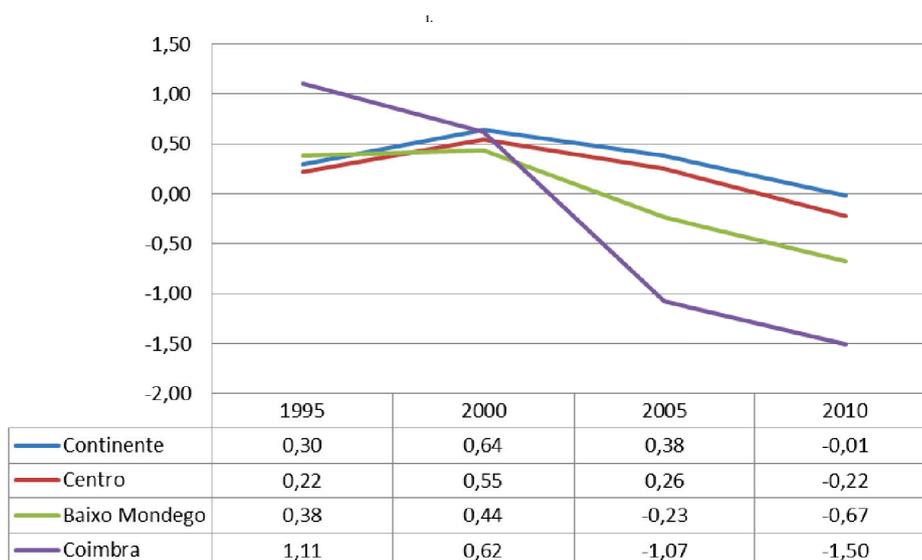
Fonte: INE – Indicadores Demográficos. Última atualização a 7 de junho de 2011.

No caso da migração, verifica-se na região do município de Coimbra uma desaceleração extremamente acentuada da taxa de emigração, quando comparada com outras zonas na qual se integra, nomeadamente com a região do Baixo Mondego (NUTS III). Esta é uma alteração bastante visível em 2006 (data da construção da Carta Educativa) uma vez que esta descida foi muito acentuada, principalmente, entre 2000 a 2002, mantendo *à posteriori* uma tendência decrescente (Gráfico 9) mas mais suave.

Ao analisarmos o conjunto dos dados já anteriormente apresentados, é visível uma diminuição acentuada da percentagem da população nos últimos 10 anos, no entanto, Coimbra destaca-se em relação aos indicadores da média do país (NUTS I) e da zona centro (NUTS II).

No caso da taxa de crescimento efetivo, bem visível no presente gráfico (10), verifica-se como sendo muito inferior à tendência nacional. Aqui é possível concluir que o fator da migração se revela fundamental para a justificação da diminuição de população residente, algo que de certo terá consequências na futura dinâmica populacional e que deve merecer atenção por parte dos dirigentes da cidade e município.

Gráfico 10. Taxa de Crescimento efetivo (%) por local de residência

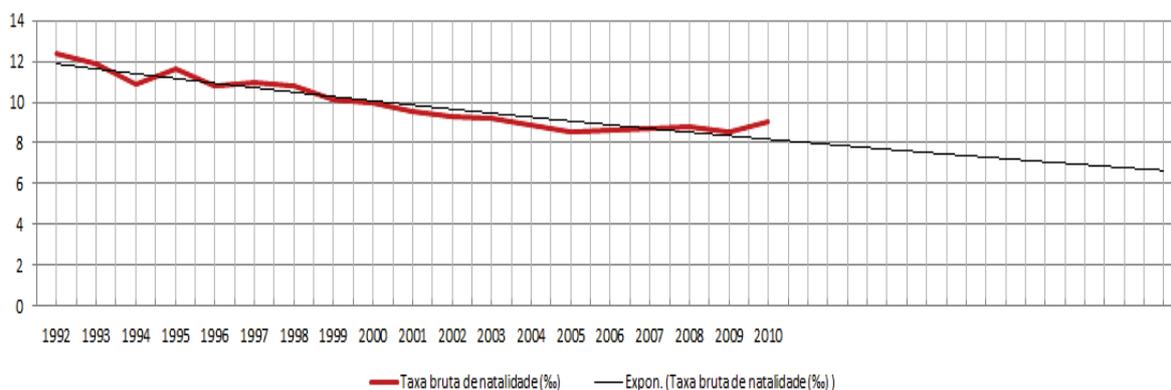


Fonte: INE – Indicadores Demográficos. Última atualização a 7 de junho de 2011.

1.2. Projeções da dinâmica populacional

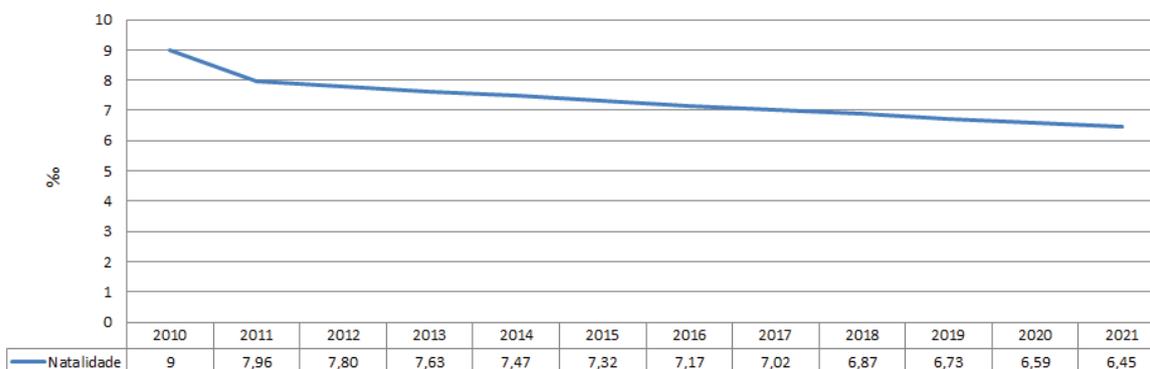
No estudo da evolução da população residente é compreensível a tendência para a diminuição da população jovem em idade escolar, uma vez que é vista como consequência da diminuição da população residente nas faixas etárias mais jovens, pelo que, para estudo da demografia e de forma a atualizar informação, considera-se necessário fazer novas projeções de análise à evolução populacional.

Gráfico 11. Taxa bruta da Natalidade (%) e linha de tendência até 2020



Fonte: INE – Indicadores Demográficos (1992-2010). Última atualização a 25 de novembro de 2011.

Gráfico 12. Taxa bruta da Natalidade (%o) e linha de tendência de 2010 até 2020

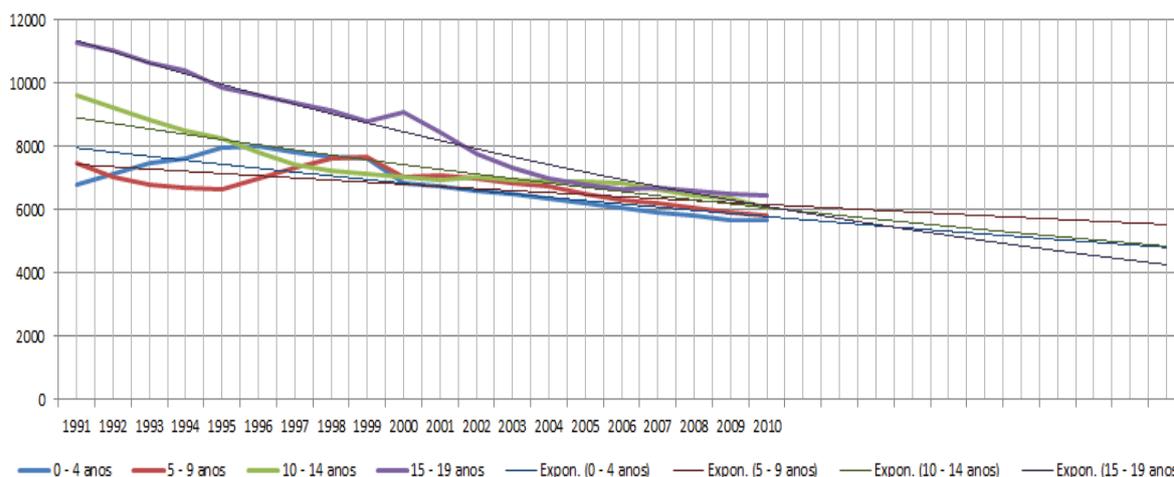


Fonte: INE – Indicadores Demográficos (1992-2010). Última atualização a 25 de novembro de 2011.

Analisando os gráficos (11 e 12) podemos compreender que embora em 2010 se tenha verificado uma ligeira recuperação na taxa da natalidade, esta mantém a tendência de decréscimo até 2020, numa média superior a 7%, podendo atingir os 6,59% no início do terceiro decénio.

Esta diminuição, caso não seja contrariada com políticas que promovam a natalidade, poderá resultar na próxima década num impacto negativo e considerável sob as restantes fexas etárias, levando a um dos índices de envelhecimento mais elevados do presente século.

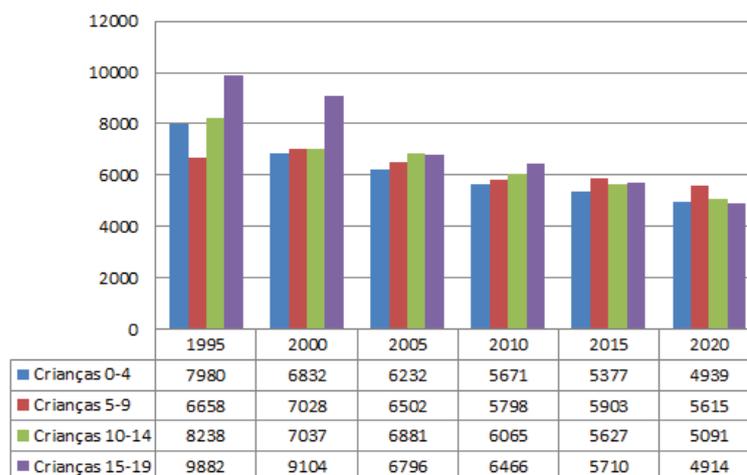
Gráfico 13. Evolução da População residente por Grupos etários (0-19 anos) no Município de Coimbra e respetiva linha de tendência até 2020



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente (1991-2010). Última atualização a 7 de junho de 2011

No gráfico (13), à semelhança da taxa de natalidade, é possível constatar que, na zona de Coimbra, existe uma tendência de diminuição de todas as faixas etárias em idade escolar, cujo resultado prevê uma diminuição de alunos nas escolas do concelho.

Gráfico 14. Evolução da População residente (N.º) por Grupos etários (0-19 anos) para o Município de Coimbra



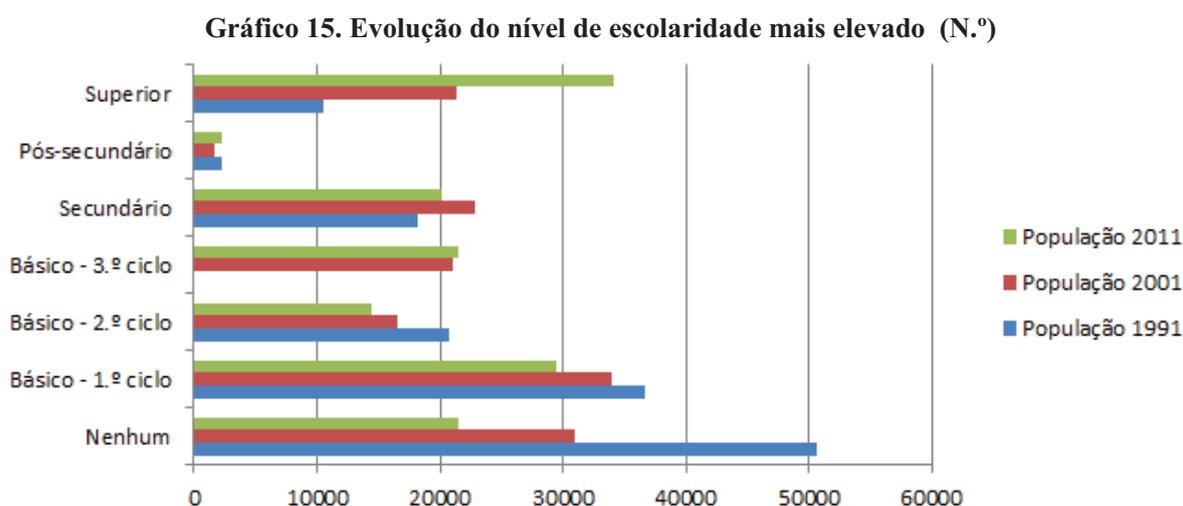
Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente (1991-2010). Última atualização a 7 de junho de 2011

Em conformidade com os gráficos anteriores é possível constatar que para o ano 2020 se projeta uma redução de crianças e jovens até os 19 anos (gráfico 14). No caso particular das crianças entre os 0 e os 4 anos, de 1995 a 2010 registou-se uma perda de 2309 crianças, projetando-se mais 732 até 2020, perfazendo um total de menos 3041 crianças a entrar no ensino.

Como é natural a diminuição do número de crianças e jovens, vai levar a uma diminuição do número de alunos nas escolas do concelho e, conseqüentemente, poderá levar ao cenário de “salas vazias”. Estas situações sendo possíveis de ser pensadas *à priori*, podem permitir delinear estratégias de otimização de recursos na gestão dos equipamentos escolares, assim como, anteceder e gerir alguns dos conflitos associados aos mesmos nas freguesias correspondentes. Mais do que isso, deverá obrigar os responsáveis pelas políticas de âmbito nacional e municipal a promover medidas que contrariem esta tendência demográfica.

1.3. Desenvolvimento Socioeconómico

Uma das alterações positivas, visível desde os Censos 1991, é o aumento da escolarização entre os residentes do concelho de Coimbra. Todavia, torna-se importante conhecer as taxas de escolarização das respetivas freguesias de forma a poder atuar sobre situações como o analfabetismo, ou a ileteracia.

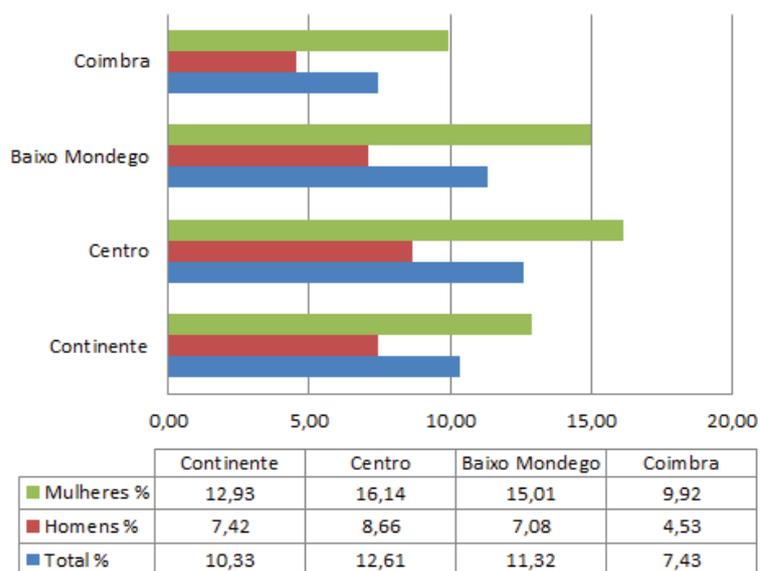


Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 20 de novembro de 2012.

De qualquer modo, os dados revelam um progresso geral do nível da qualificação dos habitantes do concelho de Coimbra (gráfico 15), uma vez que, desde a última elaboração da Carta Educativa (Tabela 3 da CEMC⁷), se verifica uma diminuição de 5,92% (de 20,88% a 14,96%) dos residentes sem qualificação (Tabela 9 em anexo). No entanto, os dados devem ser alvo de uma leitura cuidada, uma vez que as percentagens consideradas como “população não qualificada” podem induzir a uma ideia errada do analfabetismo real. Estas percentagens incluem as faixas etárias dos recém nascidos às crianças que frequentam o pré-escolar, das crianças até aos 10 anos que ainda frequentam ou não concluíram ainda o primeiro ciclo e dos adultos sem qualificação que sabem ler e escrever e/ou que estão a frequentar cursos no âmbito das Novas Oportunidades.

⁷ CEMC – Carta Educativa do Município de Coimbra Recensão Crítica da Carta Educativa de Coimbra 2008/15

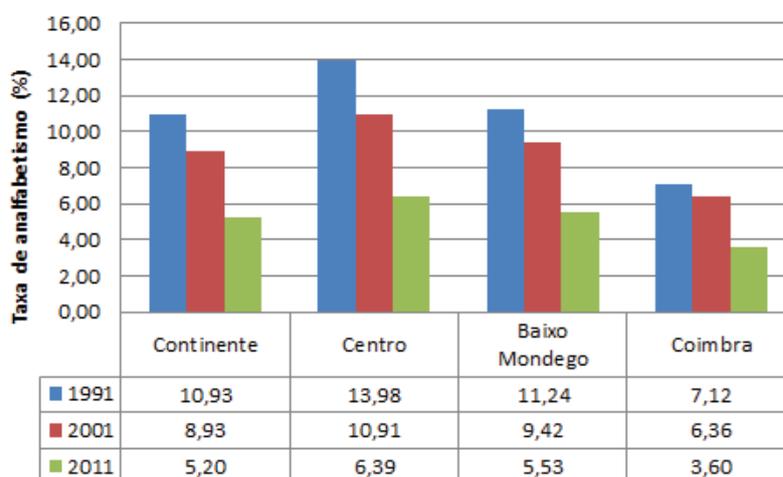
Gráfico 16. População residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (%)



Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 16 de fevereiro de 2013.

Neste sentido complementa-se a informação com indicadores recentes por parte do INE, no qual se constatou que a taxa da população residente com 15 ou mais anos, sem nenhum nível de escolaridade completo (gráfico 16), se situa no valor de 7,43 pontos percentuais. Este valor é muito abaixo da média da zona Centro (NUTS II) e Nacional (NUTS I).

Gráfico 17. Taxa de Analfabetismo da População Residente (%) por local de residência

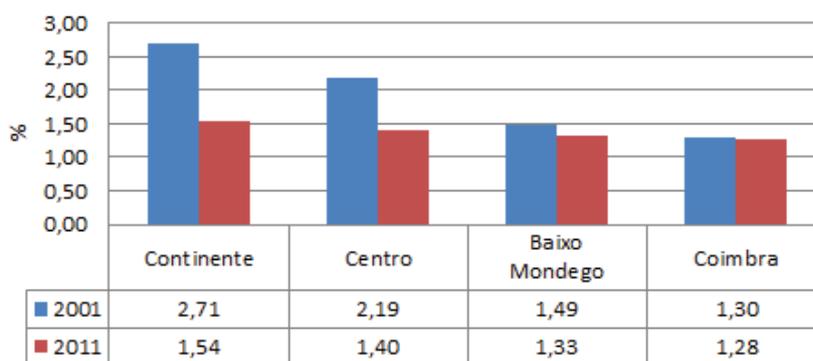


Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 20 de novembro de 2012.

Na análise da taxa de analfabetismo (gráfico 17) pode-se constatar a efetiva evolução da qualificação da população adulta. Neste sentido, verifica-se um decréscimo de 2,76 % entre 2001 e 2011 de adultos analfabetos em Coimbra, uma taxa que se mantém significativamente abaixo da média da zona centro (NUTS II) e do próprio continente (NUTS I).

No âmbito do estudo da qualificação da população de Coimbra, compreende-se a necessidade de verificar se a taxa de abandono escolar acompanha a evolução do aumento da qualificação das crianças e jovens, todavia, esta seria uma análise a ser realizada mais detalhadamente num outro estudo.

Gráfico 18. Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência



Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 12 de março de 2013.

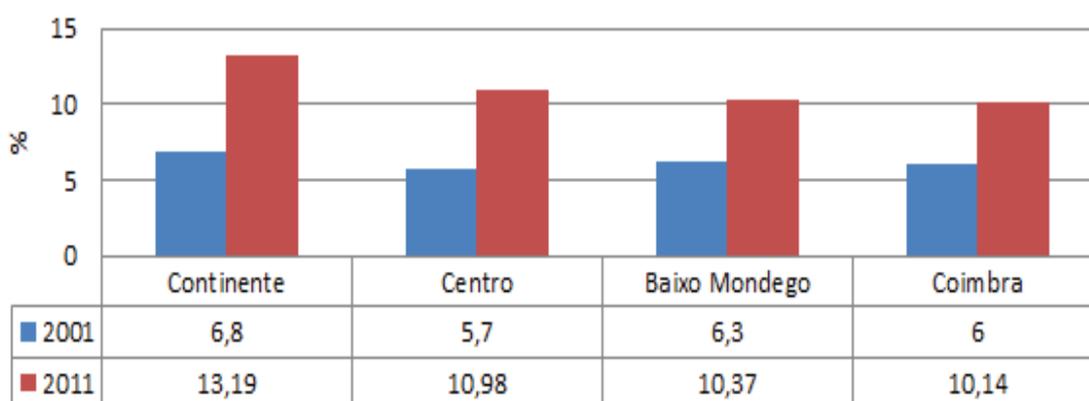
No que respeita ao abandono escolar, durante a primeira década deste século, verificou-se uma diminuição de 1,17%, o que representou uma quebra de 43,17 pontos percentuais sobre a taxa de 2,71 % que se contabilizava em 2001. Todavia, Coimbra embora se mantendo abaixo da média nacional (NUTS I) manteve praticamente a mesma taxa de abandono, reduzindo em apenas 0,02% (gráfico 18).

Embora estes dados possam dar a entender que os esforços feitos para abolir o abandono escolar não tenham sido eficazes para este concelho, esta é uma análise que carece de informações adicionais, uma vez que, ao se verem algumas destas percentagens por freguesia, verifica-se que algumas viram a sua taxa de abandono descer em 100%, tendo como exemplo o Botão (uma das duas freguesias rurais), enquanto outras da área urbana viram este valor subir, caso da Almedina que viu o abandono escolar aumentar de 1,43 para 5,36 %. Isto pode indicar

que há transformações sociais a decorrer de diferentes modos nas diversas partes do município, que devem ser tidas em consideração pelos políticos que o governam.

Uma das variáveis diretas que está na base da migração da população residente é a empregabilidade. É certo que tal não está só nas mãos dos responsáveis pela administração municipal. Mas a capacidade dos municípios manterem os seus municípes criando postos de trabalho ou conseguindo manter as empresas e serviços em funcionamento, preferencialmente perto da área de residência pode ter algum impacto na forma como se relaciona o concelho com o fenómeno da migração. Mas ainda mais relevante para o equilíbrio social do município é a problemática do desemprego, que, como é óbvio, tem implicações com a dinâmica escolar.

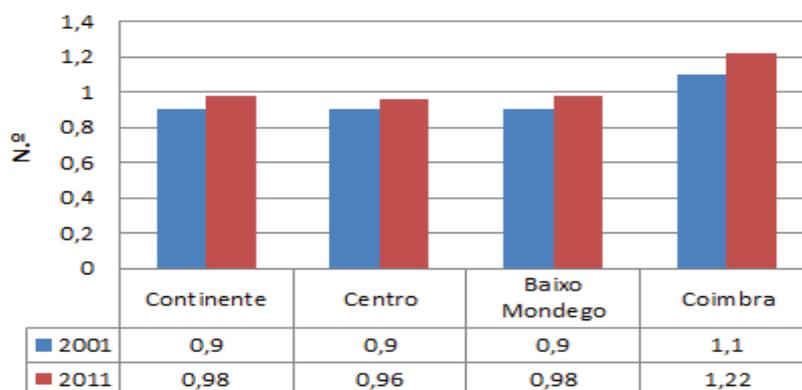
Gráfico 19. Taxa de desemprego (%) por Local de residência



Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 20 de novembro de 2012.

No que corresponde à taxa de desemprego (gráfico 19), Coimbra, à semelhança do que ocorreu no resto do país, presenciou um aumento na ordem dos 4,14% desde 2001 até 2011, onde o registo foi de 10,14%, conseguindo, no entanto, manter-se abaixo da taxa média de desemprego a nível nacional (NUTS I) que ultrapassa os 13%.

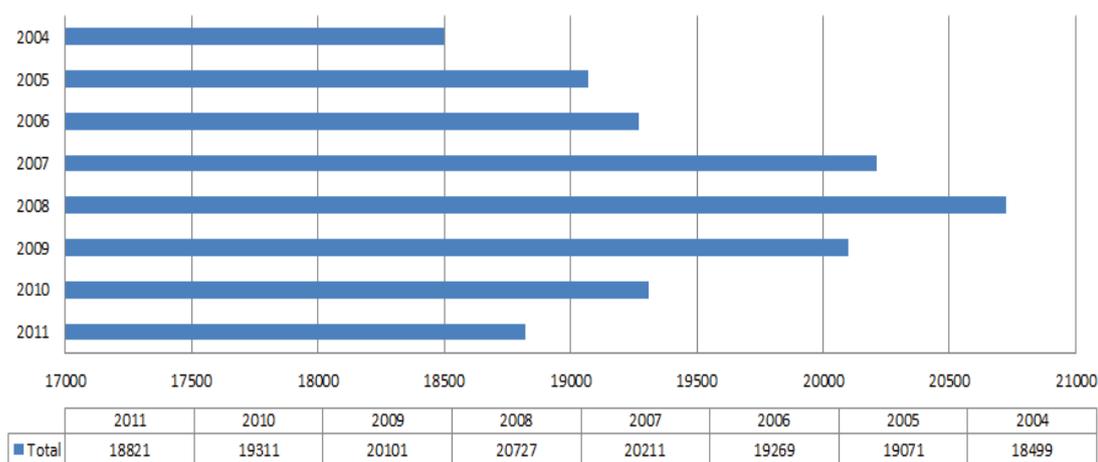
Gráfico 20. Índice de polarização de emprego (N.º) por Local de residência.



Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 05 de março de 2013.

Pelo gráfico (20), que respeita ao índice de polarização de emprego⁸, verificamos que a relação de população empregada e residente em Coimbra é de facto considerável (1,22%) tendo em conta o panorama nacional. Significa isto que qualquer análise sobre a oferta escolar deve atender ao estudo da mobilidade escolar, dado ser não só o local de residência dos pais, como também o de emprego. Por outro lado, se houver uma política que favorece o emprego no município, isso poderá ter consequências na procura escolar. Ora o número de empresas parece estar a diminuir no concelho de Coimbra.

Gráfico 21. Evolução do N.º de Empresa no concelho de Coimbra

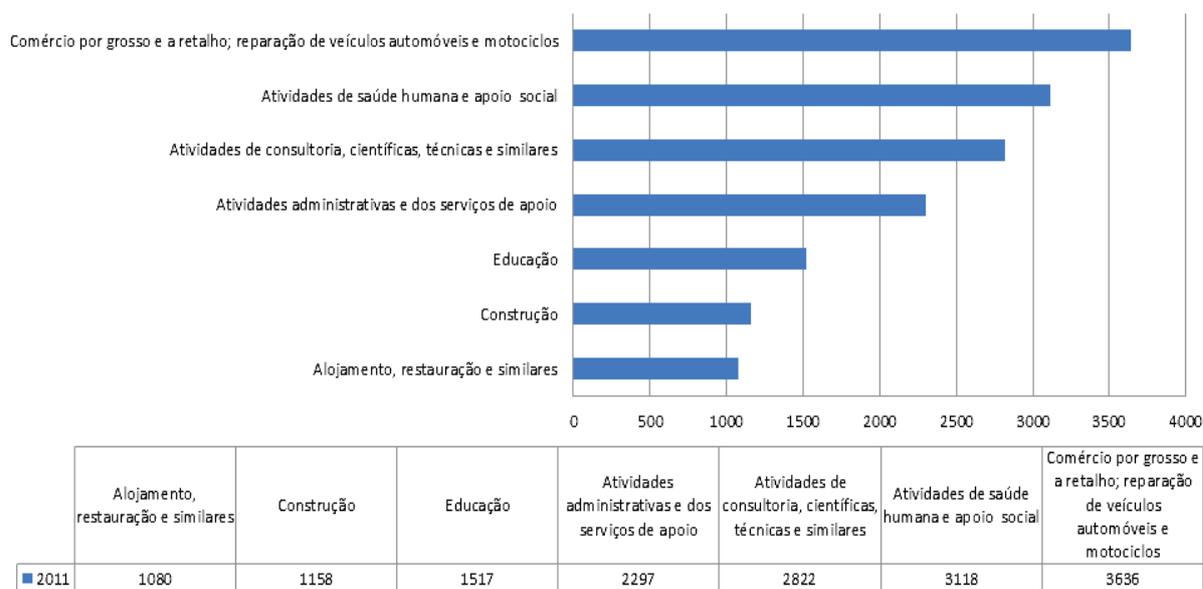


Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE). Última atualização a 29 de agosto de 2013.

⁸ Relação entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população aí residente e empregada.

De forma ter uma visão que complemente o índice de polarização de emprego verificou-se que de um total de 18821 empresas existentes no concelho (gráfico 21), o tipo de empresas com maior influência são as do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas, com 3636 empresas, seguidas pela atividades de saúde humana e apoio social com 3118 (gráfico 22).

Gráfico 22. Empresas (N.º), Atividade económica.



Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE). Última atualização a 29 de agosto de 2013.

Dos números disponíveis transparece a ideia de que se está diante de uma diminuição de empresas a laborar em Coimbra, situação que pode explicar a elevada taxa de crescimento migratório, todavia, este movimento iniciou-se no ano 2000 (gráfico 9) muito anterior ao fecho de empresas, que cujo pico se verificou em 2008, coincidente com o início da crise que o país tem vindo a testemunhar.

1.4. Análise da Rede Escolar do concelho de Coimbra

Obviamente, ao estudo da demografia e evolução socioeconómica, interessa aqui uma análise à rede escolar, à caracterização da sua procura e oferta, de modo a permitir uma compreensão fidedigna da realidade educativa.

Neste sentido, para acompanhamento da análise em curso foi necessário ter acesso ao mapa dos Agrupamentos de Escolas, todavia, o mapa efetivo nunca fora elaborado, informação que se retirou após solicitações à DE, ao GIG e à DREC a partir de pedidos do próprio Diretor, Dr. João Gaspar do DDSAE. Pelo que, se elaborou com o apoio do GIG um mapa provisório apenas para suporte à presente análise (figura 13), uma vez que, se encontrava em estudo o reordenamento do território educativo para Mega Agrupamentos, com previsão para começar a vigorar no ano letivo 2012/2013.

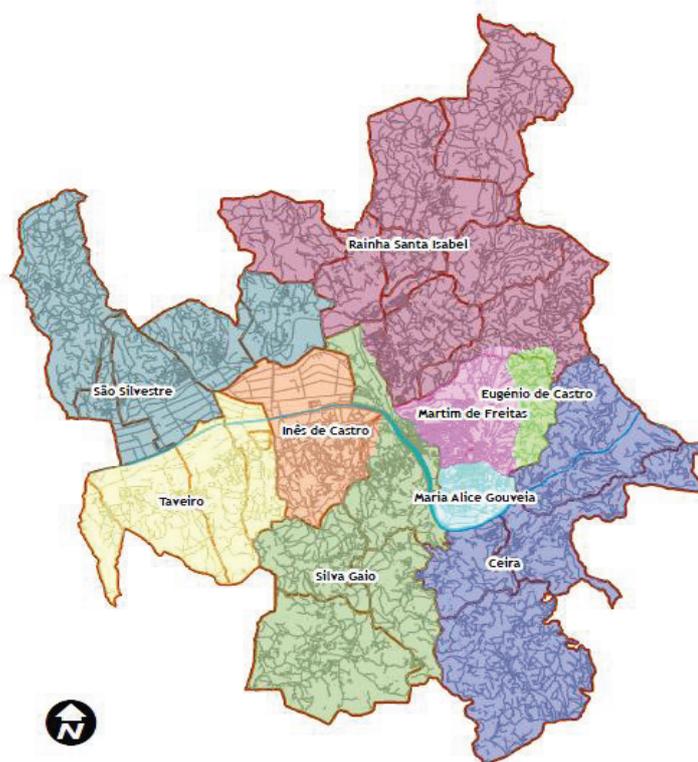


Figura 13. Mapa dos Agrupamentos de Escolas⁹

⁹ Mapa provisório, cedido pelo Gabinete de Informação Geográfica (GIG).

A Rede Escolar Pública do concelho de Coimbra referente ao ano letivo de 2011/2012 tinha uma composição de 6 Agrupamentos, nos quais estavam incluídas 64 escolas do 1º ciclo, 31 Jardins de Infância e 4 Centros Escolares. Neste sentido, podemos concluir que, quanto à caracterização da oferta educativa do município de Coimbra, esta apenas sofreu pequenas alterações após o ano letivo de 2007/08 (tabela 18 da CEMC), tendo apenas sido construído um Centro Escolar (Centro Escolar Solum Sul) e suspensas sete escolas do Ensino Básico do 1º ciclo (EB1). No ensino privado mantiveram-se ativas todas as escolas do Ensino Básico e Secundário, mas houve um aumento de duas escolas no Pré-escolar. Na rede solidária mantem-se igualmente um total de 32 estabelecimentos com o pré-escolar com capacidade de 1925 crianças (tabela 1).

Tabela 1. Total de Equipamentos Escolares Ativos e agrupados no Município de Coimbra

Escolas Ativas Agrupadas - Rede Pública ¹⁰										
Agrupamentos	Creche	Creche +JI	JI	EB1	Centro Escolar	EB23	EB23+ES	ES	ES+EB3	Total
Ceira	0	0	1	5	0	1	0	0	0	7
Eugénio de Castro	0	0	0	3	1	1	0	0	0	5
Inês de Castro	0	0	3	6	0	1	0	0	0	10
Maria Alice Gouveia	0	0	1	4	1	1	0	0	0	7
Martim de Freitas	0	0	1	4	2	1	0	0	0	8
Taveiro	0	0	5	5	0	1	0	0	0	11
Rainha Santa Isabel	0	0	10	19	0	1	0	0	0	30
São Silvestre	0	0	6	8	0	1	0	0	0	15
Silva Gaio	0	0	4	10	0	1	0	0	0	15
Total	0	0	31	64	4	9	0	0	0	108

Fonte: CMC – Informação cedida pela Divisão da Educação

Tabela 2. Total de Equipamentos Escolares Ativos Não-agrupados no Município de Coimbra

Escolas Ativas Não agrupadas - Rede Pública e Rede Social										
Outras Zonas	Creche	Creche +JI	JI	EB1	Centro Escolar	EB23	EB23+ES	ES	ES+EB3	Total
Rede Social	9	27	4	0	0	0	0	0	0	40
Escolas não agrupadas	0	0	0	0	0	0	1	2	5	8
Total	9	27	4	0	0	0	1	2	5	48

Fonte: CMC – Informação cedida pela Divisão da Educação

¹⁰Sob a tutela da CMC

No que respeita à oferta, a informação do parque escolar, ocorre com algumas incoerências na Carta Educativa 2008/2015, nomeadamente:

- Diferenças de informação entre as tabelas que integram o conteúdo do documento e as informações dos seus anexos, sendo tidas em consideração as escolas ativas até ao ano de 2007/08 (inclusive), enquanto nas tabelas do seu Anexo I são referenciadas escolas já suspensas neste ano letivo¹¹.
- Casos como o da Escola Básica da Lameira, que é referida nos quadros em anexo. Esta, após a última remodelação em 2004, passou a ser denominada Escola Básica de Cernache (EB1), denominação usada no restante documento da Carta Educativa. Manifesta-se assim a necessidade de atualização coerente das informações de acordo com o parque escolar em vigor.
- O estudo efetuado no âmbito da preparação para os trabalhos da Carta Educativa sobre a qualidade da oferta educativa são referenciadas as respostas essenciais dadas pelos encarregados de educação e que demonstram maioritariamente uma satisfação com a oferta do ensino existente e respetiva ministração. No entanto, dada a importância deste estudo, considera-se que deveria ter sido mais explorado a nível da Carta Educativa, dado também ter sido esse o propósito da sua realização.

No âmbito da procura educativa, torna-se pertinente o conhecimento do número de alunos que frequentam a rede educativa do concelho e a escolarização atual da população residente.

¹¹ Ver Escolas Suspensas – Tabela 26

Tabela 3. Evolução do Nível de Escolaridade mais elevado completo da População residente do Município de Coimbra

Coimbra	Total	Nenhum	Básico 1.º ciclo	Básico 2.º ciclo	Básico 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
População 1991	139052	50703	36612	20797	0	18150	2274	10516
Peso %	100,00%	36,46%	26,33%	14,96%	0,00%	13,05%	1,64%	7,56%
População 2001	148443	30991	34006	16525	21088	22845	1695	21293
Peso %	100,00%	20,88%	22,91%	11,13%	14,21%	15,39%	1,14%	14,34%
População 2011	143396	21453	29486	14441	21421	20189	2250	34156
Peso %	100,00%	14,96%	20,56%	10,07%	14,94%	14,08%	1,57%	23,82%

Fonte: INE – Escolaridade da População Residente à data dos Censos de 2011 (dados provisórios).
Última atualização a 7 de dezembro de 2011.

Uma das evoluções no que respeita à qualificação da população é o aumento considerável dos munícipes com formação superior, que atualmente se encontra nos 23,82%. Esta situação juntamente com a diminuição do abandono escolar, analisada anteriormente, demonstra um investimento populacional na educação ao longo dos últimos anos e que não tende a diminuir. Assim, considera-se que apenas a dinâmica populacional poderá ter um impacto efetivo na diminuição do número de alunos matriculados no concelho.

Tabela 4. Alunos Inscritos (Nº) nas Escolas do Município de Coimbra no Ano Letivo 2011/2012¹²

Agrupamento	Creche	pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	PAC	CEF	Secund.	Cursos Prof.	EFA	Total
Ceira	0	35	229	57	69	0	0	0	0	0	390
Eugénio de Castro	0	50	503	311	332	0	0	0	0	0	1196
Inês de Castro	0	120	510	129	212	0	0	0	0	0	971
Maria Alice Gouveia	0	115	499	314	271	0	0	0	0	0	1199
Martim de Freitas	0	95	588	381	445	0	0	0	0	0	1509
Rainha Santa Isabel	0	228	827	163	195	59	15	0	0	0	1487
São Silvestre	0	171	299	102	129	0	0	0	0	0	701
Silva Gaio	0	72	451	47	111	24	25	0	0	0	730
Taveiro	0	101	243	97	103	0	17	0	0	0	561
Total 1¹³	0	987	4149	1601	1867	83	57	0	0	0	8744
Rede Social	1432	1782	0	0	0	0	0	0	0	0	3214
Escola não agrupada	0	0	0	43	810	0	0	4101	1503	155	6612
Privada	0	81	285	879	1304	0	85	550	40	0	3224
TOTAL	1432	2850	4434	2523	3981	83	142	4651	1543	155	21794

¹² Sem informação dos dados das Escolas Privadas: Instituto de Almalaguês; Colégio de São Teotónio; e Instituto de Lordemão.

¹³ Escolas sob a Tutela da Câmara Municipal de Coimbra (CMC)

Na atual rede educativa verifica-se ainda uma diminuição em todos os anos de ensino, do número de alunos matriculados, com exceção do pré-escolar (tabela 5¹⁴), que embora de frequência facultativa, é cada vez mais uma das opções das famílias. O aumento de 12 jardins de infância no ensino público desde 2001 permitiu também a inserção das crianças, até então sem acesso a este nível de ensino.

No que respeita à informação disponibilizada na Carta Educativa, considera-se importante a introdução das escolas de cariz solidário que fazem parte da Rede Social, uma vez que, não só permitem a existência de creches, como representam no pré-escolar mais do dobro dos alunos matriculados no ensino público, abrangendo um total de 1925 crianças no ano letivo de 2011/12 (tabela 18 em anexo).

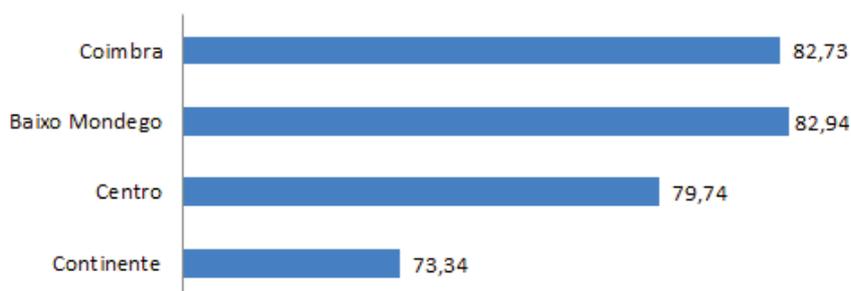
Todavia, se ao longo dos anos se tem assistido a alterações das políticas no que diz respeito ao ensino pré-escolar, ele não tem sido considerado como obrigatório, e a sua procura tem aumentado, pelo que, embora o número de crianças não tenda a aumentar conforme previsto na Carta Educativa 2008/15, a necessidade de mais equipamentos escolares com pré-escolar mantem-se, devido ao reduzido número de equipamentos existentes para o número de crianças nesta faixa etária. Através do Censos de 2011 identificamos entre os 0 e os 4 anos um total de 5671 crianças, contudo, no ensino público¹⁵ no ano letivo 2011/2012 existe um total de 3214 inscritas (pré-escolar e creches), não existindo a capacidade por parte dos privados de dar resposta aos pedidos para mais de 2000 crianças, mesmo com os acordos de associação.

Nas Escolas do Ensino Secundário público destaca-se o número de alunos inscritos no ano letivo 2011/2012. Este número corresponde a um total de 4101 alunos, mais 1503 que se encontram inscritos nos Cursos Profissionais disponíveis nas Escolas do Ensino Secundário (tabela 5). É de referir que os dados não são explícitos quanto à consideração desta população na anterior Carta Educativa.

¹⁴ Sugere-se a consulta simultânea à Tabela 9 da Carta Educativa do Município de Coimbra 2008/15.

¹⁵ Neste total considerou-se o conjunto das escolas da Rede Pública com a capacidade das da Rede Social (Tabela 22 dos anexos).

Gráfico 23. População residente com idade entre 3 e 5 anos a frequentar a educação pré-escolar (%) em 2011.



Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 16 de fevereiro de 2013.

Como exemplo de mau planeamento temos o caso do Jardim de Infância do Centro Escolar da Solum Sul. Logo para o seu início não tinha capacidade para receber as crianças que o procuravam, pois para um total de 50 vagas existiam 125 inscrições no ano de 2012. Assim, a solução passou por reativar o jardim de infância da Solum. Mas soluções como esta raramente são possíveis de concretizar.

Certo é que só 82,73% da população residente, com idade entre 3 e 5 anos, se encontra a frequentar a educação pré-escolar em Coimbra (Gráfico 23), sendo uma percentagem inferior à média nacional. Seria de todo o interesse compreender os motivos que levam os pais a não optar pelo ensino pré-escolar, considerando-se a possibilidade financeira por falta de vaga num público ou por disponibilidade familiar dos encarregados de educação.

2. 1º ciclo como lente do futuro do sistema educativo

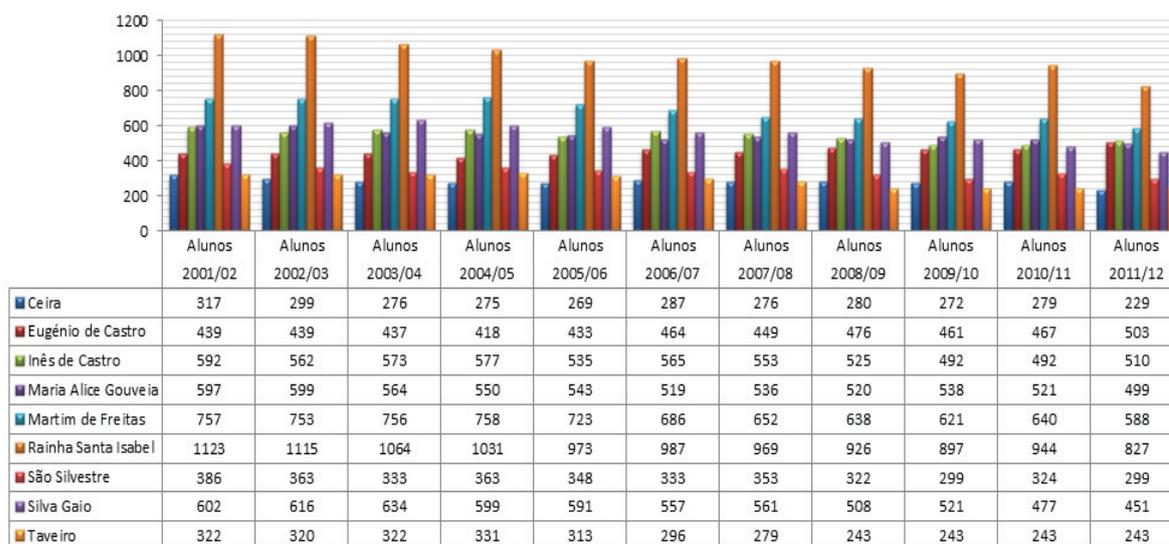
Ainda que o investimento na escolarização por parte da população não demonstre uma tendência decrescente, a dinâmica populacional poderá ter um impacto negativo na diminuição do número de alunos matriculados no concelho, pelo que, para este estudo decidiu-se adicionalmente analisar as estatísticas sobre a dinâmica da população escolar, vendo projeções até 2020 e mobilidade, utilizando como referência o primeiro ciclo do ensino básico público,

dado ser o primeiro ciclo escolar obrigatório e cuja gestão é da responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra.

2.1. Evolução dos Alunos inscritos no 1º Ciclo

Analisando o gráfico 24, verificou-se, de uma forma genaralizada, uma diminuição do número de alunos, mais concretamente, no primeiro ciclo do ensino básico registou uma perda de 19,2% dos seus alunos desde 2001, ou seja, assistiu-se a uma passagem de 5135 para 4149, em dez anos.

Gráfico 24. Evolução dos Alunos inscritos no 1º Ciclo (Nº), por Agrupamento de Escolas do Município de Coimbra



Fonte: CMC – Última atualização a 30 de setembro de 2011.

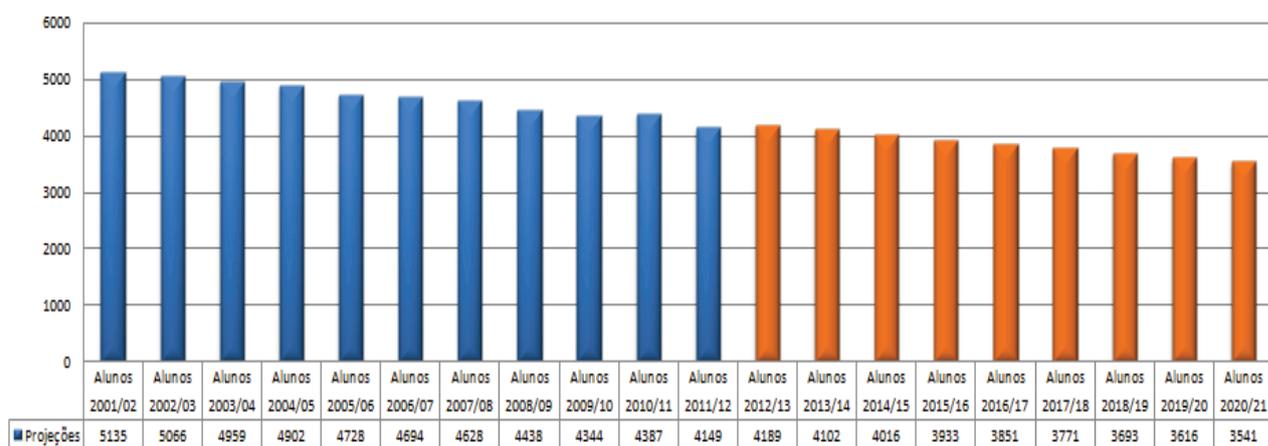
Ao se analisar a evolução do número de alunos inscritos nos agrupamentos de escolas do concelho de Coimbra, verifica-se que, de um modo uniforme, existe um decréscimo do número de alunos em todos os agrupamentos. As variações pontualmente registadas correspondem não a um aumento de alunos mas a uma transferência entre os mesmos, devido à suspensão de escolas, construção de Centros Escolares e acessibilidades. Como exemplo temos

o Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro, onde, em 2011, em virtude da construção do Centro Escolar da Solum Sul, cativou alguns dos alunos de escolas da área de residência.

2.2. Projeção da população do primeiro ciclo da rede pública (Coimbra)

Dadas as variações do número de crianças inscritas no primeiro ciclo do ensino básico, conclui-se que as projeções deverão incidir sob o número total de alunos inscritos e não isoladamente por agrupamentos de escolas ou freguesias. Neste sentido, projetou-se e foram analisadas quatro situações: a evolução do número de alunos até 2020, o cruzamento com o número de crianças em idade escolar (5-9 anos), a evolução por áreas (urbana e rural).

Gráfico 25. Evolução dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo público (Nº) no Município de Coimbra, e respetiva linha de tendência até 2020



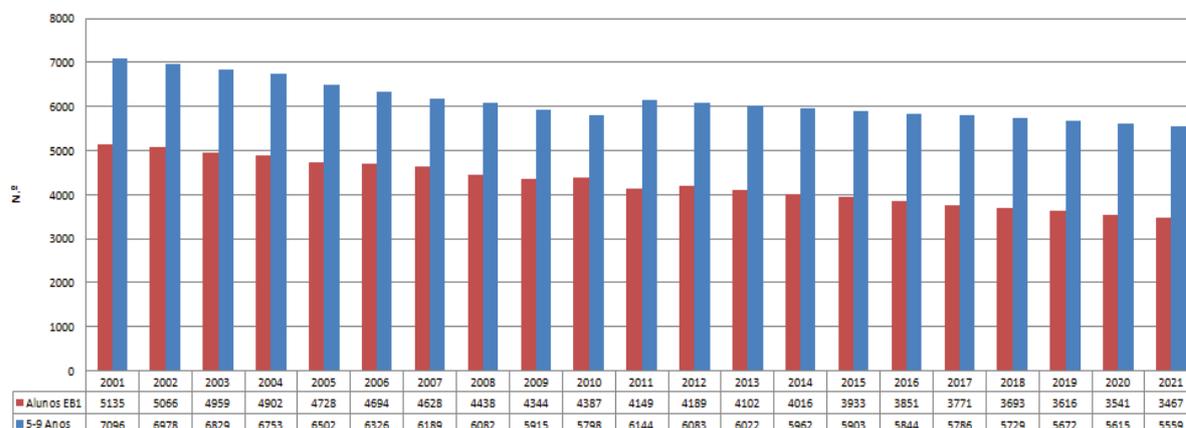
Fonte: CMC (dados até 2011/12 cedidos pela DREC). Última atualização a 30 de setembro de 2011.

Na análise do gráfico (25), conclui-se que o número de alunos inscritos para o ano 2020, que atualmente se centra nos 4149, segundo a projeção será de 3541 alunos no primeiro ciclo. Esta situação poderá levar à discussão de encerramento de escolas, por falta de alunos, o que certamente levantará polémicas.

Os dados apresentados resultados são inferiores aos expostos na Carta Educativa, que apontavam para um crescimento do número de alunos inscritos no EB1. Isto mostra quanto é

necessário rever tal documento e quanto este pode ser enganador para as tomadas de decisão no planeamento da educação do município.

Gráfico 26. Cruzamento entre a evolução do número de alunos do EB1 da rede pública e o n.º de Crianças nessa idade escolar.



Fonte: CMC (dados até 2011/12 cedidos pela DREC) e INE. Última atualização a 30 de setembro de 2011.

Ao cruzarmos a evolução do número de alunos do EB1 da rede pública e o n.º de Crianças nessa idade escolar, com projeção para 2020 (gráfico 26), constatamos que a tendência é decrescente em ambas as situações, mantendo-se a diferença de sensivelmente 2000 alunos. Esta diferença poderá considerar-se aceitável, dada a possível integração em escolas privadas, mas tal deve merecer um levantamento mais detalhado da situação.

Gráfico 27. Evolução dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo (Nº) no Município de Coimbra, por Áreas urbanas, e respetiva linha de tendência até 2020.



Fonte: CMC (dados até 2011/12 cedidos pela DREC). Última atualização a 30 de setembro de 2011.

De acordo com os dados obtidos, foi possível traçar a evolução do número de alunos do 1º ciclo de acordo com três tipologias delineadas pelo INE em 2009:

- APR – Área predominantemente rural,
 - AMU – Área medianamente urbana;
 - APU – Área predominantemente urbana.
-
- **Área predominantemente rural** – Existem apenas duas freguesias que se enquadram nesta tipologia, nomeadamente o Botão e Vil de Matos¹⁶, freguesias que embora de uma razoável dimensão contam apenas com 2458 habitantes, número que em conjunto se mantem igual desde 2001. No que respeita a alunos do 1º ciclo no ano letivo de 2011/2012 encontravam-se inscritos apenas 69 alunos, prevendo-se no entanto uma evolução crescente de 52,17% nos próximos 10 anos.
 - **Área medianamente urbana** – Existem quatorze freguesias que se enquadram nesta tipologia, abrangendo praticamente metade do concelho de Coimbra; nela encontram-se incluídas freguesias como Torres do Mondego, que se encontra dividida pelo rio Mondego e onde um das suas margens é considerada rura. No que respeita a alunos do 1º ciclo, no ano letivo de 2011/2012 encontravam-se inscritos 948 alunos, prevendo-se uma perda de alunos de 10,65% nos próximos 10 anos.
 - **Área predominantemente urbana** – Também metade do concelho de Coimbra se enquadra nesta tipologia, porque incluir quinze freguesias. No âmbito de alunos inscritos no 1º ciclo, no ano letivo de 2011/2012 contam-se 3122 crianças, sendo nesta parte do concelho que se prevê a maior perda de alunos nos próximos 10 anos, e que deverá ser da ordem dos 17,81%.

Da nossa análise podemos constatar que o maior decréscimo de alunos do 1º ciclo do ensino básico público incide sobre a zona urbana. No entanto, será necessário fazer a distinção entre as freguesias que situam mais perto do centro da cidade, e as que, à semelhança de Ceira (considerada urbana devido às suas características), se encontram na periferia. É necessário ter em atenção que escolas como a Escola Básica de Ceira que tem 81 alunos inscritos, (única

¹⁶ Consultar tabela 27 dos anexos

escola de 1º ciclo de ensino básico), podem resistir melhor do que outras que têm 20 ou menos crianças. Ou seja, a perda de alunos do 1º ciclo não é só desproporcional entre as freguesias, como pode ter consequências distintas em face do seu tamanho. A diminuição de dois outrês alunos pode significar o fecho de algumas escolas e isso provoca problemas às famílias e ao município.

2.3. Mobilidade dos Alunos do 1º Ciclo no Município de Coimbra

Coimbra continua a ser um concelho com uma oferta educativa vasta que prima pela qualidade, este factor associado à localização do local de trabalho dos encarregados de educação e restante família leva à matricula de crianças dos concelhos vizinhos nas escolas do Município de Coimbra.

Tabela 5. Fluxo migratório dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo, no Ano letivo 2011/12, nas Escolas do Município de Coimbra

Local de residência	Alunos	Peso %
Coimbra	3717	89,5%
Outros concelhos	435	10,5%
TOTAL	4152	100%

Fonte: CMC – Plataforma de Gestão Educativa¹⁷ (Informações cedidas pelos Encarregados de educação).
Última atualização a 12 de Janeiro de 2012.

Nesta análise sobre a mobilidade confirma-se que 10,5% dos alunos que frequentam as escolas do município são provenientes de outros concelhos (tabela 5), destacando-se os de Condeixa-a-Nova, 132 alunos, que representam 30,3% no total (tabela 6).

Se numa primeira análise os dados não são surpreendentes nem parecem colocar grandes problemas à organização municipal, eles podem refletir-se em algumas escolas em

¹⁷ Plataforma da Responsabilidade da CMC, com o fim de gerir todas as informações dos alunos inscritos nas escolas sob a tutela da CMC (Pré-escolar e 1º Ciclo), nomeadamente Refeições Escolas, Transportes. A inscrição é obrigatória, no entanto, devido a informações incompletas disponibilizadas pelos Encarregados de Educação não foi possível considerar um total de 10 inscrições. O número na totalidade difere em 13 alunos de 30 de Setembro de 2011 e 12 de Janeiro de 2012, devido a inscrições e transferências que ocorreram fora do período normal de matrícula.

particular. Tendo-se Condeixa a Nova como referência, verifica-se que 72 alunos se distribuem pelas EB1 de Cernache (10), EB1 da Feiteira (15) e EB1 de Casconha (26), escolas da periferia e pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Silva Gaio, o que representa um total de 17,3% do número de alunos. Ora isto significa que estes alunos têm grande importância para a manutenção de turmas ou até para a existência da escola. Por outro lado, o município de Coimbra pouco sabe sobre a estratégia das políticas dos autarcas dos concelhos vizinhos. Ou seja, não há dados suficientes para prever com rigor o que pode vir a acontecer nos próximos anos nestes escolas.

Tabela 6. Fluxo migratório dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo, no Ano letivo 2011/12, nas Escolas do Município de Coimbra, por Concelho Fora da Zona do Município de Coimbra

Outros Concelhos (10,5%)		
Concelhos	Alunos	Peso %
Águeda	1	0,2%
Anadia	3	0,7%
Cantanhede	17	3,9%
Condeixa a Nova	132	30,3%
Figueira da Foz	5	1,1%
Lousã	39	9,0%
Mealhada	50	11,5%
Mira	1	0,2%
Miranda do Corvo	46	10,6%
Montemor o Velho	61	14,0%
Penacova	42	9,7%
Penela	5	1,1%
Porto	1	0,2%
Soure	15	3,4%
Tábua	1	0,2%
Vila Nova de Poiares	16	3,7%
TOTAL	435	100%

Fonte: CMC – Plataforma de Gestão Educativa (Informações cedidas pelos Encarregados de educação).
Última atualização a 12 de Janeiro de 2012.

O tema da mobilidade é de enorme importância para o município de Coimbra dado o seu impacto na rede educativa de Coimbra. É a análise da mobilidade que permite uma compreensão do fluxo estudantil e compreender se os alunos se deslocam para outros concelhos vizinhos, ou destes para Coimbra. Importa saber, por exemplo, como centros escolares

construídos nos municípios vizinhos e a oferta de transportes escolares em concelhos como o de Cantanhede, condicionam ou influenciam a frequência em escolas do município de Coimbra.

Tal situação mostra que a análise da mobilidade estudantil não é coisa fútil. Importa considerá-la numa verdadeira política municipal, tanto mais que o desenvolvimento da cidade de Coimbra pode ganhar muito com essa mobilidade.



Figura 14. Mobilidade das crianças do 1º Ciclo (2011/2012).

3. Diagnóstico estratégico e avaliação da Carta Educativa de Coimbra.

No decorrer dos últimos anos a rede educativa tem vindo a sofrer algumas alterações, com encerramentos de escolas e reorganização de agrupamentos, etc., mas também como muitas hesitações sobre o caminho a prosseguir. Chegou-se mesmo a prever a eliminação de todas as escolas com apenas uma sala. Todavia, decisões como esta levariam à suspensão de escolas e por consequência à sua extinção em algumas das freguesias do concelho, o que contraria a Carta Educativa, onde é dada a garantia que cada freguesia necessita de ter um equipamento de ensino. Nesta situação encontram-se Vil de Matos, Arzila e Antuzede que, por terem menos de 21 alunos¹⁸ (tabela 16 do anexo), se encontram na proposta para suspensão em 2012/2013¹⁹.

¹⁸ Decreto -Lei n.º 28/2005, de 10 de fevereiro

¹⁹ À Posteriori do cumprimento do estágio, apenas a escola de Torre de Bera foi suspensa e Vil de Matos continua em instalações temporárias devido às más condições do edifício.

O caso da freguesia de Vil de Matos é uma das situações em que a escola dificilmente se manterá ativa, dado o estado frágil do estabelecimento, que pode pôr em risco o quotidiano os seus alunos. Este espaço, inclusive, já não se encontrava em funcionamento nos últimos dois períodos do ano letivo 2011/2012. Poder-se-ia colocar a possibilidade de reabilitação da escola, todavia, financeiramente tal não se justifica porque facilmente se colocarão os seus alunos na freguesia de Trouxemil, onde existem salas disponíveis (tabela 16 do Anexo).

Tal situação deve ainda ser equacionada em face do agrupamento de freguesias. Neste ponto dever-se-á ter ainda em mente que Vil de Matos será uma das freguesias a agregar dado que a sua população é de apenas 870 habitantes.

De qualquer modo, no que respeita aos equipamentos escolares, nomeadamente à sua suspensão, manutenção e/ou ampliação, alguns objetivos propostos “são até certo ponto conflitantes” (citando o descrito na Carta Educativa) dada a afirmação que “em certos aglomerados populacionais e em certas freguesias do município, o número de alunos existente (e previsto) não é suficiente para garantir os níveis mínimos de utilização desejáveis” (Carta Educativa 2008/15). Ou seja, como querer que todas as freguesias tenham escolas e a população destas as não justifique? A câmara deve ter uma posição mais fundamentada tecnicamente e a Carta educativa existente já não é um documento fiável para isso.

3.1. Planeamento da Rede Educativa

Uma das partes importantes da Carta Educativa em vigor é o Planeamento da Rede Educativa, uma vez que leva ao Programa de Execução e fornece dados à Câmara Municipal de Coimbra para as suas ações de intervenção. No caso da Carta Educativa em vigor procedeu-se à definição das zonas de planeamento, à análise de carências e aos processos de intervenção com o fim de cumprir os objetivos propostos.

Para a definição das zonas de planeamento do equipamento escolar, segundo o citado na Carta Educativa em estudo “tiveram-se em conta as características funcionais e a organização

administrativa do município, bem como o tempo de viagem por transporte público a que os alunos se devem encontrar das escolas”.

O planeamento proposto na Carta Educativa atual também poderá antever uma ideia de criação de três mega-agrupamentos para a Rede Escolar de Coimbra, composto pelas Zonas Norte, Sul Nascente e Sul Poente. A proposta de uma nova configuração dos nove Agrupamentos de Escolas para sete agrupamentos, foi inclusive recentemente lançada pela DREC²⁰, nos debates do Concelho Municipal de Educação. As propostas da DREC têm, no entanto, sido pouco aceites. Os membros do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Silva Gaio consideraram, por exemplo, que “a eficácia e a eficiência na gestão dos recursos humanos pedagógicos e materiais fica comprometida pela dispersão geográfica dos estabelecimentos de ensino” (Diário das Beiras²¹).

No que corresponde à elaboração de uma possível proposta de planeamento, esta caracteriza-se por ser um trabalho minucioso e moroso, no entanto, a organização em agrupamentos de escolas tem vindo a proporcionar melhorias em termos de articulação com a comunidade educativa, redução do isolamento das escolas, articulação vertical entre ciclos, reforço no combate à indisciplina e redução do insucesso escolar.

Assim, num concelho com a dimensão e diversidade de Coimbra e dada a integração das escolas do ensino secundário, o seu estudo teria de incluir uma pesquisa de informações sobre:

- Estudos da área de influência, para compreender quais as populações que ficariam abrangidas;
- Adaptação da rede de transportes ao novo mapa de agrupamentos;
- Características das escolas do ensino secundário, devendo ser escolhidas escolas centrais e que permitam uma gestão eficaz do agrupamento;
- Características dos agrupamentos atuais e que se devam manter sem ser agrupados, tendo como exemplo o agrupamento da Rainha Santa Isabel (antigo Agrupamento de Escolas da Pedrulha) que é o único Agrupamento TEIP

²⁰ DREC – Direção Regional de Educação do Centro

²¹ Edição a 15 de maio de 2012

(Território Educativo de Intervenção Prioritária) e que de obedecer a critérios específicos de organização;

- Centros Escolares de concelhos vizinhos e que poderão levar à quebra do número de alunos;
- Características das freguesias, no sentido de não concentrar tudo no centro urbano, esquecendo a periferia. Situações que poderão levar à desertificação de parte do município.

3.2. Plano de Execução e Plano de Financiamento.

Com base nas objeções já levantadas nos pontos anteriores, após uma análise do plano de execução e financiamento da Carta Educativa (2008/2015), considera-se que as intervenções apresentadas na mesma terão de ser revistas, evitando à Câmara Municipal uma despesa desnecessária com equipamentos escolares que poderão vir a ser suspensos. Como exemplo, temos a Escola Básica do Rossio de Santa Clara, que se encontra suspensa desde que a Carta se encontra em vigor, mas que se encontra no Plano de Execução para 2012/15.

De um ponto de vista mais prático e permitindo uma análise mais sistémica optou-se por analisar o Plano de Execução e Plano de Financiamento em conjunto. Nestes verificou-se que através dos relatórios de obras publicados pelo Departamento de Obras e Infraestruturas (DOIE) da CMC, que até à data de 30 de setembro de 2011²² foram realizadas um total de 30 obras num total de 8.591.653,12 € (Tabela 7).

O total apresentado ultrapassa o previsto para 2008/2011 e não abrange todas as obras, todavia, à data de concretização da Carta Educativa não estaria prevista a construção de raiz de um Centro Escolar (Solum Sul) e a ampliação de três escolas básicas, adaptadas para Centros

²² Não se considerou a proposta de intervenção da responsabilidade do Ministério da Educação, dado as informações não se encontrarem disponíveis.

Escolares, entre elas Coselhas e Quinta da Flores, assim como, Montes Claros onde foi necessário construir um jardim de infância.

Tabela 7. Obras realizadas a Equipamentos Escolares

	Curto Prazo (2008/2011)		Médio prazo (2012/2015)	
	Valor	Intervenções	Valor	Intervenções
Investimento previsto	5.890.000 €	41	2.600.000 €	24
Despesas nas obras previstas	6.258.120 €	19	1.508.500 €	5
Despesas em obras não previstas	825.033 €	6	0 €	0

Fonte: CMC – DOIE

No âmbito das propostas para 2012/2015 será necessário proceder a uma revisão urgente, dado que mais de 50% do valor previsto já se encontrar em formato de despesa efetiva e de estar prevista a construção de um novo Centro Escolar no Loreto, quando ainda existem escolas que aguardam ser intervencionadas e outras, como Vil de Matos, que embora não esteja contemplada não dispõe de condições estruturais para manter os seus alunos em segurança.

3.3. Situações especiais

No âmbito da Carta Educativa seria necessário dar um maior relevo à Educação Especial, uma vez que, apenas se encontram referenciadas as Unidade de Apoio ao Ensino Especial (tabela 17 dos anexos) existentes no município de Coimbra, sem algures no documento conhecermos o número de crianças que usufrui dos mesmos. Atualmente frequentam as escolas do ensino Pré-Escolar um total de 1008 alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) contrapondo com um total de 144 crianças no 1º Ciclo, número que foi possível apurar através da Divisão de Educação da CMC.

3.4. Análise SWOT

Apresentam-se de seguida, sob a forma de uma análise SWOT, elementos sintéticos de diagnóstico da situação atual, nesta pretende-se conhecer as relações existentes entre os pontos fortes e fracos da Carta Educativa assim como as tendências mais importantes que se verificaram ao longo da sua análise crítica.

a) Pontos Fortes

- Boa integração urbana da maioria das escolas na área envolvente e facilidades de acesso (nomeadamente por transporte público);
- Generalização do serviço de refeições, com estabelecimento de escalões de carenciados para o pré-escolar e 1º ciclo, à semelhança do estabelecido para os 2º e 3º ciclos do ensino básico;
- Generalização de uma resposta social e universal para o prolongamento de horários escolares do pré-escolar e do 1º ciclo, através das Atividades de Enriquecimento Curricular e Componente de Apoio à Família;
- Taxa de abandono no ensino básico abaixo da média nacional;
- Oferta de ensino público suficiente, com exceção do pré-escolar;
- Formação profissional e ensino privado qualificado;
- Presença significativa e diversificada de instituições de ensino superior (universidades e politécnicos).

b) Pontos Fracos

- Grandes desequilíbrios espaciais entre oferta e procura de ensino nas freguesias mais rurais (AMU e APR), com os equipamentos de maior capacidade (particularmente no secundário);
- Taxas insuficientes de cobertura da rede pública (do Ministério da Educação, na dependência da Câmara Municipal de Lisboa) de educação pré-escolar;
- Tendência de redução do número de alunos no ensino básico, podendo afetar *à posteriori* o ensino secundário público e baixas taxas de ocupação na maioria das escolas Secundárias.

c) Oportunidades

- Potencial de criação de ofertas educativas diversificadas para responder adequadamente ao alargamento da escolaridade obrigatória, sendo que a capacidade remanescente das escolas secundárias da capital assegura uma reserva assinalável;
- Políticas urbanísticas de revitalização da cidade, reabilitação do edificado e atração de casais jovens para se fixarem na cidade;
- Significativa oferta de ensino profissional e formação contínua, mobilizando entidades públicas e privadas;
- Crescente dotação de equipamentos educativos nas freguesias da periferia impedindo a deslocalização dos alunos para concelhos vizinhos.

d) Ameaças

- Dinâmicas demográficas de quebra significativa da população e da natalidade e tendência de envelhecimento nas zonas centrais da cidade, precisamente onde a dotação de equipamentos de ensino é mais elevada;
- Dinâmicas urbanas de crescimento dos concelhos vizinhos, onde as políticas de educação poderão levar à mobilização dos alunos para fora do concelho de Coimbra, devido aos seus apoios e ofertas educativas tornar mais aliciantes;
- Declínio da atratividade das atividades comerciais tradicionais.

4. Considerações finais

Partindo do pressuposto que a educação é um assunto de todos, o cidadão de um município não deve ser considerado apenas um número do estudo demográfico, mas acima de tudo deve ser integrado na elaboração da Carta Educativa, ouvindo-se nomeadamente as Escolas/Professores, Associações de Pais, Juntas de Freguesia e responsáveis pelos serviços da Câmara Municipal. A Carta Educativa, antes de ser um documento técnico, não pode fugir de constituir-se como uma emanação da política municipal. Ela deve respeitar sentimentos e anseios de diferentes componentes da população, desde logo as que mais estão interessadas na boa adequação do serviço das escolas, aos interesses da comunidade educativa.

Como é evidente, torna-se necessário melhorar a atribuição de recursos e o reordenamento da rede escolar, não só tendo em conta as escolas mais antigas como na construção de novas e melhoradas infraestruturas desenhadas para esse efeito. Para isso é preciso estudar bem a realidade das escolas, olhando não só para o número de alunos como para a capacidade das infraestruturas e dos recursos, para prover uma educação mais justa e de melhor qualidade. A Carta Educativa deve enquadrar a possibilidade de a escola “construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com a nova atitude da administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança” (Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de maio, Preâmbulo).

Na verdade, a Carta Educativa que vimos está longe de ser um documento estratégico para a educação que a Câmara Municipal de Coimbra deve cumprir. No que respeita ao estudo demográfico, as consequências da diminuição da população, e que mais justificam a revisão da Carta Educativa do Município de Coimbra 2008/2015, são as previsões elaboradas, isto porque, a análise efetuada anteriormente na carta em consulta remetia aos Censos entre 1991 e 2001, influenciando de forma errónea as projeções para a rede educativa do município de Coimbra e levando à elaboração de um plano de execução e financiamento, que teve em vista o crescimento e não a redução do número de alunos. Esta situação sugere por si só, que se deve rever as necessidades quanto aos equipamentos escolares, dado que se prevê o aumento do número de escolas suspensas por insuficiência de alunos para as frequentar.

Paralelamente às projeções desajustadas da realidade atual, a Carta Educativa de Coimbra chama-nos a atenção pela ambiguidade, a falta de coerência e sobretudo a organização escolhida para o seu documento. Os dados são por vezes apresentados de modo a ser lidos de uma forma, sem que se coloquem outras possibilidades de leitura igualmente legítima, mesmo admitindo que se estava perante um crescimento da população nos anos que antecederiam aqueles da realização da Carta Educativa, dever-se-ia pensar se tal seria de prever nos anos contemplados pelo documento municipal.

Quando falamos de coerência referimo-nos ao caso de tabelas em duplicado no documento (conteúdo e anexo), que por corresponderem a anos diferentes (não identificados) resultam em informações distintas. O facto de o ano não estar mencionado poderá também

levar a considerar a tabela mais desatualizada como a real, sendo sempre necessário o leitor conhecer as recentes alterações à rede educativa.

A Carta Educativa de Coimbra 2008/2015, comparativamente às restantes do distrito é significativamente menor. Após a sua análise compreende-se a intenção de rerepresentar os dados de forma objetiva e concentrar os esforços nas informações mais importantes. Mas em alguns momentos sentimos que é insuficiente, tendo em conta o que se pretende com um documento desta importância.

A Carta Educativa deve permitir uma leitura dos contextos que são fundamentais à compreensão da evolução da situação do município, por exemplo, deve possibilitar conhecer o estado do parque escolar e das infraestruturas que se ligam à ação educativa no município. Só isso permite uma leitura rigorosa e um apoio às decisões fundamentais.

Na caracterização do Município de Coimbra seria ainda importante contextualizar de forma objetiva a cidade de Coimbra e a importância desta na história da Educação do nosso país, uma vez que esta é, historicamente, recordada como a cidade do conhecimento, e a sua redação não inclui adequadamente o forte carácter universitário da cidade de Coimbra e menos ainda a mais valia na qualificação da sua população. Não se compreende mesmo como sendo uma cidade com importantes instituições ao nível do ensino e da investigação tal não seja equacionado, para uma possível perspetivação do rumo que se deve dar à oferta educativa.

No atual documento seria também importante que se atendesse à evolução do sistema educativo, já que, nem tudo se explica só com números. Dever-se-ia, por exemplo contextualizar alguns dados, para que fosse possível entender a razão deles, nomeadamente o aumento de 100% de alunos no 3º Ciclo do ensino básico entre 1991 e 2001, quando à data de 1991 este ciclo era considerado parte integrante do ensino secundário.

Vendo bem, a Carta Educativa de Coimbra mostra-se pouco amigável para quem não esteja muito conhecedor do panorama do parque escolar existente no município e respetiva evolução. Neste sentido, seria importante sistematizar e enquadrar inicialmente no documento a caracterização da Rede Educativa de Coimbra, respetivos agrupamentos, estabelecimento e funcionalidades (níveis de ensino, inclusão de unidades de ensino especial, cursos profissionais, etc.).

A Carta Educativa em causa parece ter sido feita por quem não iria intervir na educação do município. É um documento fundamentalmente burocrático, que se enreda num tecnicismo linear, que pouco mergulha na compreensão da realidade que caracteriza a educação do concelho. Hoje, é um documento pouco interessante para se pensar a educação em Coimbra. Espera-se que as autoridades municipais compreendam que é necessária outra organização educativa no município e que tal deve ser orientado por um documento estratégico mais atualizado nos dados e na ambição.

CONCLUSÕES

Queremos salientar que este trabalho pretende ser um simples relatório de estágio. Com isto pretendemos sublinhar que ele remete para uma prática plena de atividades diversificadas e de experiências, que permitiram não só ter uma visão do que compete a uma Câmara Municipal fazer em termos de educação e dos constrangimentos que enfrenta, mas, sobretudo, de aprendizagens tanto de cariz burocrático quanto relacional. Na verdade, estivemos diante de um contexto laboral real, vimos e sentimos as dificuldades quotidianas da Divisão de Educação.

Tentámos ter a experiência do funcionário no seu serviço mas também colocar questões de modo a ver outras possibilidades de cumprir as tarefas que estavam previstas. Na maior parte das vezes fomos um recurso humano mobilizado para dar sequência a atividades que tinham dificuldades em avançar por carência de pessoal. Tanto melhor para nós, já que isso possibilitou ter experiências mais internas e reais em face da complexidade dessas atividades. Não sendo possível aqui deixar expressas todas as aprendizagens, apresentamos aquelas que se nos mostraram mais significativas.

Foi, portanto, num contexto bem interessante que se desenvolveu o nosso estágio. Integramo-nos num organismo de uma autarquia local, composta por uma equipa de profissionais ligados à administração e gestão do sistema educativo a nível local, e com eles vivenciamos o seu funcionamento. Contudo, a entrada no estágio é, acima de tudo, o início de uma transição, que termina com a conclusão do curso e se inicia com o contacto com o efetivo mercado de trabalho, um projeto que passou por várias transformações, tendo por base uma orientação que permitiu a proatividade e fomentou a autonomia.

No que respeita a aprendizagens, este permitiu compreender o funcionamento de uma organização, o desenvolvimento de capacidades relacionais de comunicação, de trabalho em equipa e também o desenvolvimento de competências profissionais mais técnicas (planificação, análise, avaliação, observação, reflexão). No entanto, a aprendizagem mais significativa construiu-se dentro da organização educacional, que me deu a oportunidade de fazer parte do seu funcionamento e participar nas suas atividades, obtendo assim outra perspectiva da realidade e das exigências relacionais que ela implica.

Este estágio proporcionou-se, ainda, através da participação em situações educativas/formativas diversificadas, a vivência de situações de trabalho em todas as suas dimensões, acrescentando uma componente prática e real onde aprendi a tomar iniciativas, exercitar e assumir responsabilidades, a resolver problemas e a tornar-me mais autónoma.

Sendo a análise da Carta Educativa, parte integrante do estágio, esta foi bastante importante, não só para fortalecer o meu papel no local de estágio, mas também para dar um outro sentido e interpretação ao contributo que um Técnico Superior de Educação pode dar numa autarquia, nomeadamente na divisão da educação, onde não só a análise elaborada da Carta Educativa, como a plataforma SIG foram muito bem recebidas.

Analisar minuciosamente e de forma individual a Carta Educativa de Coimbra não foi tarefa simples, implicando esforço e muito envolvimento pessoal na procura de informações e estudo sobre a dinâmica populacional, bem como sobre a complexidade das situações que vão surgindo e alterando as condições que condicionam a oferta educativa. Mas isso mesmo constituiu um desafio muito estimulante e gratificante, principalmente por me ter dado a oportunidade de interagir com diferentes departamentos e em plataformas que, embora inicialmente não fosse visível, me transmitiram o verdadeiro trabalho em rede dentro de uma autarquia.

Após este trabalho, concluo que, cada vez mais, é fundamental estimular nas autarquias a conceção, monitorização e reavaliação de planos de organização da educação. Tudo devia começar por estabelecer estratégias de desenvolvimento da educação municipal, onde se devia incluir a organização da rede educativa, para a qual a Carta Educativa é considerada indispensável uma vez que permite às autarquias atuar de forma informada, consciente e mais realista.

Concluo, dizendo que o trabalho de um Técnico Superior de Educação numa autarquia é de grande importância, nomeadamente no apoio à execução de políticas educativas e à análise de documentos da área educacional, sendo, por isso, de extrema importância continuar a apostar nestes estágios, já que eles, tal como o que vivenciei, potenciam o desenvolvimento pessoal e profissional de pessoas com formação académica especializada em Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aronoff, S. (1989). *Geographic information systems: a management perspective*. Ottawa: DL Publications.
- Azevedo, J. (1994). Educação e desenvolvimento: uma viagem à procura de novos horizontes. *Colóquio Educação e Sociedade*. Nº 6, pp. 135-158. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Barroso, J. (1996). O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In Barroso, J. (Org.), *O estudo da Escola* (pp. 167-189). Porto: Porto Editora.
- Barroso, J. (1998). Projectos: de uma cultura de subordinação a uma cultura de autonomia. In João Barroso, *Escolas, projectos, redes e territórios* (pp. 22-37). Lisboa: PEPT/ME.
- Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castro, C. (2007). *Administração e Organização Escolar - O Direito Administrativo da Escola*. Porto: Porto Editora.
- Cordeiro, A., Alcoforado, L. & Ferreira, A. (2011). *Das Cartas Educativas ao Projeto Educativo Local: Resumo das Comunicações da Conferência (25 Novembro, 2011), sobre as novas perspectivas sobre a municipalização da educação*. Figueira da Foz: CAE.
- Cordeiro, A. (2011). A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização. *Cadernos de Geografia*, nº 30/31 (pp. 339-356). Coimbra: FLUC.
- Cordeiro, A. (2013). A Reorganização do Parque Escolar Nacional e a importância das componentes geográficas na metodologia adotada. *Cadernos de Geografia*, nº 32 (pp. 323-338). Coimbra: FLUC.
- Costa, F. (2010). *Município de Alenquer: Práticas Políticas*. (Relatório de Estágio de Mestrado, não publicado). Lisboa: IEUL.
- DGOTDU (2002). *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, Lisboa, DGOTDU.

Evangelista, J. (2004). *Participação do Poder Local na Administração da Educação: a relação escola-autarquia*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Lisboa, FPCE-UL.

Fernandes, A. (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In J. A. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura, *Políticas e gestão local da educação* (pp. 35-43). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Fernandes, A. (2005). Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. in João Formosinho et al *Administração da educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 193-221). Porto: Edições ASA.

Formosinho, J. (2005). A construção da autonomia das escolas: lógicas territoriais e lógicas afinitárias. in João Formosinho et al *Administração da educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 307-319). Porto: Edições ASA.

Lima, L. (2004). O agrupamento de escolas como novo escalão da administração desconcentrada. *Revista Portuguesa de Educação*, 17 (2), pp.7-47. Braga: Centro de Investigação em Educação, IEUM.

Llopis, J. (2006) *Sistemas de información geográfica aplicados a la gestión del territorio*. Madrid: Editorial Club Universitario.

Louro, P. & Fernandes, P. (2004). A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da área Metropolitana de Lisboa. *Análise psicológica*, I (XXII), (pp. 273-287). Lisboa: ISPA.

Machado, J. (2004). Escola, município e cidade educadora. A coordenação local da educação. In J. A. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura, *Políticas e gestão local da educação* (pp. 45-60). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Martins, E. (Coord.) (2000a). *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*. Lisboa: DAPP-ME

Martins, E. (Coord.) (2000b). *Manual para Elaboração de Carta Educativa*. Lisboa: DAPP-ME

Martins, E. (Coord.) (2000c). *Modelo de Carta Educativa*. Lisboa: DAPP-ME

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011 - Resultados Definitivos*. Lisboa: INE.

Ministério da Educação (1990). *Critérios de Planeamento da Rede Escolar*. Lisboa: GEP/ME.

Ministério da Educação (2000). *Instrumentos para o reordenamento da Rede Educativa*, Lisboa, ME/DAPP.

Pinhal, J. (1997) *Os municípios e a descentralização Educacional em Portugal*, In Ana Luís e outros (Eds.). *Actas do 1º congresso do Forum Português de Administração Educacional* (pp. 15-54). Lisboa: Forum Português de Administração Educacional.

Pinhal, J. (2004). Os municípios e a provisão pública de educação. In J. A. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura, *Políticas e gestão local da educação* (pp. 45-60). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Pinhal, J. (2006). *A intervenção do município na regulação local da educação*. In J. Barroso (org.), *A regulação das políticas públicas de educação* (pp. 99-128). Lisboa: Educa / UI&DCE.

Anexos I

Tabelas Consultadas

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da População Residente por Freguesias do Município de Coimbra	iii
Tabela 2. Evolução da População residente (Nº) por Grupos etários	iv
Tabela 3. Evolução da População residente por Local de residência e Ciclos de vida	v
Tabela 4. Relação de dados entre Taxa bruta de natalidade (%), Idade média da mãe no 1º filho (Nº) e Idade média da mãe no nascimento de um filho (Nº)	vi
Tabela 5. Núcleos familiares (N.º) por Local de residência	vii
Tabela 6. Índice de Envelhecimento no Município de Coimbra	viii
Tabela 7. Taxa de Crescimento efetivo no Município de Coimbra	viii
Tabela 8. Projeções da População residente por Grupos etários na Zona Centro	viii
Tabela 9. Nível de Escolaridade mais elevado completo (Nº), População residente do Município de Coimbra	ix
Tabela 10. Proporção da população residente com idade entre 3 e 5 anos a frequentar a educação pré-escolar (%) por Local de residência	x
Tabela 11. Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência.	xi
Tabela 12. Alunos Inscritos nas Escolas do Município de Coimbra no Ano Letivo 2011/2012, por freguesia	xii
Tabela 13. Fluxo migratório dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo, no Ano letivo 2011/12, nas Escolas do Município de Coimbra, por Freguesia de Coimbra	xiii
Tabela 14. Taxa de Analfabetismo da População Residente (nº) por local de residência (Decenal)	xiv
Tabela 15. Equipamentos Escolares Ativos no Município de Coimbra – Rede Privada	xiv
Tabela 16. Listagem dos Equipamentos Escolares ativos e respetiva ocupação - Rede Pública	xv
Tabela 17. Equipamentos Escolares com Unidade de Apoio ao Ensino Especial no Município de Coimbra	xviii
Tabela 18. Listagem dos Equipamentos Escolares da Rede Social	xix
Tabela 19. Listagem das Ofertas Educativas em vigor nos equipamentos públicos, para o Ensino Alternativo	xx
Tabela 20. Escolas Profissionais e Artísticas do Município de Coimbra – Rede privada	xxi
Tabela 21. Escolas Suspensas do Município de Coimbra	xxii
Tabela 22. Escolas Básicas do 1º Ciclo em risco de Suspensão no Ano letivo 2012/2013	xxiii
Tabela 23. Classificação das freguesias por áreas Urbana	xxiv

1. Evolução Demográfica

Tabela 1. Evolução da População Residente por Freguesias do Município de Coimbra

Local de residência		Período de referência dos dados				
		1991	Variação %	2001	Variação %	2011
		N.º	91-01	N.º	01-11	N.º
Continente		9375326	5,3%	9869343	1,8%	10047621
Centro		2258768	4,0%	2348397	-0,9%	2327755
Baixo Mondego		328858	3,5%	340309	-2,3%	332326
Coimbra	0603	139052	6,8%	148443	-3,4%	143396
Almalaguês	060301	3512	-2,1%	3440	-9,6%	3111
Coimbra (Almedina)	060302	1953	-22,1%	1521	-40,6%	904
Ameal	060303	1756	-4,4%	1678	0,2%	1682
Antanhol	060304	2127	15,0%	2447	4,5%	2556
Antuzede	060305	2002	13,1%	2265	0,5%	2276
Arzila	060306	711	2,4%	728	-10,0%	655
Assafarge	060307	1866	21,5%	2268	21,1%	2746
Botão	060308	1625	3,6%	1683	-5,6%	1588
Brasfemes	060309	1695	9,0%	1847	6,6%	1969
Castelo Viegas	060310	1833	-3,4%	1771	-4,3%	1695
Ceira	060311	4485	-6,2%	4207	-12,0%	3701
Cernache	060312	3650	6,1%	3871	4,6%	4048
Eiras	060313	9655	24,8%	12052	0,4%	12097
Lamarosa	060314	1989	10,1%	2189	-5,5%	2069
Ribeira de Frades	060315	1945	6,1%	2064	-7,8%	1902
Santa Clara	060316	8609	11,9%	9637	3,0%	9929
Coimbra (Santa Cruz)	060317	8239	-16,7%	6866	-17,0%	5699
Santo António dos Olivais	060318	35807	10,4%	39516	-1,5%	38936
Coimbra (São Bartolomeu)	060319	1395	-38,6%	856	-26,8%	627
São João do Campo	060320	2261	2,1%	2309	-10,2%	2073
São Martinho de Árvore	060321	978	2,6%	1003	3,0%	1033
São Martinho do Bispo	060322	12484	14,1%	14246	-0,7%	14147
São Paulo de Frades	060323	4732	24,9%	5912	-1,5%	5824
São Silvestre	060324	2544	21,5%	3092	1,0%	3122
Coimbra (Sé Nova)	060325	8609	-3,6%	8295	-18,7%	6741
Souselas	060326	3159	-0,4%	3146	-1,7%	3092
Taveiro	060327	1924	7,3%	2064	-5,6%	1948
Torre de Vilela	060328	1085	5,6%	1146	8,4%	1242
Torres do Mondego	060329	2739	-6,9%	2550	-5,8%	2402
Trouxemil	060330	2952	1,6%	2999	-9,6%	2712
Vil de Matos	060331	731	6,0%	775	12,3%	870

Fonte: INE – Censos de 2011, mediante os dados da última atualização a 20 de Novembro de 2012.

Tabela 2. Evolução da População residente (Nº) por Grupos etários

Ano	Grupos etários																	
	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 e mais anos
2010	5671	5798	6065	6466	6434	8222	10251	10131	9746	10020	9524	9111	8761	7097	6476	5531	3728	2414
2009	5675	5915	6336	6508	6651	8919	10699	10051	9862	10178	9563	9303	8708	6994	6585	5515	3582	2382
2008	5798	6082	6465	6617	6962	9505	10893	10045	10091	10279	9582	9516	8484	7089	6627	5410	3619	2250
2007	5921	6189	6662	6702	7399	10010	10975	10125	10335	10359	9634	9789	8138	7217	6626	5429	3514	2188
2006	6068	6326	6850	6665	8080	10405	11023	10262	10590	10392	9739	9735	8003	7314	6705	5280	3475	2171
2005	6232	6502	6881	6796	8743	10920	10827	10450	10799	10364	9924	9613	7892	7451	6787	5158	3379	2122
2004	6346	6753	6883	6997	9455	11353	10698	10518	10939	10358	10101	9523	7764	7560	6789	5044	3309	2018
2003	6526	6829	6962	7341	10075	11539	10621	10693	10993	10338	10284	9224	7818	7600	6700	5110	3117	2059
2002	6621	6978	7020	7770	10538	11529	10609	10873	11024	10337	10551	8851	7926	7643	6750	5054	2940	2159
2001	6736	7096	6953	8468	10911	11518	10657	11036	10980	10389	10454	8651	7958	7753	6620	5014	2916	2207
2000	6832	7028	7037	9104	11346	11186	10700	11092	10799	10439	10189	8400	8024	7782	6471	4861	2790	2179
1999	7603	7694	7133	8808	10188	10426	11171	11256	10953	10283	10007	8272	8352	7849	6273	4636	2475	1976
1998	7690	7610	7238	9124	10419	10636	11091	11116	10665	10390	9602	8250	8225	7611	6181	4409	2420	1932
1997	7812	7332	7429	9385	10626	10834	11031	11009	10457	10454	9087	8284	8109	7421	6123	4043	2464	1890
1996	7990	6971	7799	9608	10794	11029	10977	10781	10368	10319	8801	8149	8111	7242	5989	3840	2507	1797
1995	7980	6658	8238	9882	10885	11087	10840	10591	10154	10029	8507	8111	7995	7069	5714	3674	2518	1698
1994	7615	6712	8492	10383	10826	11052	10690	10488	9967	9791	8084	8156	7845	6865	5543	3462	2515	1584
1993	7454	6792	8849	10656	10950	10840	10545	10197	10032	9360	8038	7997	7624	6743	5236	3402	2404	1529
1992	7117	7015	9224	11015	11192	10720	10498	10048	10139	8873	8078	7891	7528	6703	4799	3471	2385	1449
1991	6802	7495	9629	11291	11343	10748	10427	10068	10132	8650	7999	8000	7449	6579	4567	3493	2354	1424

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, mediante os dados da última atualização a 7 de Junho de 2011.

Tabela 3. Evolução da População residente por Local de residência e Ciclos de vida

Local de residência	Ciclos de vida			
	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
	N.º	N.º	N.º	N.º
Continente	1484328	1078057	5535141	1949557
Centro	319284	238908	1244936	524452
Baixo Mondego	42440	32806	183266	73794
Coimbra	17839	14970	81629	28958
Almalaguês	381	283	1685	762
Coimbra (Almedina)	83	93	431	297
Ameal	202	181	897	402
Antanhol	362	261	1484	449
Antuzede	296	236	1320	424
Arzila	84	60	348	163
Assafarge	403	333	1600	410
Botão	203	146	897	342
Brasfemes	277	202	1150	340
Castelo Viegas	196	150	953	396
Ceira	361	361	2068	911
Cernache	560	410	2254	824
Eiras	1706	1363	7212	1816
Lamarosa	299	202	1141	427
Ribeira de Frades	237	186	1062	417
Santa Clara	1288	914	5837	1890
Coimbra (Santa Cruz)	587	592	2964	1556
Santo António dos Olivais	4493	4212	22272	7959
Coimbra (São Bartolomeu)	45	47	303	232
São João do Campo	274	214	1186	399
São Martinho de Árvore	152	105	581	195
São Martinho do Bispo	1800	1499	8179	2669
São Paulo de Frades	829	653	3380	962
São Silvestre	461	331	1789	541
Coimbra (Sé Nova)	608	672	3847	1614
Souselas	428	299	1722	643
Taveiro	250	219	1118	361
Torre de Vilela	194	132	695	221
Torres do Mondego	260	207	1321	614
Trouxemil	373	334	1463	542
Vil de Matos	147	73	470	180

Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação à data dos Censos de 2011 (dados provisórios).
Última atualização a 7 de Dezembro de 2011.

Tabela 4. Relação de dados entre Taxa bruta de natalidade (%), Idade média da mãe no 1º filho (Nº) e Idade média da mãe no nascimento de um filho (Nº)

Período de referência dos dados	Taxa bruta de natalidade	Idade média da mãe no 1º filho	Idade Média da mãe no nascimento de um filho (A)
1991	s.i. ¹	24,9	26,9
1992	12,4	25,1	27,1
1993	11,9	25,4	27,3
1994	10,9	25,6	27,5
1995	11,6	26,1	27,9
1996	10,8	26,1	28,1
1997	11	25,9	28,0
1998	10,8	26,4	28,5
1999	10,1	26,6	28,7
2000	10	27,1	28,9
2001	9,5	27,1	29,2
2002	9,3	27,7	29,3
2003	9,2	28,1	29,7
2004	8,9	28,2	29,9
2005	8,5	28,4	30,2
2006	8,6	28,8	30,5
2007	8,7	28,7	30,4
2008	8,8	29,4	30,9
2009	8,5	29,8	31,2
2010	9	29,8	31,3

Fonte: INE – Indicadores Demográficos. Última atualização a 25 de Novembro de 2011

¹ S.i. – Sem Informação

Tabela 5. Núcleos familiares (N.º) por Local de residência

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Período de referência dos dados									
	2011					2001				
	Total	Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 e mais filhos	Total	Sem filhos	1 filho	2 filhos	3 e mais filhos
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Coimbra	43674	16287	16655	9272	1460	43595	13746	16510	11357	1982
Almalaguês	995	378	344	248	25	1054	354	337	318	45
Coimbra (Almedina)	207	105	71	26	5	307	122	114	55	16
Ameal	535	198	200	126	11	525	182	188	133	22
Antanhol	822	301	315	182	24	770	254	306	187	23
Antuzede	736	291	254	165	26	682	190	248	216	28
Arzila	211	82	81	44	4	236	82	95	49	10
Assafarge	868	276	323	240	29	701	204	282	192	23
Botão	527	208	187	119	13	535	168	217	123	27
Brasfemes	637	211	257	150	19	567	165	218	165	19
Castelo Viegas	512	196	195	110	11	518	157	215	131	15
Ceira	1226	509	454	227	36	1324	450	488	322	64
Cernache	1242	426	481	300	35	1166	370	445	312	39
Eiras	3637	1250	1501	745	141	3540	1036	1432	865	207
Lamarosa	666	250	246	151	19	678	230	228	180	40
Ribeira de Frades	614	237	252	104	21	660	235	263	142	20
Santa Clara	3102	1221	1250	551	80	2930	959	1117	729	125
Coimbra (Santa Cruz)	1604	663	597	285	59	1913	698	728	408	79
Santo António dos Olivais	11461	4326	4248	2427	460	11207	3409	4146	3108	544
Coimbra (São Bartolomeu)	140	68	50	16	6	206	77	78	38	13
São João do Campo	669	245	247	164	13	703	206	261	197	39
São Martinho de Árvore	334	126	118	81	9	312	101	107	96	8
São Martinho do Bispo	4440	1593	1815	908	124	4363	1349	1735	1112	167
São Paulo de Frades	1850	621	736	431	62	1808	530	696	489	93
São Silvestre	1006	349	357	271	29	959	295	347	275	42
Coimbra (Sé Nova)	1695	679	590	333	93	1977	617	719	506	135
Souselas	1000	387	363	225	25	987	314	389	250	34
Taveiro	621	232	232	140	17	639	210	250	156	23
Torre de Vilela	387	118	165	92	12	353	108	137	97	11
Torres do Mondego	793	333	296	146	18	807	286	301	197	23
Trouxemil	850	301	319	203	27	911	280	330	261	40
Vil de Matos	287	107	111	62	7	257	108	93	48	8

Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 20 de novembro de 2012.

Tabela 6. Índice de Envelhecimento no Município de Coimbra

Local de residência	Período de referência dos dados		
	1991	2001	2011 ^B
	N.º	N.º	N.º
Coimbra	77	117,9	162

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente. Última atualização a 7 de Junho de 2011. Censos 2011 (Dados preliminares). Última atualização a 7 de Dezembro de 2011 (B)

Tabela 7. Taxa de Crescimento efetivo no Município de Coimbra

Local de residência		Período de referência dos dados		
		2010	2001	1992
		%	%	%
Coimbra	1620603	-1,50	0,04	-0,22

Fonte: INE – Indicadores Demográficos. Última atualização a 7 de Junho de 2011

Tabela 8. Projeções da População residente por Grupos etários na Zona Centro

Período	POP. TOTAL	GRUPOS ETÁRIOS			ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
		0-14	15-64	65+	
2000	2334527	350400	1531087	453040	129,29
2005	2349034	342929	1533973	472132	137,68
2006	2347463	340815	1532972	473676	138,98
2007	2343892	338533	1529770	475589	140,49
2008	2338151	336286	1524095	477770	142,07
2009	2331637	334263	1517873	479501	143,45
2010	2324619	331543	1509942	483134	145,72
2011	2317047	328393	1504353	484301	147,48
2012	2308998	325109	1498055	485834	149,44
2013	2300369	321313	1489148	489908	152,47
2014	2291106	315709	1482827	492570	156,02
2015	2281495	310384	1475388	495723	159,71
2016	2271463	305271	1467432	498760	163,38
2017	2260955	299922	1458668	502365	167,50
2018	2250085	294758	1450117	505210	171,40
2019	2238921	289867	1440244	508810	175,53
2020	2227525	285102	1429427	512996	179,93

Fonte: INE – População e Indicadores, Portugal e NUTS II (2002), Cenário Base. Elaboração à data dos Censos de 2001.

2. Evolução da Procura Educativa

Tabela 9. Nível de Escolaridade mais elevado completo (Nº), População residente do Município de Coimbra

Local de residência	2011						
	Nenhum	Básico 1.º ciclo	Básico 2.º ciclo	Básico 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
Centro	469934	639291	296336	364559	282125	28237	247098
Baixo Mondego	61608	81162	37192	50916	43403	4442	53583
Coimbra	21453	29486	14441	21421	20189	2250	34156
Almalaguês	606	924	350	451	438	24	318
Coimbra (Almedina)	108	203	98	125	129	20	221
Ameal	323	469	208	290	220	18	154
Antanhol	424	612	283	431	368	36	402
Antuzede	374	713	312	395	271	23	188
Arzila	149	172	85	116	83	4	46
Assafarge	408	526	323	454	417	54	564
Botão	309	533	198	252	170	14	112
Brasfemes	293	497	258	366	283	35	237
Castelo Viegas	295	441	185	279	220	22	253
Ceira	620	1085	423	692	438	45	398
Cernache	786	1003	416	626	544	53	620
Eiras	1722	2212	1405	2010	1909	219	2620
Lamarosa	498	635	261	291	244	12	128
Ribeira de Frades	384	532	232	309	213	19	213
Santa Clara	1391	1844	839	1420	1496	182	2757
Coimbra (Santa Cruz)	851	1294	611	896	836	116	1095
Santo António dos Olivais	4435	5239	2557	4724	5657	752	15572
Coimbra (São Bartolomeu)	138	195	74	82	73	9	56
São João do Campo	440	565	338	375	203	19	133
São Martinho de Árvore	247	255	133	171	139	8	80
São Martinho do Bispo	2133	3153	1648	2274	2053	213	2673
São Paulo de Frades	927	1417	722	1046	822	69	821
São Silvestre	614	764	473	525	426	29	291
Coimbra (Sé Nova)	675	776	423	752	997	117	3001
Souselas	545	967	456	509	348	34	233
Taveiro	348	483	228	317	279	30	263
Torre de Vilela	216	293	184	223	179	9	138
Torres do Mondego	448	685	258	423	315	35	238
Trouxemil	549	748	378	457	303	24	253
Vil de Matos	197	251	82	140	116	6	78

Fonte: INE – Escolaridade da População Residente à data dos Censos de 2011 (dados provisórios).

Tabela 10. Proporção da população residente com idade entre 3 e 5 anos a frequentar a educação pré-escolar (%) por Local de residência

Local de residência (à data dos Censos 2011)	2011
	%
Continente	73,34
Centro	79,74
Baixo Mondego	82,94
Coimbra	82,73
Almalaguês	69,35
Coimbra (Almedina)	66,67
Ameal	78,13
Antanhol	83,10
Antuzede	72,50
Arzila	94,12
Assafarge	86,21
Botão	94,59
Brasfemes	81,97
Castelo Viegas	83,33
Ceira	87,72
Cernache	80,39
Eiras	83,17
Lamarosa	91,38
Ribeira de Frades	76,09
Santa Clara	81,82
Coimbra (Santa Cruz)	81,13
Santo António dos Olivais	86,42
Coimbra (São Bartolomeu)	85,71
São João do Campo	64,62
São Martinho de Árvore	89,29
São Martinho do Bispo	80
São Paulo de Frades	75,91
São Silvestre	81,52
Coimbra (Sé Nova)	94,39
Souselas	80,88
Taveiro	90,91
Torre de Vilela	81,82
Torres do Mondego	70,59
Trouxemil	74,58
Vil de Matos	91,18

Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 16 de fevereiro de 2013

Tabela 11. Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência.

Local de Residência	2001	2011
	%	%
Continente	2,71	1,54
Centro	2,19	1,40
Baixo Mondego	1,49	1,33
Coimbra	1,30	1,28
Almalaguês	0,57	0
Coimbra (Almedina)	1,43	5,36
Ameal	3,92	0,97
Antanho	1,36	1,27
Antuzede	1,91	0
Arzila	0	0
Assafarge	0,70	2,12
Botão	2,11	0
Brasfemes	0	0
Castelo Viegas	1,18	1,04
Ceira	1,49	0,64
Cernache	1,27	1,51
Eiras	2,73	1,41
Lamarosa	0	2,40
Ribeira de Frades	1,82	0
Santa Clara	1,73	1,59
Coimbra (Santa Cruz)	1,25	1,20
Santo António dos Olivais	0,65	1,51
Coimbra (São Bartolomeu)	6,67	5,88
São João do Campo	2,72	0,86
São Martinho de Árvore	0	0
São Martinho do Bispo	1,20	1,48
São Paulo de Frades	1,63	0,78
São Silvestre	1,90	1,02
Coimbra (Sé Nova)	0,52	1,05
Souselas	1,55	2,01
Taveiro	0,78	0,93
Torre de Vilela	0	1,18
Torres do Mondego	2,48	0
Trouxemil	0,87	1,08
Vil de Matos	1,96	2,33

Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação. Última atualização a 12 de março de 2013.

Tabela 12. Alunos Inscritos nas Escolas do Município de Coimbra no Ano Letivo 2011/2012, por freguesia²

Freguesia	Creche	pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	PCA	CEF	Secund.	Cursos Prof.	EFA	Total
Almalaguês	45	66	90	0	0	0	0	0	0	0	201
Almedina	30	20	54	0	0	0	0	0	0	0	104
Ameal	0	27	26	0	0	0	0	0	0	0	53
Antanhol	31	34	43	0	0	0	0	0	0	0	108
Antuzede	0	18	34	0	0	0	0	0	0	0	52
Arzila	0	25	18	0	0	0	0	0	0	0	43
Assafarge	65	90	97	0	0	0	0	0	0	0	252
Botão	0	13	51	0	0	0	0	0	0	0	64
Brasfemes	0	26	51	0	0	0	0	0	0	0	77
Castelo Viegas	20	20	23	0	0	0	0	0	0	0	63
Ceira	30	35	81	57	69	0	0	0	0	0	272
Cernache	45	75	167	220	340	0	40	179	40	0	1106
Eiras	113	162	135	0	58	0	0	224	83	0	775
Lamarosa	0	32	60	0	0	0	0	0	0	0	92
Ribeira de Frades	25	71	88	0	0	0	0	0	0	0	184
Santa Clara	18	152	179	47	111	24	25	309	263	0	1128
Santa Cruz	152	303	200	125	203	0	0	199	239	65	1486
Santo António dos Olivais	206	791	1589	1232	2050	0	0	3642	918	90	10518
São Bartolomeu	20	20	71	0	0	0	0	0	0	0	111
São João do Campo	0	50	76	0	0	0	0	0	0	0	126
São Martinho da Árvore	0	24	41	0	0	0	0	0	0	0	65
São Martinho do Bispo	153	315	401	321	477	0	45	0	0	0	1712
São Paulo de Frades	60	46	280	163	195	59	15	0	0	0	818
São Silvestre	25	53	88	102	129	0	0	0	0	0	397
Sé Nova	222	125	87	0	0	0	0	0	0	0	434
Souselas	55	85	122	159	246	0	0	98	0	0	765
Taveiro	0	24	60	97	103	0	17	0	0	0	301
Torres de Vilela	0	11	34	0	0	0	0	0	0	0	45
Torres do Mondego	35	42	35	0	0	0	0	0	0	0	112
Trouxemil	82	86	135	0	0	0	0	0	0	0	303
Vil de Matos	0	9	18	0	0	0	0	0	0	0	27
TOTAL	1432	2850	4434	2523	3981	83	142	4651	1543	155	21794

Fonte: CMC, DREC e Agrupamento de Escolas – Última atualização a 30 de Setembro de 2011.

² Sem informação dos dados das Escolas Privadas: Instituto de Almalaguês; Colégio de São Teotónio; e Instituto de Lordemão.

Tabela 13. Fluxo migratório dos Alunos Inscritos no 1º Ciclo, no Ano letivo 2011/12, nas Escolas do Município de Coimbra, por Freguesia de Coimbra

Município de Coimbra (89,5%)		
Freguesia	Alunos	Peso %
Almalaguês	97	2,6%
Almedina	12	0,3%
Ameal	39	1,0%
Antanhol	69	1,9%
Antuzede	45	1,2%
Arzila	20	0,5%
Assafarge	74	2,0%
Botão	55	1,5%
Brasfemes	63	1,7%
Castelo Viegas	44	1,2%
Ceira	88	2,4%
Cernache	111	3,0%
Eiras	476	12,8%
Lamarosa	77	2,1%
Ribeira de Frades	60	1,6%
Santa Clara	217	5,8%
Santa Cruz	141	3,8%
Santo António dos Olivais	840	22,6%
São Bartolomeu	18	0,5%
São João do Campo	77	2,1%
São Martinho da Árvore	39	1,0%
São Martinho do Bispo	378	10,2%
São Paulo de Frades	88	2,4%
São Silvestre	102	2,7%
Sé Nova	69	1,9%
Souselas	110	3,0%
Taveiro	67	1,8%
Torre de Vilela	44	1,2%
Torres do Mondego	55	1,5%
Trouxemil	116	3,1%
Vil de Matos	26	0,7%
TOTAL	3717	100%

Fonte: CMC – Plataforma de Gestão Educativa (Informações cedidas pelos Encarregados de educação).
Última atualização a 12 de Janeiro de 2012.

Tabela 14. Taxa de Analfabetismo da População Residente (nº) por local de residência (Decenal)

Zona Geográfica	Analfabetos com 10 ou mais anos	Taxa de Analfabetismo (%)	
		Em 1991	Em 2001
Centro	231 406	14,0	10,9
Baixo Mondego	29 216	11,2	9,4
Coimbra	8 584	7,1	6,4

Fonte: INE – Escolaridade da População Residente à data dos Censos de 2001.
Última atualização a 7 de Junho de 2011

3. Equipamentos Escolares

Tabela 15. Equipamentos Escolares Ativos no Município de Coimbra – Rede Privada

Estabelecimentos	Níveis de Ensino
Colégio da Imaculada Conceição	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico
Colégio da Rainha Santa Isabel	Todos os níveis de ensino do Jardim de Infância ao Secundário.
Colégio de São José	Jardim de Infância, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico
Colégio São Martinho	2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário
Colégio São Teotónio	Todos os níveis de ensino da Creche ao Secundário.
Cooperativa de Ensino de Coimbra	1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico
Instituto de Almalaguês	1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico
Instituto Educativo de Lordemão	1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico
Instituto Educativo de Souselas	1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Fonte: CMC – Informação cedida pela Divisão da Educação.

Tabela 16. Listagem dos Equipamentos Escolares ativos e respetiva ocupação - Rede Pública

Unidade de Gestão	Escola	Freguesia	Alunos 2011/12	Turmas	Salas
Agrupamento de Escolas de Ceira	EB1 de Almalaguês	Almalaguês	78	4	4
	EB1 de Castelo Viegas	Castelo Viegas	23	2	2
	EB1 de Torres do Mondego	Torres de Mondego	35	2	2
	EB1 de Vendas de Ceira	Ceira	81	4	4
	EB1 Torre de Bera	Almalaguês	12	1	2
	EB23 Ceira	Ceira	126	8	24
	JI de Ceira	Ceira	35	2	2
Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro	EB23 Eugénio de Castro	Santo António dos Olivais	643	30	42
	Centro Escolar de Solum Sul	Santo António dos Olivais	494	23	24
	EB1 da Solum (nº10)	Santo António dos Olivais			
	EB1 de Dianteiro	São Paulo de Frades	29	2	2
	EB1 do Tovim	Santo António dos Olivais	30	2	4
Agrupamento de Escolas Inês de Castro	EB1 da Póvoa	São Martinho do Bispo	62	4	4
	EB1 de Almas de Freire	Santa Clara	127	7	7
	EB1 de Cruz de Mouroços	Santa Clara	33	2	2
	EB1 de Fala	São Martinho do Bispo	92	4	4
	EB1 de S Martinho do Bispo	São Martinho do Bispo	153	7	6
	EB1 do Espírito Santo das Touregas	São Martinho do Bispo	43	2	2
	EB23 Inês de Castro	São Martinho do Bispo	341	18	24
	JI Almas de Freire	Santa Clara	45	2	2
	JI da Póvoa	São Martinho do Bispo	25	1	1
	JI de S. Bento	São Martinho do Bispo	50	2	1
Agrupamento de Escolas Maria Alice Gouveia	Centro Escolar Qta das Flores	Santo António dos Olivais	266	15	14
	EB1 da APPC	Santo António dos Olivais	43	4	2
	EB1 de Chão do Bispo	Santo António dos Olivais	24	2	2
	EB1 do Areeiro	Santo António dos Olivais	84	4	4
	EB1 do Bairro Norton de Matos	Santo António dos Olivais	152	7	8
	EB23 Maria Alice Gouveia	Santo António dos Olivais	585	26	30
	JI do Areeiro	Santo António dos Olivais	45	2	2
Agrupamento de Escolas Martim de Freitas	Centro Escolar de Coselhas	São Paulo de Frades	28	2	5
	Centro Escolar de Montes Claros	Santo António dos Olivais	290	17	14
	EB1 da Conchada	Santa Cruz	59	3	2
	EB1 de Santa Cruz	Sé Nova	87	5	8
	EB1 dos Olivais	Santo António dos Olivais	73	4	4
	EB1 Martim de Freitas	Santo António dos Olivais	101	5	4
	EB23 Martim de Freitas	Santo António dos Olivais	826	38	50
	JI dos Olivais	Santo António dos Olivais	45	2	2
Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel	EB1 da Adémia	Trouxemil	95	4	4
	EB1 da Marmeleira	Souselas	25	2	2
	EB1 da Pedrulha	Santa Cruz	58	4	4
	EB1 da Rocha Nova	Santo António dos Olivais	11	1	3

	EB1 de Brasfemes	Brasfemes	51	3	5
	EB1 de Eiras	Eiras	66	4	4
	EB1 de Larçã	Botão	23	2	1
	EB1 de São Paulo de Frades	São Paulo de Frades	17	1	2
	EB1 de Sargento-Mor	Souselas	26	2	3
	EB1 de Souselas	Souselas	71	4	4
	EB1 de Sta Apolónia	São Paulo de Frades	175	8	5
Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel (cont.)	EB1 de Torre de Vilela	Torre de Vilela	34	2	2
	EB1 de Trouxemil	Trouxemil	40	2	5
	EB1 de Vil de Matos	Vil de Matos	18	1	1
	EB1 do Botão	Botão	13	1	2
	EB1 do Ingote	Eiras	33	2	4
	EB1 do Lordemão	São Paulo de Frades	20	2	2
	EB1 do Loreto	Eiras	36	2	4
	EB1 do Paço	Botão	15	1	2
	EB23 Rainha Santa Isabel	São Paulo de Frades	432	24	30
	JI da Pedrulha	Santa Cruz	30	2	2
	JI de Brasfemes	Brasfemes	26	2	2
	JI de Eiras	Eiras	36	2	2
	JI de Larçã	Botão	13	1	1
	JI de Souselas	Souselas	25	1	1
	JI de Sta Apolónia	São Paulo de Frades	46	2	1
	JI de Trouxemil	Trouxemil	13	1	1
	JI de Vil de Matos	Vil de Matos	9	1	1
	JI do Ingote	Eiras	19	1	1
JI Torre de Vilela	Torre de Vilela	11	1	1	
Agrupamento de Escolas São Silvestre	EB1 da Cidreira	Antuzede	14	1	2
	EB1 de Antuzede	Antuzede	20	1	2
	EB1 de S João do Campo	São João do Campo	76	5	6
	EB1 de Vila Verde	Lamarosa	23	2	1
	EB1 de S Martinho de Árvore	São Martinho da Árvore	41	2	2
	EB1 de S Silvestre	São Silvestre	44	3	2
	EB1 de Vera Cruz	Lamarosa	37	2	2
	EB1 do Bairro Azul	São Silvestre	44	2	4
	EB23 São Silvestre	São Silvestre	231	14	24
	JI da Andorinha	Lamarosa	16	1	1
	JI de Antuzede	Antuzede	18	1	1
	JI de S Martinho de Árvore	São Martinho da Árvore	24	1	1
	JI de S. João do Campo	São João do Campo	50	2	2
	JI de São Silvestre	São Silvestre	47	2	2
	JI Vila verde	Lamarosa	16	1	1
Agrupamento de Escolas Silva Gaio	EB1 da Almedina	Almedina	54	4	5
	EB1 da Palheira	Assafarge	34	2	2
	EB1 de Antanol	Antanol	23	2	2
	EB1 de Assafarge	Assafarge	63	3	3

	EB1 de Casconha	Cernache	81	4	2
	EB1 de Cernache	Cernache	44	3	2
	EB1 de Feiteira	Cernache	42	2	2
	EB1 de S. Bartolomeu	São Bartolomeu	71	4	4
	EB1 de Valongo	Antanhol	20	1	3
	EB1 Poeta Manuel Silva Gaio	Santa Clara	19	2	2
	EB23 Poeta Silva Gaio	Santa Clara	207	15	30
	JI Antanhol	Antanhol	12	1	1
	JI da Almedina	Almedina	20	1	1
	JI de Carvalhais de Baixo	Assafarge	20	1	1
	JI de S. Bartolomeu	São Bartolomeu	20	1	1
Agrupamento de Escolas Taveiro	EB1 de Ameal	Ameal	26	2	2
	EB1 de Arzila	Arzila	18	1	2
	EB1 de Casais do Campo	São Martinho do Bispo	51	3	8
	EB1 de Ribeira de Frades	Ribeira de Frades	88	4	4
Agrupamento de Escolas Taveiro (cont.)	EB1 de Taveiro	Taveiro	60	3	4
	EB23 Taveiro	Taveiro	217	12	24
	JI de Arzila	Arzila	25	1	1
	JI de Ribeira de Frades	Ribeira de Frades	25	1	1
	JI de Taveiro	Taveiro	24	1	1
	JI de Vila Pouca do Campo	Ameal	9	1	1
	JI do Ameal	Ameal	18	1	1
Escolas não agrupadas	Conservatório de Música de Coimbra	Santo António dos Olivais	725	117	s.i.
	Secundária Avelar Brotero	Santo António dos Olivais	1392	71	54
	Secundária D. Dinis	Eiras	365	19	42
	Secundária D. Duarte	Santa Clara	572	29	50
	Secundária Infanta D. Maria	Santo António dos Olivais	890	37	38
	Secundária Jaime Cortesão	Santa Clara	438	20	23
	Secundária José Falcão	Santo António dos Olivais	955	39	48
	Secundária Quinta das Flores	Santo António dos Olivais	1120	46	54

Fonte (Salas): CMC – Informação cedida pela Divisão dos Edifícios (Agrupamentos);
Carta Educativa 2008/2015 (EB23 e Escolas Não Agrupadas).

Tabela 17. Equipamentos Escolares com Unidade de Apoio ao Ensino Especial no Município de Coimbra

Agrupamento	Escola	Unidade de Apoio
Maria Alice Gouveia	EB1 Vale das Flores	Unidade Especializada de Apoio a Alunos com Multideficiência e Surdo cegueira congénita
	EB23 Alice Gouveia - Casa Branca	Sede dos Centros de Recursos TIC para a Educação Especial
Eugénio de Castro	Secundária de Avelar Brotero	Escola Secundária de referência para o de Ensino Bilingue para Alunos Surdos
	Secundária Infanta D Maria	Escola de Referência para o ensino de alunos cegos e com baixa visão
Martim de Freitas	EB23 Martim de Freitas	2 Unidade de Ensino Estruturado para Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo
Rainha Sta Isabel	EB1 de Coselhas	Unidade de Ensino Estruturado para Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo
São Silvestre	EB1 S João do Campo	Unidade Especializada de Apoio a Alunos com Multideficiência
	EB23 S Silvestre	
Silva Gaio	JI de Almedina	Unidade de Ensino Estruturado para Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo
	EB1 de Almedina	Unidade de Ensino Estruturado para Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo
	EB23 Poeta Manuel Silva Gaio	Escola Secundária de referência para o de Ensino Bilingue para Alunos Surdos
		Escola de referência para o ensino de alunos cegos e com baixa visão
		Unidade Especializada de Apoio a Alunos com Multideficiência e Surdo cegueira congénita

Fonte: CMC – Informação cedida pela Divisão da Educação

Tabela 18. Listagem dos Equipamentos Escolares da Rede Social

Designação do Estabelecimento	Freguesia	Creche (capac.)	Pré-Escolar (capac.)	Natureza Jurídica
A Casa d'Avó	Santo António dos Olivais	s.i.	s.i.	Privada
A Nossa Casinha	São Bartolomeu	20	n.a.	Solidária
A Previdência Portuguesa	Santo António dos Olivais	15	60	Solidária
A Previdência Portuguesa - Jardim de Infância	Santo António dos Olivais	s.i.	n.a.	Solidária
Arco-Iris	Sé Nova	s.i.	n.a.	Privada
Assoc. Jardins-Esc. João de Deus- Estab. 1	Sé Nova	n.a.	143	Solidária
Assoc. Jardins-Esc. João de Deus- Estab. 2	Santo António dos Olivais	n.a.	225	Solidária
Associação Social, Cultural e Recreativa de S. Paulo de Frades	S. Paulo de Frades	30	n.a.	Solidária
Berço da Baixinha	Santa Cruz	s.i.	n.a.	Privada
Bola Amarela	Sé Nova	s.i.	n.a.	Privada
Bola Amarela	Sé Nova	n.a.	s.i.	Privada
Capuchinho Vermelho	S. Martinho do Bispo	s.i.	n.a.	Privada
Casa da Criança Maria Granado	S. Martinho do Bispo	70	150	Solidária
Casa da Criança Rainha Santa Isabel	Santa Clara	n.a.	69	Solidária
Celium (Centro Social Integrar)	Ceira	30	n.a.	Solidária
Centro Cultural e Infantil "O Paraíso da Criança"	Eiras	33	33	Solidária
Centro de Apoio Social de Souselas	Souselas	55	60	Solidária
Centro de Assistência Social Nossa Senhora da Anunciação	Sé Nova	53	62	Solidária
Centro de Bem Estar Infantil Movimento Casais de Santa Maria	Santo António dos Olivais	83	69	Solidária
Centro de Bem Estar Social da Sagrada Família	Santa Cruz	66	72	Solidária
Centro de Solidariedade Social "O Pátio"	Santa Cruz	41	75	Solidária
Centro de Solidariedade Social da Adémia	Trouxemil	24	48	Solidária
Centro Infantil de Coimbra	Sé Nova	n.a.	40	Solidária
Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almalaguês	Almalaguês	45	66	Solidária
Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de S. Matinho do Bispo	S. Martinho do Bispo	15	40	Solidária
Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ribeira de Frades	Ribeira de Frades	25	46	Solidária
Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres	S. Silvestre	25	6	Solidária
Centro Social de Castelo Viegas	Castelo Viegas	20	20	Solidária
Centro Social de S. João	S. Martinho do Bispo	35	50	Solidária
Centro Social de S. Pedro	Eiras	30	n.a.	Solidária
Centro Social de São Teotónio	Almedina	30	n.a.	Solidária
Centro Social de Torres do Mondego	Torres do Mondego	35	42	Solidária
Centro Social e Cultural 25 de Abril	Santa Cruz	n.a.	40	Solidária
Centro Social Nossa Senhora da Alegria	Antanhol	31	22	Solidária
Centro Social Nossa Senhora da Conceição	Assafarge	45	50	Solidária
Centro Social Nossa Senhora dos Milagres	Cernache	45	75	Solidária
Centro Social Paroquial de Trouxemil	Trouxemil	58	25	Solidária
Centro Social Polivalente de Palheira	Assafarge	29	20	Solidária
Centro Sócio Cultural Polivalente de S. Martinho	S. Martinho do Bispo	33	n.a.	Solidária
Centro Sociocultural Nossa Senhora de Lurdes	Sé Nova	26	23	Solidária
Colégio Beija Flor	Eiras	s.i.	s.i.	Privada
Colégio Bom Jesus	Cernache	s.i.	s.i.	Privada
Colégio de Santa Maria	Santo António dos Olivais	35	60	Solidária
Creche - A Boneca de Trapos	Sé Nova	s.i.	n.a.	Privada
Creche e Jardim de Infância "Passo a Passo" - Cruz de Morouços	Santa Clara	18	38	Solidária
Creche e Jardim de Infância de S. Miguel	Eiras	50	74	Solidária
Creche Margarida Brandão	Santo António dos Olivais	48	n.a.	Solidária
Creche Nossa Senhora de Fátima	Santa Cruz	45	75	Solidária
Fraldas e Fraldinhas	Santo António dos Olivais	s.i.	n.a.	Privada
Fundação Beatriz Santos	S. Paulo de Frades	30	n.a.	Solidária
Mondego - Associação de Intervenção Social	Santo António dos Olivais	25	47	Solidária
Os Pimentinhas, Lda.	S. Martinho do Bispo	s.i.	n.a.	Privada
Quinta Infantil	Sé Nova	s.i.	n.a.	Privada
Universo Imaginário	Santo António dos Olivais	s.i.	n.a.	Privada
	Total	1132	1925	//

Fonte: CMC – Informação cedida pela Divisão de Ação Social e Família

Tabela 19. Listagem das Ofertas Educativas em vigor nos equipamentos públicos, para o Ensino Alternativo

Localização	Instituição	Denominação do curso	Atribuição	Tipo de Curso
Agrupamentos de Escolas	Agrupamento Inês de Castro	Pintura de Azulejo	Nível I	CEF - Cursos de Educação e Formação
	Agrupamento de Taveiro	Pastelaria/Panificação	Nível II	CEF - Cursos de Educação e Formação
	Agrupamento Rainha Santa Isabel	Instalação e Operação de Sistemas Informáticos	Nível II	CEF - Cursos de Educação e Formação
	Agrupamento Rainha Santa Isabel	Instalação e Operação de Sistemas Informáticos	Nível II	CEF - Cursos de Educação e Formação
	Agrupamento Silva Gaio	Cozinha	Nível II	CEF - Cursos de Educação e Formação
Escolas Secundárias	Escola Secundária D. Dinis	Técnico Auxiliar de Saúde	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária D. Dinis	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária D. Dinis	Técnico de Informática de Gestão	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária D. Dinis	Práticas Técnico-Comerciais	Nível II	CEF - Cursos de Educação e Formação
	Escola Secundária D. Dinis	Serralharia Civil	Nível II	CEF - Cursos de Educação e Formação
	Escola Secundária D. Duarte	Animador Sociocultural	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária D. Duarte	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária D. Duarte	Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária D. Duarte	Técnico de Recursos Florestais e Ambientais	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária D. Duarte	Técnico de Restauração	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Jaime Cortesão	Técnico Auxiliar Protésico	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Jaime Cortesão	Técnico de Análise Laboratorial	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Jaime Cortesão	Técnico de Apoio à Infância	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Jaime Cortesão	Técnico de Apoio Psicossocial	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Jaime Cortesão	Técnico de Turismo	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária José Falcão	Técnico de Multimédia	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária José Falcão	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Avelar Brotero	Técnico de Design de Moda	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Avelar Brotero	Técnico de Electrónica, Automação e Comando	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Avelar Brotero	Técnico de Electrotecnia	Nível IV	Cursos Profissionais
Escola Secundária Avelar Brotero	Técnico de Energias Renováveis	Nível IV	Cursos Profissionais	
Escola Secundária Avelar Brotero	Técnico de Frio e Climatização	Nível IV	Cursos Profissionais	
Escola Secundária Avelar Brotero	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Nível IV	Cursos Profissionais	

Escolas Secundárias	Escola Secundária Avelar Brotero	Técnico de Informática de Gestão	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Qta das Flores	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Qta das Flores	Técnico de Electrónica e Telecomunicações	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Qta das Flores	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	Nível IV	Cursos Profissionais
	Escola Secundária Qta das Flores	Técnico de Vitrinismo	Nível IV	Cursos Profissionais
	Conservatório de Música de Coimbra	Instrumentista de Cordas e Teclas	Nível IV	Cursos Artísticos Especializados
	Conservatório de Música de Coimbra	Instrumentista de Sopro e Percussão	Nível IV	Cursos Artísticos Especializados
	Conservatório de Música de Coimbra	Intérprete de Dança Contemporânea	Nível IV	Cursos Artísticos Especializados

Fonte: CMC – Informação cedida pela Divisão da Educação

Tabela 20. Escolas Profissionais e Artísticas do Município de Coimbra – Rede privada

Freguesia	Instituição	Atribuição	Tipo de Cursos
Almedina	Escola de Música S. Teotónio	Nível III e IV	Cursos Artísticos Especializados
Eiras	NOVOTECNA - Associação para o Desenvolvimento Tecnológico	Nível V	CET - Curso de Especialização Tecnológica
Santa Clara	Conservatório Regional de Coimbra	Nível III e IV	Cursos Artísticos Especializados
Santo António dos Olivais	Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra (Instituto de Turismo de Portugal)	Nível IV e V	CET - Curso de Especialização Tecnológica e Cursos Profissionais
Santo António dos Olivais	Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra - ITAP	Nível III e IV	Cursos Artísticos Especializados
São Bartolomeu	CECOA - Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins	Nível V	CET - Curso de Especialização Tecnológica
São Bartolomeu	CEFAD - Centro de Estudos Formação e Actividades Desportivas, Lda. - Formação Profissional	Nível V	CET - Curso de Especialização Tecnológica
São Paulo de Frades	Escola Profissional de Artes de Coimbra	Nível III e IV	Cursos Artísticos Especializados
Sé Nova	Escola Profissional Profitecla (ENSIPROF - Ensino Profissional, Lda.)	Nível V	CET - Curso de Especialização Tecnológica

Fonte: Escolas Profissionais e Artísticas do Município de Coimbra (Consulta dos Sites Oficiais)

Tabela 21. Escolas Suspensas do Município de Coimbra³

Ano de Suspensão	Escola	Freguesia	Agrupamento
1998/1999	Escola Básica do 1.º Ciclo de Flor da Rosa	Almalaguês	Ceira
1999/2000	Escola Básica de 1º Ciclo do Casal Ferrão	Santa Cruz	Rainha Santa Isabel
2000/2001	Escola Básica do 1.º Ciclo do Luzeiro - São Romão	Santo António dos Olivais	Martim de Freitas
2001/2002	Escola Básica do 1.º Ciclo de Portela do Casal Novo	Almalaguês	Ceira
2002/2003	Escola Básica do 1.º Ciclo de Monforte	Almalaguês	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo da Trêmoa de Cima	Almalaguês	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Mata de São Pedro	Botão	Rainha Santa Isabel
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Casal da Misarela	Torres do Mondego	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Palheiros	Torres do Mondego	Ceira
2003/2004	Escola Básica do 1.º Ciclo de Anagueis	Almalaguês	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Carvalhosas	Torres do Mondego	Ceira
2006/2007	Jardim de Infância das Carvalhosas	Torres do Mondego	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Celas	Santo António dos Olivais	Martim de Freitas
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Póvoa do Loureiro	Botão	Rainha Santa Isabel
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Cabouco	Ceira	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Frutuoso	Ceira	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Loureiro	Cernache	Silva Gaio
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Vila Pouca de Cernache	Cernache	Silva Gaio
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Cioga do Monte	Trouxemil	Rainha Santa Isabel
Escola Básica do 1.º Ciclo de Cioga do Campo	São João do Campo	São Silvestre	
2007/2008	Escola Básica do 1.º Ciclo de Rio de Galinhas	Almalaguês	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Facundo	Antuzede	São Silvestre
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Andorinha	Lamarosa	São Silvestre
	Escola Básica do 1.º Ciclo das Lages	Santa Clara	Silva Gaio
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Quimbres	São Silvestre	São Silvestre
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Zouparria	São Silvestre	São Silvestre
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Alcarraques	Trouxemil	Rainha Santa Isabel
2008/2009	Escola Básica do 1.º Ciclo de Carpinteiros	Almalaguês	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Póvoa do Pinheiro	Antuzede	São Silvestre
	Escola Básica do 1º Ciclo do Rossio de Santa Clara	Santa Clara	Silva Gaio
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Vila Pouca do Campo	Ameal	Taveiro
2011/2012	Escola Básica do 1.º Ciclo de Marco dos Pereiros	Castelo Viegas	Ceira
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Ardazubre	Lamarosa	São Silvestre
	Escola Básica do 1.º Ciclo de Casal do Lobo	Santo António dos Olivais	Eugénio de Castro

Fonte: CMC – Informação cedida pela Divisão da Educação

³ Embora Escolas, como a Escola Básica Marco Pereiros, tenham ordem de Suspensão no Ano letivo anterior considerou-se primeiro ano sem alunos.

Tabela 22. Escolas Básicas do 1.º Ciclo em risco de Suspensão no Ano letivo 2012/2013

Estabelecimento	Alunos (Nº)	Freguesia	Agrupamento
Escola Básica do 1.º Ciclo da Cidreira	14	Antuzede	São Silvestre
Escola Básica do 1.º Ciclo Antuzede	20	Antuzede	São Silvestre
Escola Básica do 1.º Ciclo da Rocha Nova	11	Sto António dos Olivais	Rainha Santa Isabel
Escola Básica do 1.º Ciclo de Arzila	18	Arzila	Taveiro
Escola Básica do 1.º Ciclo de São Paulo de Frades	17	São Paulo de Frades	Rainha Santa Isabel
Escola Básica do 1.º Ciclo de Torre de Bera	12	Almalaguês	Ceira
Escola Básica do 1.º Ciclo de Valongo	20	Antanol	Silva Gaio
Escola Básica do 1.º Ciclo de Vil de Matos	18	Vil de Matos	Rainha Santa Isabel
Escola Básica do 1.º Ciclo do Botão	13	Botão	Rainha Santa Isabel
Escola Básica do 1.º Ciclo do Lordemão	20	São Paulo de Frades	Rainha Santa Isabel
Escola Básica do 1.º Ciclo do Paço	15	Botão	Rainha Santa Isabel
Escola Básica do 1.º Ciclo Poeta Manuel Silva Gaio	19	Santa Clara	Silva Gaio
12 EB1	193 Alunos	9 Freguesias	5 Agrupamentos

Fonte: CMC – Informação cedida pela Divisão da Educação

Tabela 23. Classificação das freguesias por áreas Urbanas

Freguesia	TIPAU	Distância (Km)	Área (Km)
Almalaguês	AMU	9,36	23,17
Coimbra (Almedina)	APU	0,225	1,01
Ameal	AMU	10,099	11,25
Antanhol	AMU	5,645	9,79
Antuzede	AMU	6,501	8,07
Arzila	AMU	11,15	3,45
Assafarge	AMU	5,631	9,73
Botão	APR	11,0431	17,27
Brasfemes	AMU	7,031	9,18
Castelo Viegas	APU	5,373	7,46
Ceira	APU	5,057	12,42
Cernache	AMU	8,722	19,17
Eiras	APU	4,3335	9,81
Lamarosa	AMU	12,459	16,28
Ribeira de Frades	APU	5,788	5,93
Santa Clara	APU	1,216	10,16
Coimbra (Santa Cruz)	APU	0,393	5,56
Santo António dos Olivais	APU	2,0033	19,27
Coimbra (São Bartolomeu)	APU	0,448	0,17
São João do Campo	AMU	7,851	7,92
São Martinho de Árvore	AMU	10,79	4,6
São Martinho do Bispo	APU	2,704	18,75
São Paulo de Frades	APU	4,6835	14,97
São Silvestre	AMU	9,441	10,27
Coimbra (Sé Nova)	APU	0	1,6
Souselas	AMU	8,531	15,74
Taveiro	APU	6,97	9,64
Torre de Vilela	APU	7,03	3,33
Torres do Mondego	AMU	4,078	16,66
Trouxemil	APU	7,565	7,23
Vil de Matos	APR	9,786	9,56

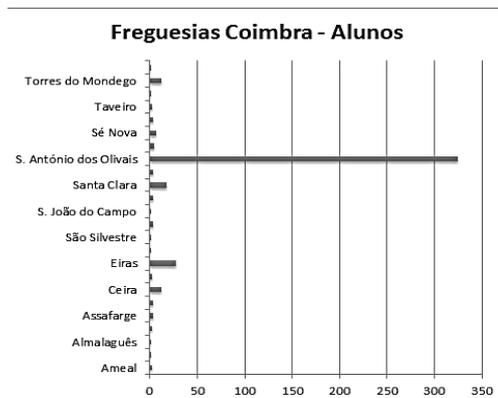
Fonte: INE (2009)

Anexos II

Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico
dos Agrupamentos de Escolas de Coimbra

A. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas Alice Gouveia

AGRUPAMENTO				
MARIA ALICE GOUVEIA				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	445	87,3%	Ameal	2 0,4%
			Almedina	1 0,2%
			Almalaguês	1 0,2%
			Antanhol	2 0,4%
			Assafarge	4 0,8%
			Castelo Viegas	4 0,8%
			Ceira	12 2,4%
			Cernache	2 0,4%
			Eiras	28 5,5%
			Ribeira de Frades	1 0,2%
			São Silvestre	1 0,2%
			S. Bartolomeu	4 0,8%
			S. João do Campo	1 0,2%
			S. Paulo de Frades	4 0,8%
			Santa Clara	18 3,5%
			Santa Cruz	4 0,8%
			S. António dos Olivais	325 63,7%
			S. Martinho do Bispo	5 1,0%
			Sé Nova	7 1,4%
			Souselas	3 0,6%
			Taveiro	2 0,4%
			Torre de Vilela	1 0,2%
			Torres do Mondego	12 2,4%
			Trouxemil	1 0,2%
Águeda	1	0,2%	Trofa	1 0,2%
Anadia	1	0,2%	Mogofores	1 0,2%
Cantanhede	2	0,4%	Cadima	2 0,4%
Condeixa a Nova	8	1,6%	Anobra	1 0,2%
			Ega	1 0,2%
			Condeixa a Velha	5 1,0%
			Sebal	1 0,2%
Figueira da Foz	2	0,4%	Bom Sucesso	1 0,2%
			Maiorca	1 0,2%
Lousã	12	2,4%	Lousã	5 1,0%
			Foz de Arouce	1 0,2%
			Serpins	3 0,6%
			Vilarinho	3 0,6%
Mealhada	4	0,8%	Barçouco	1 0,2%
			Pampilhosa	3 0,6%
Mira	1	0,2%	Carapelhos	1 0,2%
Miranda do Corvo	15	2,9%	Miranda do Corvo	11 2,2%
			Rio Vide	1 0,2%
			Semide	3 0,6%
Montemor o Velho	7	1,4%	Arazede	2 0,4%
			Carapinheira	1 0,2%
			Pereira	1 0,2%
			Santo Varão	2 0,4%
			Tentugal	1 0,2%
Penacova	4	0,8%	Lorvão	3 0,6%
			Penacova	1 0,2%
Porto	1	0,2%	S. Ildefonso	1 0,2%
Soure	1	0,2%	Soure	1 0,2%
Tábua	1	0,2%	Ázere	1 0,2%
Vila Nova de Poiares	5	1,0%	Arrifana	1 0,2%
			Poiares (São Miguel)	1 0,2%
			Poiares (Santo André)	3 0,6%
Total	510	100%	510	100%

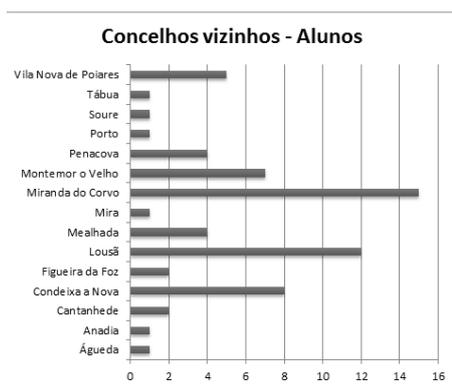


ESCOLA EB1				
EB1 de APPC				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	23	53,5%	Antanhol	1 2,3%
			Castelo Viegas	1 2,3%
			Eiras	4 9,3%
			Santa Clara	1 2,3%
			S. António dos Olivais	15 34,9%
			Torres do Mondego	1 2,3%
Águeda	1	2,3%	Trofa	1 2,3%
Anadia	1	2,3%	Mogofores	1 2,3%
Cantanhede	2	4,7%	Cadima	2 4,7%
Condeixa a Nova	2	4,7%	Ega	1 2,3%
			Condeixa a Velha	1 2,3%
Figueira da Foz	2	4,7%	Bom Sucesso	1 2,3%
			Maiorca	1 2,3%
Lousã	2	4,7%	Lousã	1 2,3%
			Serpins	1 2,3%
Mira	1	2,3%	Carapelhos	1 2,3%
Miranda do Corvo	3	7,0%	Miranda do Corvo	1 2,3%
			Semide	2 4,7%
Montemor o Velho	2	4,7%	Santo Varão	1 2,3%
			Tentugal	1 2,3%
Penacova	2	4,7%	Lorvão	2 4,7%
Soure	1	2,3%	Soure	1 2,3%
Tábua	1	2,3%	Ázere	1 2,3%
Total	43	100%	43	100%

EB1 do Areiro				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	80	94,1%	Almalaguês	1 1,2%
			Assafarge	1 1,2%
			Ceira	5 5,9%
			Cernache	1 1,2%
			Eiras	2 2,4%
			São Bartolomeu	1 1,2%
			Santa Clara	3 3,5%
			S. António dos Olivais	59 69,4%
			Souselas	1 1,2%
			Torres do Mondego	6 7,1%
Miranda do Corvo	2	2,4%	Miranda do Corvo	2 2,4%
Lousã	3	3,5%	Lousã	1 1,2%
			Vilarinho	2 2,4%
Total	85	100%	85	100%

EB1 de Bairro Norton de Matos				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	137	90,1%	Castelo Viegas	2 1,3%
			Ceira	3 2,0%
			Cernache	1 0,7%
			Eiras	10 6,6%
			S. Paulo de Frades	2 1,3%
			Santa Clara	6 3,9%
			Santa Cruz	1 0,7%
			S. António dos Olivais	104 68,4%
			Sé Nova	5 3,3%
			Torres do Mondego	3 2,0%
Condeixa a Nova	4	2,6%	Condeixa a Velha	3 2,0%
			Sebal	1 0,7%
Lousã	1	0,7%	Serpins	1 0,7%
Miranda do Corvo	6	3,9%	Miranda do Corvo	5 3,3%
			Semide	1 0,7%
Montemor o Velho	2	1,3%	Santo Varão	1 0,7%
			Pereira	1 0,7%
Penacova	2	1,3%	Lorvão	1 0,7%
			Penacova	1 0,7%
Total	152	100%	152	100%

EB1 de Chão do Bispo				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	26	86,7%	Assafarge	1 3,3%
			Santa Cruz	1 3,3%
			S. António dos Olivais	19 63,3%
			S. João do Campo	1 3,3%
			S. Martinho do Bispo	2 6,7%
			Souselas	1 3,3%
			Torre de Vilela	1 3,3%
Condeixa a Nova	1	3,3%	Anobra	1 3,3%
Miranda do Corvo	1	3,3%	Rio Vide	1 3,3%
Mealhada	1	3,3%	Barçouco	1 3,3%
Lousã	1	3,3%	Lousã	1 3,3%
Total	30	100%	30	100%



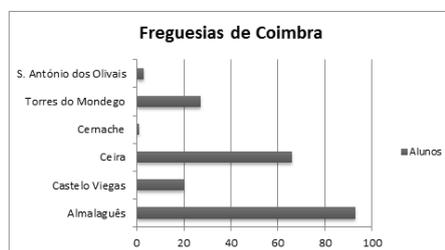
EB1 de Quinta da Flores

Concelhos		Freguesias	
Coimbra	179 89,5%	Ameal	2 1,0%
		Almedina	1 0,5%
		Antanho	1 0,5%
		Assafarge	2 1,0%
		Castelo Viegas	1 0,5%
		Ceira	4 2,0%
		Eiras	12 6,0%
		Ribeira de Frades	1 0,5%
		São Silvestre	1 0,5%
		S. Bartolomeu	3 1,5%
		S. Paulo de Frades	2 1,0%
		Santa Clara	8 4,0%
		Santa Cruz	2 1,0%
		S. António dos Olivais	128 64,0%
		S. Martinho do Bispo	3 1,5%
		Souselas	1 0,5%
		Sé Nova	2 1,0%
		Taveiro	2 1,0%
		Trouxemil	1 0,5%
		Torres do Mondego	2 1,0%
Condeixa a Nova	1 0,5%	Condeixa a Velha	1 0,5%
Lousã	5 2,5%	Lousã	2 1,0%
		Foz de Arouce	1 0,5%
		Serpins	1 0,5%
		Vilarinho	1 0,5%
Mealhada	3 1,5%	Pampilhosa	3 1,5%
Miranda do Corvo	3 1,5%	Miranda do Corvo	3 1,5%
Montemor o Velho	3 1,5%	Azarede	2 1,0%
		Carapinheira	1 0,5%
Porto	1 0,5%	S. Ildefonso	1 0,5%
Vila Nova de Poiares	5 2,5%	Arrifana	1 0,5%
		Poiares (São Miguel)	1 0,5%
		Poiares (Santo André)	3 1,5%
Total	200 100%	Total	200 100%

B. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas de Ceira

AGRUPAMENTO

CEIRA			
Concelhos		Freguesias	
Coimbra	210 92,5%	Almalaguês	93 41,0%
		Castelo Viegas	20 8,8%
		Ceira	66 29,1%
		Cernache	1 0,4%
		Torres do Mondego	27 11,9%
		S. António dos Olivais	3 1,3%
Condeixa a Nova	2 0,9%	Condeixa a Velha	1 0,4%
		Vila Seca	1 0,4%
Miranda do Corvo	10 4,4%	Lamas	1 0,4%
		Miranda do Corvo	9 4,0%
Vila Nova de Poiares	2 0,9%	Poiares (Santo André)	2 0,9%
Lousã	2 0,9%	lousã	1 0,4%
		Serpins	1 0,4%
Penacova	1 0,4%	Lorvão	1 0,4%
Total	227 100%	Total	227 100%



ESCOLA EB1

EB1 de Almalaguês

Concelhos		Freguesias	
Coimbra	73 96,1%	Almalaguês	72 94,7%
		Castelo Viegas	1 1,3%
Condeixa a Nova	1 1,3%	Vila Seca	1 1,3%
Miranda do Corvo	2 2,6%	Lamas	1 1,3%
		Miranda do Corvo	1 1,3%
Total	76 100%	Total	76 100%

EB1 de Torre de Bera

Concelhos		Freguesias	
Coimbra	11 91,7%	Almalaguês	11 91,7%
Miranda do Corvo	1 8,3%	Miranda do Corvo	1 8,3%
Total	12 100%	Total	12 100%

EB1 de Castelo Viegas

Concelhos		Freguesias	
Coimbra	21 91,3%	Almalaguês	3 13,0%
		Castelo Viegas	17 73,9%
		Cernache	1 4,3%
Condeixa a Nova	1 4,3%	Condeixa a Velha	1 4,3%
Miranda do Corvo	1 4,3%	Miranda do Corvo	1 4,3%
Total	23 100%	Total	23 100%

EB1 de Vendas de Ceira

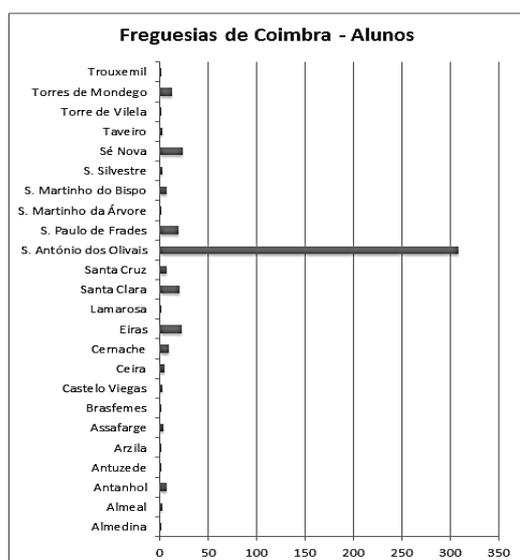
Concelhos		Freguesias	
Coimbra	74 90,2%	Almalaguês	7 8,5%
		Ceira	60 73,2%
		S. António dos Olivais	3 3,7%
		Castelo Viegas	2 2,4%
		Torres do Mondego	2 2,4%
Miranda do Corvo	6 7,3%	Miranda do Corvo	6 7,3%
Vila Nova de Poiares	2 2,4%	Poiares (Santo André)	2 2,4%
Total	82 100%	Total	82 100%

EB1 de Torres de Mondego

Concelhos		Freguesias	
Coimbra	31 91,2%	Ceira	6 17,6%
		Torres de Mondego	25 73,5%
Lousã	2 5,9%	lousã	1 2,9%
		Serpins	1 2,9%
Penacova	1 2,9%	Lorvão	1 2,9%
Total	34 100%	Total	34 100%

C. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas de Eugénio de Castro

AGRUPAMENTO					
EUGÉNIO DE CASTRO					
Concelhos		Freguesias			
Cantanhede	3	0,6%	Cantanhede	1	0,2%
			Ançã	2	0,4%
Coimbra	472	92,0%	Almedina	2	0,4%
			Almeal	3	0,6%
			Antanhol	7	1,4%
			Antuzede	2	0,4%
			Arzila	1	0,2%
			Assafarge	4	0,8%
			Brasfemes	1	0,2%
			Castelo Viegas	3	0,6%
			Ceira	5	1,0%
			Cernache	9	1,8%
			Eiras	23	4,5%
			Lamarosa	2	0,4%
			Santa Clara	20	3,9%
			Santa Cruz	7	1,4%
			S. António dos Olivais	309	60,2%
			S. Paulo de Frades	19	3,7%
			S. Martinho da Árvore	2	0,4%
			S. Martinho do Bispo	7	1,4%
			S. Silvestre	3	0,6%
			Sé Nova	24	4,7%
			Taveiro	3	0,6%
			Torre de Vilela	1	0,2%
			Torres de Mondego	13	2,5%
			Trouxemil	2	0,4%
Condeixa a Nova	8	1,6%	Belide	1	0,2%
			Condeixa a Nova	1	0,2%
			Condeixa a Velha	3	0,6%
			Sebal	3	0,6%
Mealhada	4	0,8%	Mealhada	1	0,2%
			Casal da Comba	1	0,2%
			Pampilhosa	2	0,4%
Lousã	6	1,2%	Lousã	4	0,8%
			Vilarinho	2	0,4%
Miranda do Corvo	3	0,6%	Miranda do Corvo	2	0,4%
			Lamas	1	0,2%
Montemor o Velho	5	1,0%	Carapinheira	1	0,2%
			Pereira	3	0,6%
			Montemor o Velho	1	0,2%
Penacova	9	1,8%	Lorvão	7	1,4%
			Figueira de Lorvão	1	0,2%
			Penacova	1	0,2%
Vila Nova de Poiares	3	0,6%	Poiares (Santo André)	3	0,6%
Total	513	100%		513	100%



ESCOLA EB1					
EB1 do Dianteiro					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	25	86,2%	S. António dos Olivais	2	6,9%
			S. Paulo de Frades	15	51,7%
			Torres de Mondego	8	27,6%
Penacova	4	13,8%	Lorvão	4	13,8%
Total	29	100%		29	100%

EB1 de Solum					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	158	90,3%	Almedina	1	0,6%
			Almeal	1	0,6%
			Antanhol	1	0,6%
			Antuzede	1	0,6%
			Arzila	1	0,6%
			Assafarge	2	1,1%
			Ceira	1	0,6%
			Cernache	2	1,1%
			Eiras	8	4,6%
			Lamarosa	2	1,1%
			Santa Clara	7	4,0%
			Santa Cruz	2	1,1%
			S. António dos Olivais	112	64,0%
			S. Paulo de Frades	2	1,1%
			S. Mart. Da Árvore	1	0,6%
			S. Silvestre	3	1,7%
			Sé Nova	9	5,1%
			Taveiro	2	1,1%
Condeixa a Nova	4	2,3%	Sebal	2	1,1%
			Condeixa a Velha	2	1,1%
Mealhada	1	0,6%	Mealhada	1	0,6%
Lousã	3	1,7%	Lousã	2	1,1%
			Vilarinho	1	0,6%
Montemor o Velho	5	2,9%	Carapinheira	1	0,6%
			Pereira	3	1,7%
			Montemor o Velho	1	0,6%
Penacova	2	1,1%	Lorvão	2	1,1%
Vila Nova de Poiares	2	1,1%	Poiares (Santo André)	2	1,1%
Total	175	100%		175	100%

EB1 de Solum Sul					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	258	94,2%	Almedina	1	0,4%
			Almeal	2	0,7%
			Antanhol	6	2,2%
			Antuzede	1	0,4%
			Brasfemes	1	0,4%
			Assafarge	2	0,7%
			Ceira	4	1,5%
			Cernache	7	2,6%
			Eiras	14	5,1%
			Castelo Viegas	3	1,1%
			Santa Clara	13	4,7%
			Santa Cruz	5	1,8%
			S. António dos Olivais	170	62,0%
			S. Paulo de Frades	2	0,7%
			S. Mart. Da Árvore	1	0,4%
			S. Martinho do Bispo	6	2,2%
			Sé Nova	14	5,1%
			Taveiro	1	0,4%
			Torre de Vilela	1	0,4%
			Torres de Mondego	2	0,7%
			Trouxemil	2	0,7%
Condeixa a Nova	4	1,5%	Belide	1	0,4%
			Condeixa a Nova	1	0,4%
			Condeixa a Velha	1	0,4%
			Sebal	1	0,4%
Mealhada	3	1,1%	Casal da Comba	1	0,4%
			Pampilhosa	2	0,7%
Lousã	2	0,7%	Lousã	2	0,7%
Miranda do Corvo	3	1,1%	Miranda do Corvo	2	0,7%
			Lamas	1	0,4%
Penacova	3	1,1%	Lorvão	1	0,4%
			Figueira de Lorvão	1	0,4%
			Penacova	1	0,4%
Vila Nova de Poiares	1	0,4%	Poiares (Santo André)	1	0,4%
Total	274	100%		274	100%

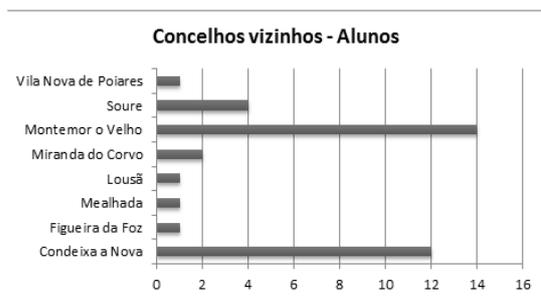
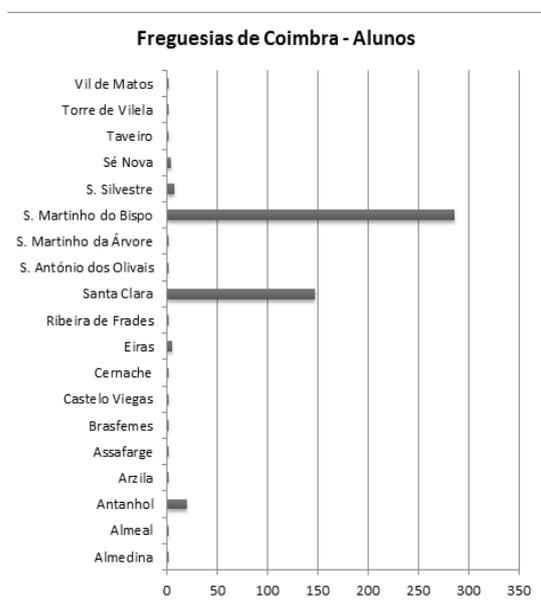


EB1 de Tovim					
Concelhos			Freguesias		
Coimbra	31	88,6%	Eiras	1	2,9%
			S. António dos Olivais	25	71,4%
			S. Martinho do Bispo	1	2,9%
			Sé Nova	1	2,9%
			Torres do Mondego	3	8,6%
Cantanhede	3	8,6%	Cantanhede	1	2,9%
			Ançã	2	5,7%
Lousã	1	2,9%	Vilarinho	1	2,9%
Total	35	100%		35	100%

D. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas de Inês de Castro

AGRUPAMENTO					
INÊS DE CASTRO					
Concelhos			Freguesias		
Coimbra	484	93,1%	Almedina	1	0,2%
			Almeal	2	0,4%
			Antanhol	20	3,8%
			Arzila	1	0,2%
			Assafarge	1	0,2%
			Brasfemes	1	0,2%
			Castelo Viegas	1	0,2%
			Cernache	1	0,2%
			Eiras	5	1,0%
			Ribeira de Frades	2	0,4%
			Santa Clara	147	28,3%
			S. António dos Olivais	1	0,2%
			S. Martinho da Árvore	1	0,2%
			S. Martinho do Bispo	286	55,0%
			S. Silvestre	7	1,3%
			Sé Nova	4	0,8%
			Taveiro	1	0,2%
			Torre de Vilela	1	0,2%
			Vil de Matos	1	0,2%
Condeixa a Nova	12	2,3%	Anobra	5	1,0%
			Ega	3	0,6%
			Condeixa a Nova	1	0,2%
			Condeixa a Velha	2	0,4%
			Sebal	1	0,2%
Figueira da Foz	1	0,2%	Buarcos	1	0,2%
Mealhada	1	0,2%	Mealhada	1	0,2%
Lousã	1	0,2%	Vilarinho	1	0,2%
Miranda do Corvo	2	0,4%	Miranda do Corvo	1	0,2%
			Rio Vide	1	0,2%
Montemor o Velho	14	2,7%	Carapinheira	1	0,2%
			Santo Varão	9	1,7%
			Pereira	4	0,8%
Soure	4	0,8%	Alfarelos	1	0,2%
			Granja do Ulmeiro	3	0,6%
Vila Nova de Poiares	1	0,2%	Poiares (São Miguel)	1	0,2%
Total	520	100%		520	100%

ESCOLA EB1					
EB1 de Almas de Freire					
Concelhos			Freguesias		
Coimbra	130	97,0%	Ameal	1	0,7%
			Antanhol	2	1,5%
			Castelo Viegas	1	0,7%
			Eiras	1	0,7%
			Santa Clara	109	81,3%
			S. Martinho da Árvore	1	0,7%
			S. Martinho do Bispo	12	9,0%
			São Silvestre	2	1,5%
			Sé Nova	1	0,7%
Condeixa a Nova	1	0,7%	Ega	1	0,7%
Montemor o Velho	2	1,5%	Carapinheira	1	0,7%
			Pereira	1	0,7%
Soure	1	0,7%	Granja do Ulmeiro	1	0,7%
Total	134	100%		134	100%
EB1 de Cruz de Mourouços					
Concelhos			Freguesias		
Coimbra	32	100,0%	Antanhol	13	40,6%
			Assafarge	1	3,1%
			Santa Clara	14	43,8%
			S. Martinho do Bispo	3	9,4%
			S. Silvestre	1	3,1%
Total	32	100%		32	100%
EB1 de Fala					
Concelhos			Freguesias		
Coimbra	84	93,3%	Ribeira de Frades	1	1,1%
			Santa Clara	1	1,1%
			S. Martinho do Bispo	82	91,1%
Condeixa a Nova	2	2,2%	Condeixa a Nova	1	1,1%
			Condeixa a Velha	1	1,1%
Figueira da Foz	1	1,1%	Buarcos	1	1,1%
Mealhada	1	1,1%	Mealhada	1	1,1%
Montemor o Velho	2	2,2%	Santo Varão	2	2,2%
Total	90	100%		90	100%

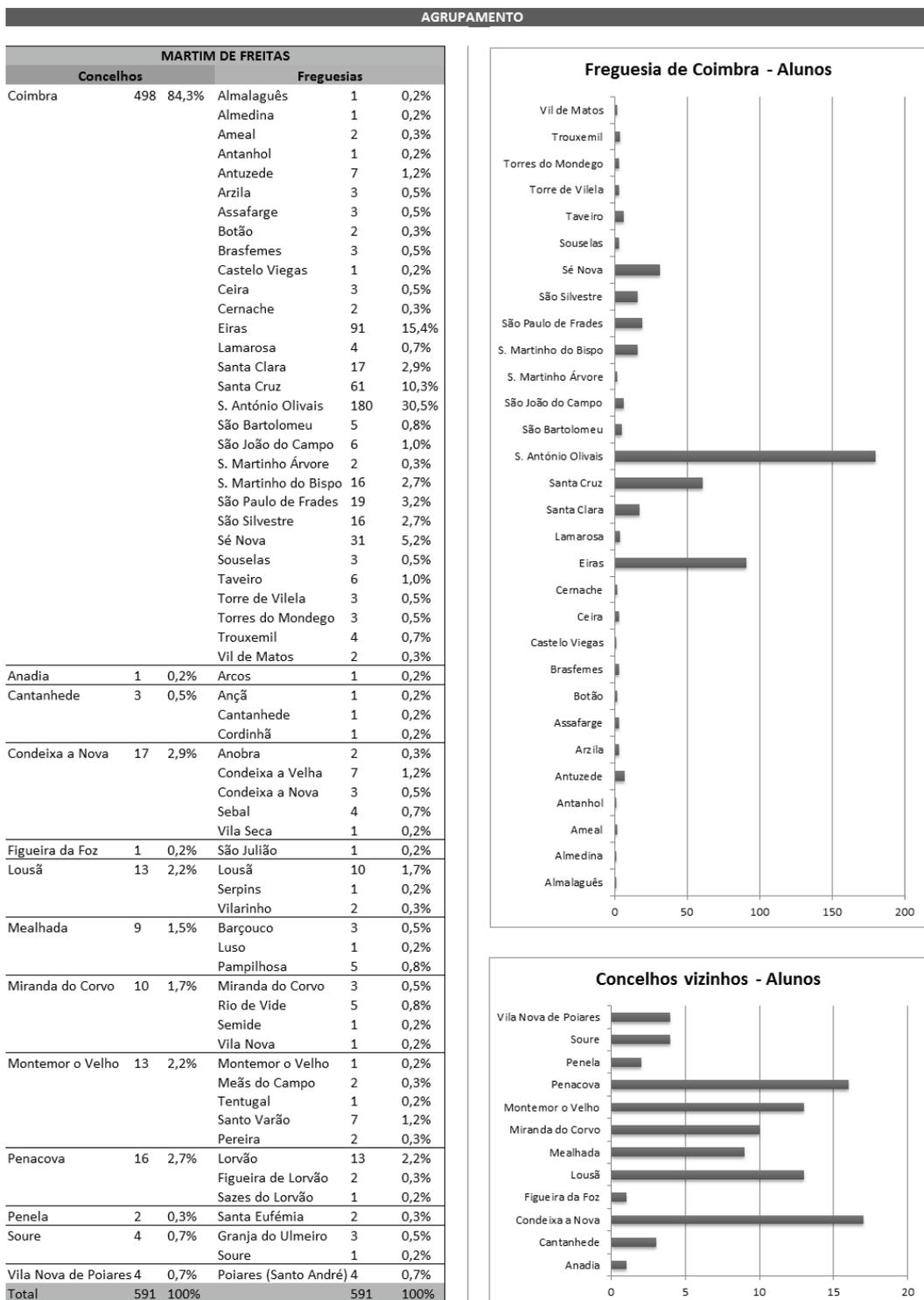


EB1 de Póvoa				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	65	97,0%	Antanho	2 3,0%
			Santa Clara	12 17,9%
			S. António dos Olivais	1 1,5%
			S. Martinho do Bispo	46 68,7%
			Sé Nova	3 4,5%
			Vil de Matos	1 1,5%
Montemor o Velho	2	3,0%	Santo Varão	1 1,5%
			Pereira	1 1,5%
Total	67	100%	67	100%

EB1 de São Martinho do Bispo				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	135	88,2%	Almedina	1 0,7%
			Almeal	1 0,7%
			Antanho	1 0,7%
			Arzila	1 0,7%
			Brasfemes	1 0,7%
			Eiras	4 2,6%
			Santa Clara	10 6,5%
			S. Martinho do Bispo	110 71,9%
			São Silvestre	4 2,6%
			Taveiro	1 0,7%
			Torre de Vilela	1 0,7%
Condeixa a Nova	4	2,6%	Anobra	2 1,3%
			Condeixa a Velha	1 0,7%
			Sebal	1 0,7%
Montemor o Velho	7	4,6%	Santo Varão	6 3,9%
			Pereira	1 0,7%
Lousã	1	0,7%	Vilarinho	1 0,7%
Miranda do Corvo	2	1,3%	Miranda do Corvo	1 0,7%
			Rio Vide	1 0,7%
Soure	3	2,0%	Alfarelos	1 0,7%
			Granja do Ulmeiro	2 1,3%
Vila Nova de Poiares	1	0,7%	Poiares (São Miguel)	1 0,7%
Total	153	100%	153	100%

EB1 de Espírito Santo de Touregas				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	38	86,4%	Antanho	2 4,5%
			Cernache	1 2,3%
			Ribeira de Frades	1 2,3%
			S. Martinho do Bispo	33 75,0%
			Santa Clara	1 2,3%
Condeixa a Nova	5	11,4%	Anobra	3 6,8%
			Ega	2 4,5%
Montemor o Velho	1	2,3%	Pereira	1 2,3%
Total	44	100%	44	100%

E. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas de Martim de Freitas



ESCOLA EB1

EB1 da Conchada					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	41	85,4%	Eiras	8	16,7%
			Santa Clara	1	2,1%
			Santa Cruz	19	39,6%
			S. António dos Olivais	6	12,5%
			S. Martinho da Árvore	1	2,1%
			S. Martinho do Bispo	1	2,1%
			S. Silvestre	1	2,1%
			Sé Nova	3	6,3%
			Torre de Vilela	1	2,1%
Lousã	2	4,2%	Vilarinho	1	2,1%
			Serpins	1	2,1%
Mealhada	1	2,1%	Pampilhosa	1	2,1%
Miranda do Corvo	1	2,1%	Miranda do Corvo	1	2,1%
Montemor o Velho	1	2,1%	Santo Varão	1	2,1%
Penacova	2	4,2%	Lorvão	2	4,2%
Total	48	100%	48	100%	

EB1 da Coselhas								
Concelhos		Freguesias						
Coimbra	27	87,1%	Antuzede	1	3,2%			
			Eiras	8	25,8%			
			Lamarosa	2	6,5%			
			Santa Cruz	3	9,7%			
			S. António dos Olivais	6	19,4%			
			S. Martinho do Bispo	1	3,2%			
			S. Paulo de Frades	3	9,7%			
			Sé Nova	1	3,2%			
			Taveiro	1	3,2%			
			Torres do Mondego	1	3,2%			
			Soure	1	3,2%	Granja do Ulmeiro	1	3,2%
			Mealhada	1	3,2%	Luso	1	3,2%
			Lousã	1	3,2%	Lousã	1	3,2%
Montemor o Velho	1	3,2%	Santo Varão	1	3,2%			
Total	31	100%	31	100%				

EB1 de Martins de Freitas								
Concelhos		Freguesias						
Coimbra	87	83,7%	Arzila	2	1,9%			
			Brasfemes	1	1,0%			
			Ceira	1	1,0%			
			Cernache	1	1,0%			
			Eiras	14	13,5%			
			Santa Clara	4	3,8%			
			Santa Cruz	5	4,8%			
			Santo António dos Olivais	47	45,2%			
			São João do Campo	1	1,0%			
			S. Silvestre	3	2,9%			
			S. Silvestre	1	1,0%			
			Sé Nova	2	1,9%			
			Taveiro	2	1,9%			
			Torre de Mondego	1	1,0%			
			Trouxemil	2	1,9%			
			Anadia	1	1,0%	Arcos	1	1,0%
			Cantanhede	1	1,0%	Cordinhã	1	1,0%
			Condeixa a Nova	3	2,9%	Vila Seca	1	1,0%
						Condeixa a Velha	2	1,9%
			Miranda do Corvo	4	3,8%	Miranda do Corvo	1	1,0%
			Rio de Vide	1	1,0%			
			Semide	1	1,0%			
			Vila Nova	1	1,0%			
Montemor o Velho	1	1,0%	Santo Varão	1	1,0%			
Penacova	5	4,8%	Lorvão	5	4,8%			
Vila Nova de Poiares	2	1,9%	Poiares (Santo André)	2	1,9%			
Total	104	100%	104	100%				

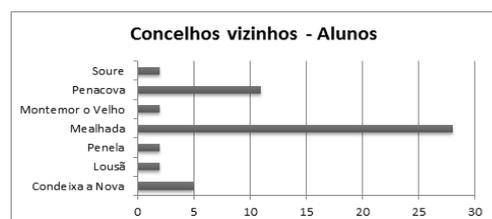
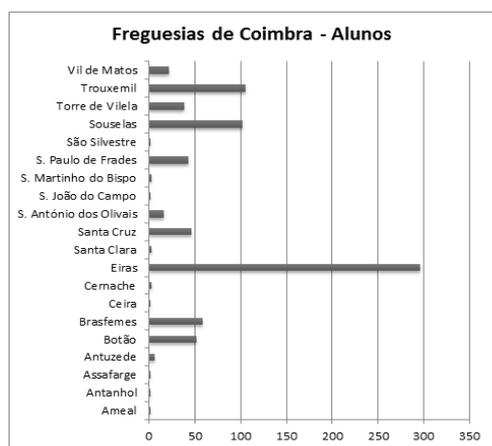
EB1 da Montes Claros					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	202	83,1%	Almalaguês	1	0,4%
			Almedina	1	0,4%
			Antanhol	1	0,4%
			Antuzede	3	1,2%
			Arzila	1	0,4%
			Assafarge	3	1,2%
			Botão	2	0,8%
			Brasfemes	1	0,4%
			Castelo Viegas	1	0,4%
			Cernache	1	0,4%
			Eiras	41	16,9%
			Lamarosa	2	0,8%
			Santa Clara	5	2,1%
			Santa Cruz	12	4,9%
			S. António dos Olivais	75	30,9%
			São Bartolomeu	1	0,4%
			São João do Campo	2	0,8%
			S. Martinho do Bispo	8	3,3%
			São Paulo de Frades	12	4,9%
			São Silvestre	13	5,3%
			Sé Nova	10	4,1%
			Souselas	1	0,4%
Taveiro	1	0,4%			
Torre de Vilela	1	0,4%			
Torres do Mondego	1	0,4%			
Vil de Matos	2	0,8%			
Cantanhede	1	0,4%	Ançã	1	0,4%
Condeixa a Nova	12	4,9%	Anobra	2	0,8%
			Condeixa a Velha	5	2,1%
			Condeixa a Nova	1	0,4%
			Sebal	4	1,6%
Lousã	5	2,1%	Lousã	4	1,6%
			Vilarinho	1	0,4%
Figueira da Foz	1	0,4%	São Julião	1	0,4%
Mealhada	4	1,6%	Barçouco	2	0,8%
			Pampilhosa	2	0,8%
Montemor o Velho	8	3,3%	Montemor o Velho	1	0,4%
			Meãs do Campo	2	0,8%
			Tentugal	1	0,4%
			Santo Varão	3	1,2%
			Pereira	1	0,4%
Miranda do Corvo	2	0,8%	Rio Vide	2	0,8%
Penacova	5	2,1%	Lorvão	3	1,2%
			Figueira de Lorvão	2	0,8%
Soure	2	0,8%	Granja do Ulmeiro	2	0,8%
Vila Nova de Poiares	1	0,4%	Poiares (Santo André)	1	0,4%
Total	243	100%	243	100%	

EB1 dos Olivais								
Concelhos		Freguesias						
Coimbra	60	82,2%	Antuzede	1	1,4%			
			Ceira	1	1,4%			
			Eiras	7	9,6%			
			Santa Clara	3	4,1%			
			Santa Cruz	3	4,1%			
			S. António dos Olivais	37	50,7%			
			S. João do Campo	1	1,4%			
			Sé Nova	4	5,5%			
			Taveiro	2	2,7%			
			Trouxemil	1	1,4%			
			Lousã	1	1,4%	Lousã	1	1,4%
			Mealhada	3	4,1%	Barçouco	1	1,4%
						Pampilhosa	2	2,7%
			Miranda do Corvo	3	4,1%	Miranda do Corvo	1	1,4%
						Rio Vide	2	2,7%
			Montemor o Velho	2	2,7%	Pereira	1	1,4%
						Santo Varão	1	1,4%
			Penacova	1	1,4%	Lorvão	1	1,4%
			Penela	1	1,4%	Santa Eufémia	1	1,4%
			Soure	1	1,4%	Soure	1	1,4%
Vila Nova de Poiares	1	1,4%	Poiares (Santo André)	1	1,4%			
Total	73	100%	73	100%				

EB1 de Santa Cruz					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	81	88,0%	Ameal	2	2,2%
			Antuzede	2	2,2%
			Brasfemes	1	1,1%
			Ceira	1	1,1%
			Eiras	13	14,1%
			Santa Clara	4	4,3%
			Santa Cruz	19	20,7%
			S. Antonio dos	9	9,8%
			S. Bartolomeu	4	4,3%
			São João do Campo	2	2,2%
			S. Martinho Árvore	1	1,1%
			S. Martinho do Bispo	3	3,3%
			São Silvestre	1	1,1%
			São Paulo de Frades	4	4,3%
			Sé Nova	11	12,0%
			Souselas	2	2,2%
Torre de Vilela	1	1,1%			
Trouxemil	1	1,1%			
Cantanhede	1	1,1%	Cantanhede	1	1,1%
Condeixa a Nova	2	2,2%	Condeixa a Nova	2	2,2%
Lousã	4	4,3%	Lousã	4	4,3%
Penacova	3	3,3%	Lorvão	2	2,2%
			Sazes do Lorvão	1	1,1%
Penela	1	1,1%	Santa Eufémia	1	1,1%
Total	92	100%		92	100%

F. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas Rainha Santa Isabel

AGRUPAMENTO				
RAINHA SANTA ISABEL				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	797	93,9%	Ameal	1 0,1%
			Antanhol	1 0,1%
			Assafarge	1 0,1%
			Antuzede	6 0,7%
			Botão	52 6,1%
			Brasfemes	58 6,8%
			Ceira	1 0,1%
			Cernache	2 0,2%
			Eiras	296 34,9%
			Santa Clara	2 0,2%
			Santa Cruz	46 5,4%
			S. António dos Olivais	16 1,9%
			S. João do Campo	1 0,1%
			S. Martinho do Bispo	3 0,4%
			S. Paulo de Frades	43 5,1%
			São Silvestre	1 0,1%
			Souselas	102 12,0%
			Torre de Vilela	38 4,5%
			Trouxemil	105 12,4%
			Vil de Matos	22 2,6%
Condeixa a Nova	5	0,6%	Condeixa a Velha	2 0,2%
			Condeixa a Nova	1 0,1%
			Sebal	1 0,1%
			Vila seca	1 0,1%
Lousã	2	0,2%	Lousã	2 0,2%
Penela	2	0,2%	São Miguel	2 0,2%
Mealhada	28	3,3%	Barçouco	11 1,3%
			Luso	1 0,1%
			Casal da Comba	3 0,4%
			Mealhada	4 0,5%
			Pampilhosa	9 1,1%
Montemor o Velho	2	0,2%	Carapinheira	1 0,1%
			Meãs do Campo	1 0,1%
Penacova	11	1,3%	São Pedro de Alva	1 0,1%
			Figueira do Lorvão	4 0,5%
			Friúmes	1 0,1%
			Lorvão	4 0,5%
			Sazes do Lorvão	1 0,1%
Soure	2	0,2%	Alfarelos	2 0,2%
Total	849	100%	849	100%



ESCOLA EB1				
EB1 de Adémia				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	89	93,7%	Antanhol	1 1,1%
			Antuzede	1 1,1%
			Eiras	19 20,0%
			Santa Cruz	4 4,2%
			S. Paulo de Frades	3 3,2%
			Souselas	1 1,1%
			Trouxemil	54 56,8%
			Torre de Vilela	3 3,2%
			Vil de Matos	3 3,2%
Condeixa a Nova	1	1,1%	Condeixa a Velha	1 1,1%
Lousã	1	1,1%	Lousã	1 1,1%
Penela	1	1,1%	São Miguel	1 1,1%
Mealhada	2	2,1%	Casal Comba	1 1,1%
			Pampilhosa	1 1,1%
Penacova	1	1,1%	Figueira do Lorvão	1 1,1%
Total	95	100%	95	100%

EB1 de Botão				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	12	100%	Botão	11 91,7%
			Brasfemes	1 8,3%
Total	12	100%	12	100%

EB1 de Brasfemes				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	48	92,3%	Brasfemes	45 86,5%
			S. Paulo de Frades	1 1,9%
			Souselas	1 1,9%
			Torre de Vilela	1 1,9%
Mealhada	3	5,8%	Mealhada	1 1,9%
			Luso	1 1,9%
			Pampilhosa	1 1,9%
Penacova	1	1,9%	Sazes do Lorvão	1 1,9%
Total	52	100%	52	100%

EB1 de Eiras				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	69	92,0%	Brasfemes	6 8,0%
			Eiras	51 68,0%
			Santa Cruz	1 1,3%
			S. Paulo de Frades	3 4,0%
			S. António dos Olivais	2 2,7%
			Trouxemil	2 2,7%
			Torre de Vilela	3 4,0%
			Vil de Matos	1 1,3%
Soure	2	2,7%	Alfarelos	2 2,7%
Mealhada	1	1,3%	Pampilhosa	1 1,3%
Penacova	3	4,0%	Figueira do Lorvão	1 1,3%
			Lorvão	2 2,7%
Total	75	100%	75	100%

EB1 de Ingote				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	37	100%	Eiras	37 100%
Total	37	100%	37	100%

EB1 de Larçã				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	21	95%	Botão	21 95%
Mealhada	1	5%	Pampilhosa	1 5%
Total	22	100%	22	100%

EB1 de Lordemão				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	19	100%	Ceira	1 5,3%
			Eiras	9 47,4%
			S. António dos Olivais	2 10,5%
			S. Paulo de Frades	4 21,1%
			S. Martinho do Bispo	1 5,3%
			S. Silvestre	1 5,3%
			Trouxemil	1 5,3%
Total	19	100%	19	100%

EB1 de Loreto				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	40	100%	Eiras	36 90,0%
			Santa Cruz	3 7,5%
			Trouxemil	1 2,5%
Total	40	100%	40	100%

EB1 de Marmeleira				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	23	100%	Botão	1 4,3%
			Souselas	22 95,7%
Total	23	100%	23	100%

EB1 do Paço				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	14	93,3%	Botão	13 86,7%
			Torre de Vilela	1 6,7%
Mealhada	1	6,7%	Pampilhosa	1 6,7%
Total	15	100%	15	100%

EB1 de Pedrulha				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	59	95,2%	Assafarge	1 1,6%
			Antuzede	1 1,6%
			Brasfemes	2 3,2%
			Eiras	22 35,5%
			Santa Clara	1 1,6%
			Santa Cruz	29 46,8%
			S. António dos Olivais	1 1,6%
			Souselas	1 1,6%
			Trouxemil	1 1,6%
Mealhada	2	3,2%	Barçouco	2 3,2%
Condeixa a Nova	1	1,6%	Condeixa a Nova	1 1,6%
Total	62	100%	62	100%

EB1 do Rocha Nova				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	11	100%	S. António dos Olivais	8 72,7%
			S. Paulo de Frades	3 27,3%
Total	11	100%	11	100%

EB1 de Santa Apolónia				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	167	91,8%	Ameal	1 0,5%
			Antuzede	3 1,6%
			Botão	1 0,5%
			Brasfemes	1 0,5%
			Cernache	2 1,1%
			Eiras	119 65,4%
			S. António dos Olivais	1 0,5%
			S. João do Campo	1 0,5%
			S. Martinho do Bispo	2 1,1%
			S. Paulo de Frades	12 6,6%
			Santa Cruz	8 4,4%
			Souselas	1 0,5%
			Torre de Vilela	2 1,1%
			Trouxemil	9 4,9%
			Vil de Matos	4 2,2%
Condeixa a Nova	3	1,6%	Condeixa a Velha	1 0,5%
			Sebal	1 0,5%
			Vila seca	1 0,5%
Lousã	1	0,5%	Lousã	1 0,5%
Penela	1	0,5%	São Miguel	1 0,5%
Mealhada	5	2,7%	Barçouco	4 2,2%
			Mealhada	1 0,5%
Montemor o Velho	2	1,1%	Carapinheira	1 0,5%
			Meãs do Campo	1 0,5%
Penacova	3	1,6%	São Pedro de Alva	1 0,5%
			Lorvão	2 1,1%
Total	182	100%	182	100%

EB1 do São Paulo de Frades				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	16	100%	Brasfemes	1 6,3%
			S. Paulo de Frades	13 81,3%
			S. António dos Olivais	2 12,5%
Total	16	100%	16	100%

EB1 do São Sargento Mor				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	24	92,3%	Santa Cruz	1 3,8%
			Souselas	22 84,6%
			Trouxemil	1 3,8%
Mealhada	2	7,7%	Barçouco	2 7,7%
Total	26	100%	26	100%

EB1 de Souselas				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	67	93,1%	Botão	4 5,6%
			Brasfemes	2 2,8%
			Eiras	1 1,4%
			S. Paulo de Frades	2 2,8%
			Santa Clara	1 1,4%
			Souselas	52 72,2%
			Torre de Vilela	3 4,2%
			Trouxemil	1 1,4%
			Vil de Matos	1 1,4%
Mealhada	5	6,9%	Casal da Comba	1 1,4%
			Pampilhosa	4 5,6%
Penacova	2	2,8%	Figueira do Lorvão	1 1,4%
			Friúmes	1 1,4%
Total	72	100%	72	100%

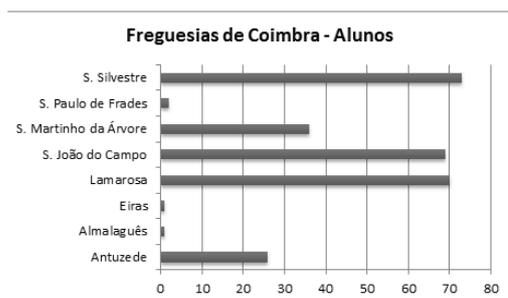
EB1 de Trouxemil				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	33	86,8%	Antuzede	1 2,6%
			Eiras	1 2,6%
			S. Paulo de Frades	1 2,6%
			Souselas	2 5,3%
			Trouxemil	27 71,1%
			Vil de Matos	1 2,6%
Mealhada	5	13,2%	Barçouco	2 5,3%
			Casal da Comba	1 2,6%
			Mealhada	2 5,3%
Total	38	100%	38	100%

EB1 de Torre de Vilela				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	31	96,9%	Botão	1 3,1%
			Eiras	1 3,1%
			S. Paulo de Frades	1 3,1%
			Torre de Vilela	25 78,1%
			Trouxemil	3 9,4%
Penacova	1	3,1%	Figueira do Lorvão	1 3,1%
Total	32	100%	32	100%

EB1 de Vil de Matos				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	14	93,3%	Trouxemil	5 33,3%
			Vil de Matos	9 60,0%
Mealhada	1	6,7%	Barçouco	1 6,7%
Total	15	100%	15	100%

G. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas de São Silvestre

AGRUPAMENTO					
SÃO SILVESTRE					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	278	95,2%	Antuzede	26	8,9%
			Almalaguês	1	0,3%
			Eiras	1	0,3%
			Lamarosa	70	24,0%
			S. João do Campo	69	23,6%
			S. Martinho da Árvore	36	12,3%
			S. Paulo de Frades	2	0,7%
			S. Silvestre	73	25,0%
Cantanhede	7	2,4%	Ancã	2	0,7%
			Outil	1	0,3%
			Portunhos	3	1,0%
			Tocha	1	0,3%
Mealhada	1	0,3%	Pampilhosa	1	0,3%
Miranda do Corvo	1	0,3%	Miranda do Corvo	1	0,3%
Montemor o Velho	5	1,7%	Carapinheira	2	0,7%
			Meãs do Campo	2	0,7%
			Montemor o Velho	1	0,3%
Total	292	100%	292	100%	



ESCOLA EB1					
EB1 de Antuzede					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	16	84,2%	Antuzede	13	68,4%
			S. Paulo de Frades	2	10,5%
			S. Silvestre	1	5,3%
Cantanhede	2	10,5%	Ancã	1	5,3%
			Portunhos	1	5,3%
Mealhada	1	5,3%	Pampilhosa	1	5,3%
Total	19	100%	19	100%	

EB1 do Bairro Azul					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	41	100,0%	Lamarosa	4	9,8%
			S. João do Campo	4	9,8%
			S. Silvestre	33	80,5%
Total	41	100%	41	100%	

EB1 da Cidreira					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	13	100,0%	Almalaguês	1	7,7%
			Antuzede	11	84,6%
			Eiras	1	7,7%
Total	13	100%	13	100%	

EB1 de São João do Campo					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	68	90,7%	Antuzede	2	2,7%
			Lamarosa	1	1,3%
			S. João do Campo	63	84,0%
			S. Silvestre	2	2,7%
Montemor o Velho	2	2,7%	Meãs do Campo	2	2,7%
Cantanhede	4	5,3%	Ançã	1	1,3%
			Portunhos	2	2,7%
			Tocha	1	1,3%
			Miranda do Corvo	1	1,3%
Total	75	100%	75	100%	

EB1 de São Martinho da Árvore					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	36	94,7%	Lamarosa	4	10,5%
			S. Martinho Árvore	31	81,6%
			S. Silvestre	1	2,6%
Cantanhede	1	2,6%	Outil	1	2,6%
Montemor o Velho	1	2,6%	Carapinheira	1	2,6%
Total	38	100%	38	100%	

EB1 de São Silvestre					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	43	97,7%	Lamarosa	3	6,8%
			S. João do Campo	2	4,5%
			S. Martinho Árvore	3	6,8%
			S. Silvestre	35	79,5%
Montemor o Velho	1	2,3%	Carapinheira	1	2,3%
Total	44	100%	44	100%	

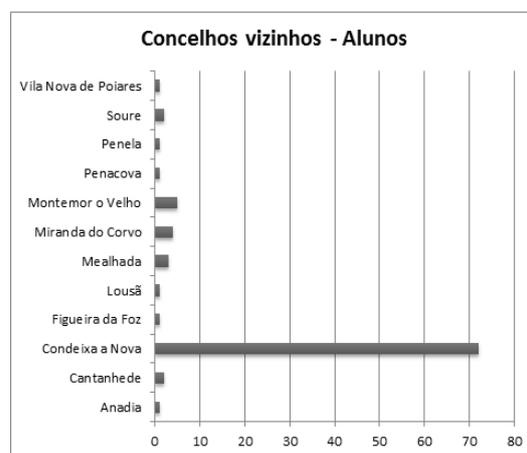
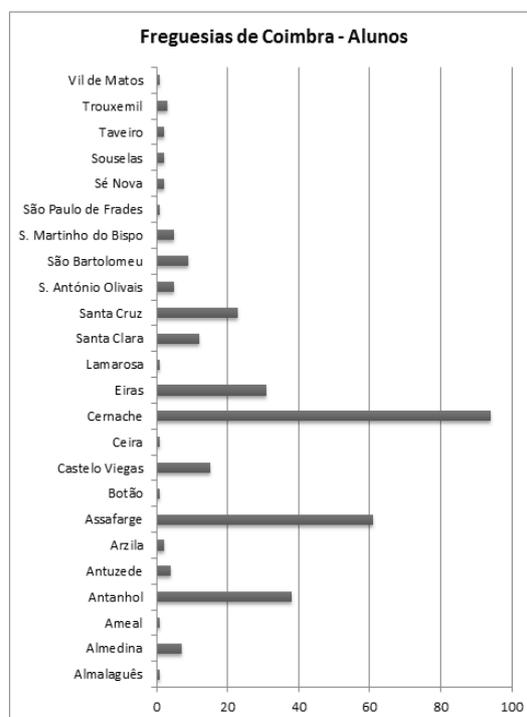
EB1 de Vera Cruz					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	39	100%	Lamarosa	39	100%
Total	39	100%	39	100%	

EB1 de Vila Verde					
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	22	95,7%	Lamarosa	19	82,6%
			S. Martinho Árvore	2	8,7%
			S. Silvestre	1	4,3%
Montemor o Velho	1	4,3%	Montemor o Velho	1	4,3%
Total	23	100%	23	100%	

H. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas Silva Gaio

AGRUPAMENTO

		SILVA GAIO			
Concelhos		Freguesias			
Coimbra	322	77,4%	Almalaguês	1	0,2%
			Almedina	7	1,7%
			Ameal	1	0,2%
			Antanhol	38	9,1%
			Antuzede	4	1,0%
			Arzila	2	0,5%
			Assafarge	61	14,7%
			Botão	1	0,2%
			Castelo Viegas	15	3,6%
			Ceira	1	0,2%
			Cernache	94	22,6%
			Eiras	31	7,5%
			Lamarosa	1	0,2%
			Santa Clara	12	2,9%
			Santa Cruz	23	5,5%
			S. António Olivais	5	1,2%
			São Bartolomeu	9	2,2%
			S. Martinho do Bispo	5	1,2%
			São Paulo de Frades	1	0,2%
			Sé Nova	2	0,5%
Souselas	2	0,5%			
Taveiro	2	0,5%			
Trouxemil	3	0,7%			
Vil de Matos	1	0,2%			
Anadia	1	0,2%	Aguim	1	0,2%
Cantanhede	2	0,5%	Cantanhede	1	0,2%
			Covões	1	0,2%
Condeixa a Nova	72	17,3%	Anobra	2	0,5%
			Condeixa a Velha	28	6,7%
			Condeixa a Nova	18	4,3%
			Ega	6	1,4%
			Sebal	14	3,4%
			Vila Seca	4	1,0%
Figueira da Foz	1	0,2%	São Pedro	1	0,2%
Lousã	1	0,2%	Lousã	1	0,2%
Mealhada	3	0,7%	Pampilhosa	1	0,2%
			Vacariça	2	0,5%
Miranda do Corvo	4	1,0%	Miranda do Corvo	4	1,0%
Montemor o Velho	5	1,2%	Liceia	1	0,2%
			Meãs do Campo	2	0,5%
			Pereira	1	0,2%
			Santo Varão	1	0,2%
Penacova	1	0,2%	Lorvão	1	0,2%
Penela	1	0,2%	Espinhal	1	0,2%
Soure	2	0,5%	Soure	1	0,2%
			Vinhas da Rainha	1	0,2%
Vila Nova de Poiares	1	0,2%	Poiars (Santo André)	1	0,2%
Total	416	100%		416	100%



ESCOLA EB1

EB1 de Almedina				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	46	90,2%	Almedina	6 11,8%
			Assafarge	1 2,0%
			Botão	1 2,0%
			Castelo Viegas	1 2,0%
			Eiras	15 29,4%
			Lamarosa	1 2,0%
			Santa Clara	2 3,9%
			Santa Cruz	10 19,6%
			S. António dos Olivais	1 2,0%
			S. Bartolomeu	3 5,9%
			S. Martinho do Bispo	2 3,9%
			Sé Nova	2 3,9%
			Souselas	1 2,0%
Condeixa a Nova	1	2,0%	Condeixa a Velha	1 2,0%
Figueira da Foz	1	2,0%	São Pedro	1 2,0%
Mealhada	1	2,0%	Pampilhosa	1 2,0%
Soure	1	2,0%	Vinha da Rainha	1 2,0%
Vila Nova de Poiares	1	2,0%	Poiares (Santo André)	1 2,0%
Total	51	100%	51	100%

EB1 de Antanhol				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	17	73,9%	Antanhol	13 56,5%
			Assafarge	1 4,3%
			Cernache	1 4,3%
			Santa Clara	1 4,3%
			S. Martinho do Bispo	1 4,3%
Condeixa a Nova	4	17,4%	Condeixa a Nova	1 4,3%
			Condeixa a Velha	2 8,7%
			Sebal	1 4,3%
Penacova	1	4,3%	Lorvão	1 4,3%
Soure	1	4,3%	Soure	1 4,3%
Total	23	100%	23	100%

EB1 de Assafarge				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	60	89,6%	Almalaguês	1 1,5%
			Antanhol	2 3,0%
			Assafarge	40 59,7%
			Castelo Viegas	11 16,4%
			Cernache	2 3,0%
			Santa Clara	3 4,5%
			Trouxemil	1 1,5%
Condeixa a Nova	5	7,5%	Condeixa a Velha	1 1,5%
			Sebal	3 4,5%
			Vila Seca	1 1,5%
Miranda do Corvo	2	3,0%	Miranda do Corvo	2 3,0%
Total	67	100%	67	100%

EB1 de Casconha				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	50	64,9%	Antanhol	3 3,9%
			Cernache	46 59,7%
			S. António dos Olivais	1 1,3%
Condeixa a Nova	26	33,8%	Condeixa a Nova	9 11,7%
			Condeixa a Velha	11 14,3%
			Ega	1 1,3%
			Sebal	4 5,2%
			Vila Seca	1 1,3%
Penela	1	1,3%	Espinhal	1 1,3%
Total	77	100%	77	100%

EB1 de Cernache				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	29	74,4%	Ameal	1 2,6%
			Assafarge	1 2,6%
			Antanhol	1 2,6%
			Castelo Viegas	1 2,6%
			Cernache	21 53,8%
			Santa Clara	1 2,6%
			S. António dos Olivais	1 2,6%
			S. Martinho do Bispo	1 2,6%
			Souselas	1 2,6%
Condeixa a Nova	10	25,6%	Anobra	1 2,6%
			Condeixa a Nova	4 10,3%
			Condeixa a Velha	3 7,7%
			Ega	1 2,6%
			Sebal	1 2,6%
Total	39	100%	39	100%

EB1 de Feiteira				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	25	59,5%	Antanhol	1 2,4%
			Arzila	2 4,8%
			Cernache	22 52,4%
Condeixa a Nova	15	35,7%	Condeixa a Nova	2 4,8%
			Condeixa a Velha	8 19,0%
			Ega	2 4,8%
			Sebal	3 7,1%
Montemor o Velho	2	4,8%	Meãs do Campo	2 4,8%
Total	42	100%	42	100%

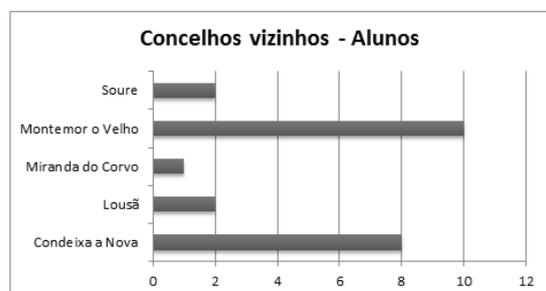
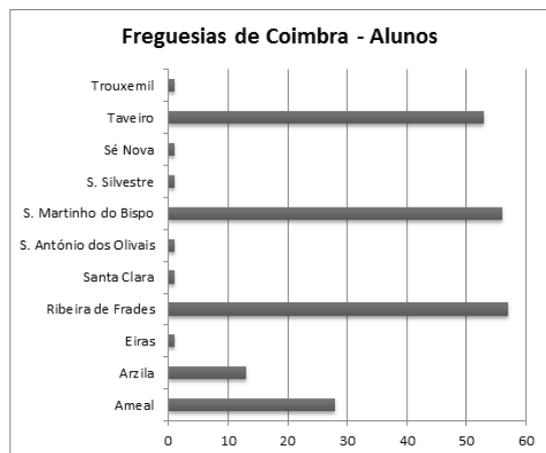
EB1 de Palheira				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	26	81,3%	Antanhol	3 9,4%
			Assafarge	18 56,3%
			Castelo Viegas	2 6,3%
			Cernache	2 6,3%
			S. António dos Olivais	1 3,1%
Condeixa a Nova	6	18,8%	Anobra	1 3,1%
			Ega	2 6,3%
			Condeixa a Nova	2 6,3%
			Vila Seca	1 3,1%
Total	32	100%	32	100%

EB1 de São Bartolomeu				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	55	82,1%	Almedina	1 1,5%
			Antanhol	1 1,5%
			Antuzede	4 6,0%
			Ceira	1 1,5%
			Eiras	16 23,9%
			Santa Clara	5 7,5%
			Santa Cruz	13 19,4%
			S. António dos Olivais	1 1,5%
			S. Bartolomeu	6 9,0%
			S. Martinho do Bispo	1 1,5%
			S. Paulo de Frades	1 1,5%
			Taveiro	2 3,0%
			Trouxemil	2 3,0%
			Vil de Matos	1 1,5%
Anadia	1	1,5%	Aguium	1 1,5%
Cantanhede	2	3,0%	Cantanhede	1 1,5%
			Covões	1 1,5%
Condeixa a Nova	2	3,0%	Condeixa a Velha	2 3,0%
Lousã	1	1,5%	Lousã	1 1,5%
Mealhada	2	3,0%	Vacariça	2 3,0%
Miranda do Corvo	2	3,0%	Miranda do Corvo	2 3,0%
Montemor o Velho	2	3,0%	Liceia	1 1,5%
			Pereira	1 1,5%
Total	67	100%	67	100%

EB1 de Valongo				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	14	77,8%	Antanhol	14 77,8%
Condeixa a Nova	3	16,7%	Sebal	2 11,1%
			Vila Seca	1 5,6%
Montemor o Velho	1	5,6%	Santo Varão	1 5,6%
Total	18	100%	18	100%

I. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas de Taveiro

AGRUPAMENTO				
TAVEIRO				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	213 90,3%	Ameal	28	11,9%
		Arzila	13	5,5%
		Eiras	1	0,4%
		Ribeira de Frades	57	24,2%
		Santa Clara	1	0,4%
		S. António dos Olivais	1	0,4%
		S. Martinho do Bispo	56	23,7%
		S. Silvestre	1	0,4%
		Sé Nova	1	0,4%
		Taveiro	53	22,5%
		Trouxemil	1	0,4%
Condeixa a Nova	8 3,4%	Anobra	2	0,8%
		Condeixa a Velha	2	0,8%
		Sebal	3	1,3%
		Zambujal	1	0,4%
Lousã	2 0,8%	Vilarinho	2	0,8%
		Lamas	1	0,4%
Montemor o Velho	10 4,2%	Pereira	7	3,0%
		Santo Varão	3	1,3%
Soure	2 0,8%	Granja do Ulmeiro	2	0,8%
Total	236 100%		236	100%



ESCOLA EB1				
EB1 Do Ameal				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	25 92,6%	Ameal	22	81,5%
		Ribeira de Frades	1	3,7%
		Taveiro	2	7,4%
Soure	1 3,7%	Granja do Ulmeiro	1	3,7%
Montemor o Velho	1 3,7%	Pereira	1	3,7%
Total	27 100%		27	100%

EB1 de Arzila				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	11 61,1%	Arzila	10	55,6%
		Ameal	1	5,6%
Condeixa a Nova	4 22,2%	Anobra	2	11,1%
		Sebal	1	5,6%
		Zambujal	1	5,6%
Montemor o Velho	3 16,7%	Pereira	3	16,7%
Total	18 100%		18	100%

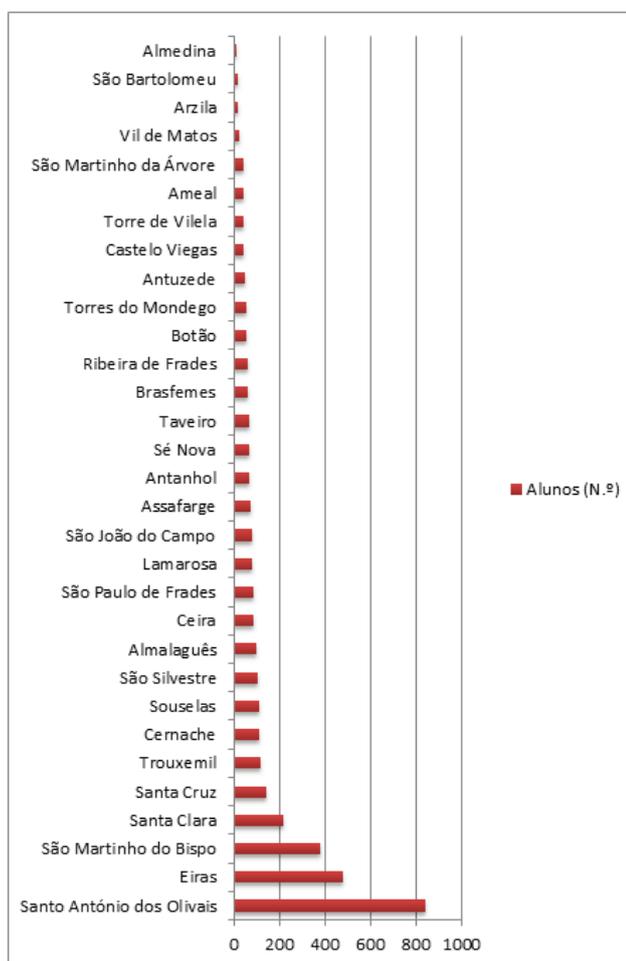
EB1 de Casais do Campo				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	45 97,8%	S. Martinho do Bispo	45	97,8%
		Lamas	1	2,2%
Miranda do Corvo	1 2,2%			
Total	46 100%		46	100%

EB1 de Ribeira de Frades				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	78 91,8%	Ameal	3	3,5%
		Arzila	1	1,2%
		S. Martinho do Bispo	8	9,4%
		S. Silvestre	1	1,2%
		Santa Clara	1	1,2%
		Ribeira de Frades	51	60,0%
		Taveiro	13	15,3%
Condeixa a Nova	3 3,5%	Condeixa a Velha	2	2,4%
		Sebal	1	1,2%
Montemor o Velho	3 3,5%	Pereira	1	1,2%
		Santo Varão	2	2,4%
Soure	1 1,2%	Granja do Ulmeiro	1	1,2%
Total	85 100%		85	100%

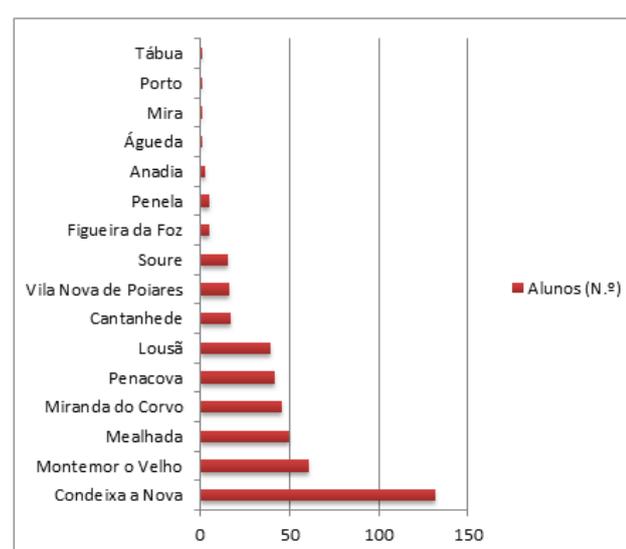
EB1 de Taveiro				
Concelhos		Freguesias		
Coimbra	54 90,0%	Ameal	2	3,3%
		Arzila	2	3,3%
		Eiras	1	1,7%
		S. António dos Olivais	1	1,7%
		S. Martinho do Bispo	3	5,0%
		Sé Nova	1	1,7%
		Ribeira de Frades	5	8,3%
		Taveiro	38	63,3%
		Trouxemil	1	1,7%
		Condeixa a Nova	1 1,7%	Sebal
Lousã	2 3,3%	Vilarinho	2	3,3%
Montemor o Velho	3 5,0%	Pereira	2	3,3%
		Santo Varão	1	1,7%
Total	60 100%		60	100%

J. Mobilidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico

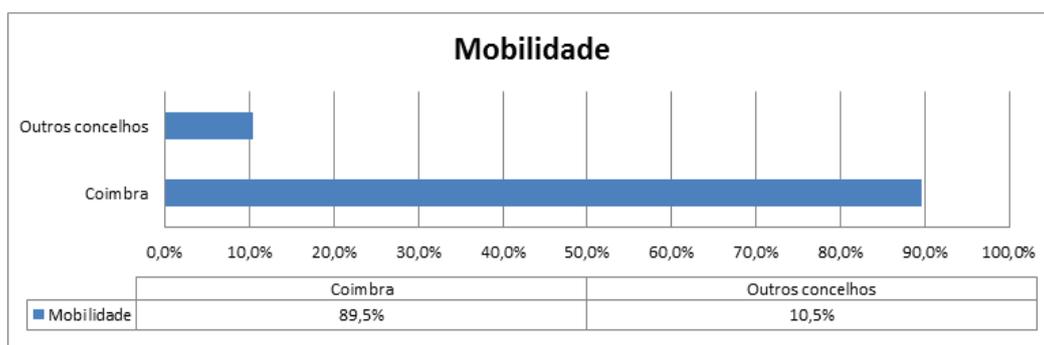
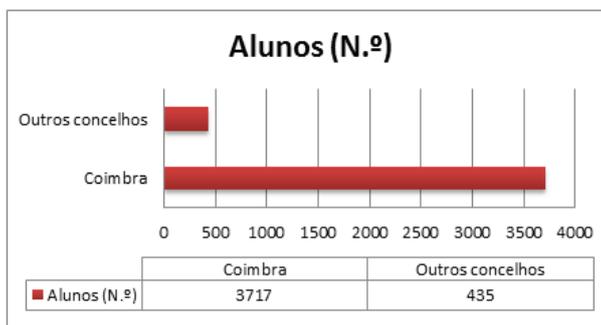
Município de Coimbra (89,5%)		
Freguesia	Alunos (N.º)	%
Santo António dos Olivais	840	22,6%
Eiras	476	12,8%
São Martinho do Bispo	378	10,2%
Santa Clara	217	5,8%
Santa Cruz	141	3,8%
Trouxemil	116	3,1%
Cernache	111	3,0%
Souselas	110	3,0%
São Silvestre	102	2,7%
Almalaguês	97	2,6%
Ceiraira	88	2,4%
São Paulo de Frades	88	2,4%
Lamarosa	77	2,1%
São João do Campo	77	2,1%
Assafarge	74	2,0%
Antanhol	69	1,9%
Sé Nova	69	1,9%
Taveiro	67	1,8%
Brasfemes	63	1,7%
Ribeira de Frades	60	1,6%
Botão	55	1,5%
Torres do Mondego	55	1,5%
Antuzede	45	1,2%
Castelo Viegas	44	1,2%
Torre de Vilela	44	1,2%
Ameal	39	1,0%
São Martinho da Árvore	39	1,0%
Vil de Matos	26	0,7%
Arzila	20	0,5%
São Bartolomeu	18	0,5%
Almedina	12	0,3%
TOTAL	3717	100%



Outros Concelhos (10,5%)		
Concelhos	Alunos (N.º)	%
Condeixa a Nova	132	30,3%
Montemor o Velho	61	14,0%
Mealhada	50	11,5%
Miranda do Corvo	46	10,6%
Penacova	42	9,7%
Lousã	39	9,0%
Cantanhede	17	3,9%
Vila Nova de Poiares	16	3,7%
Soure	15	3,4%
Figueira da Foz	5	1,1%
Penela	5	1,1%
Anadia	3	0,7%
Águeda	1	0,2%
Mira	1	0,2%
Porto	1	0,2%
Tábua	1	0,2%
TOTAL	435	100%



Município de Coimbra		
Concelhos	Alunos (N.º)	%
Coimbra	3717	89,5%
Outros concelhos	435	10,5%
TOTAL	4152	100%



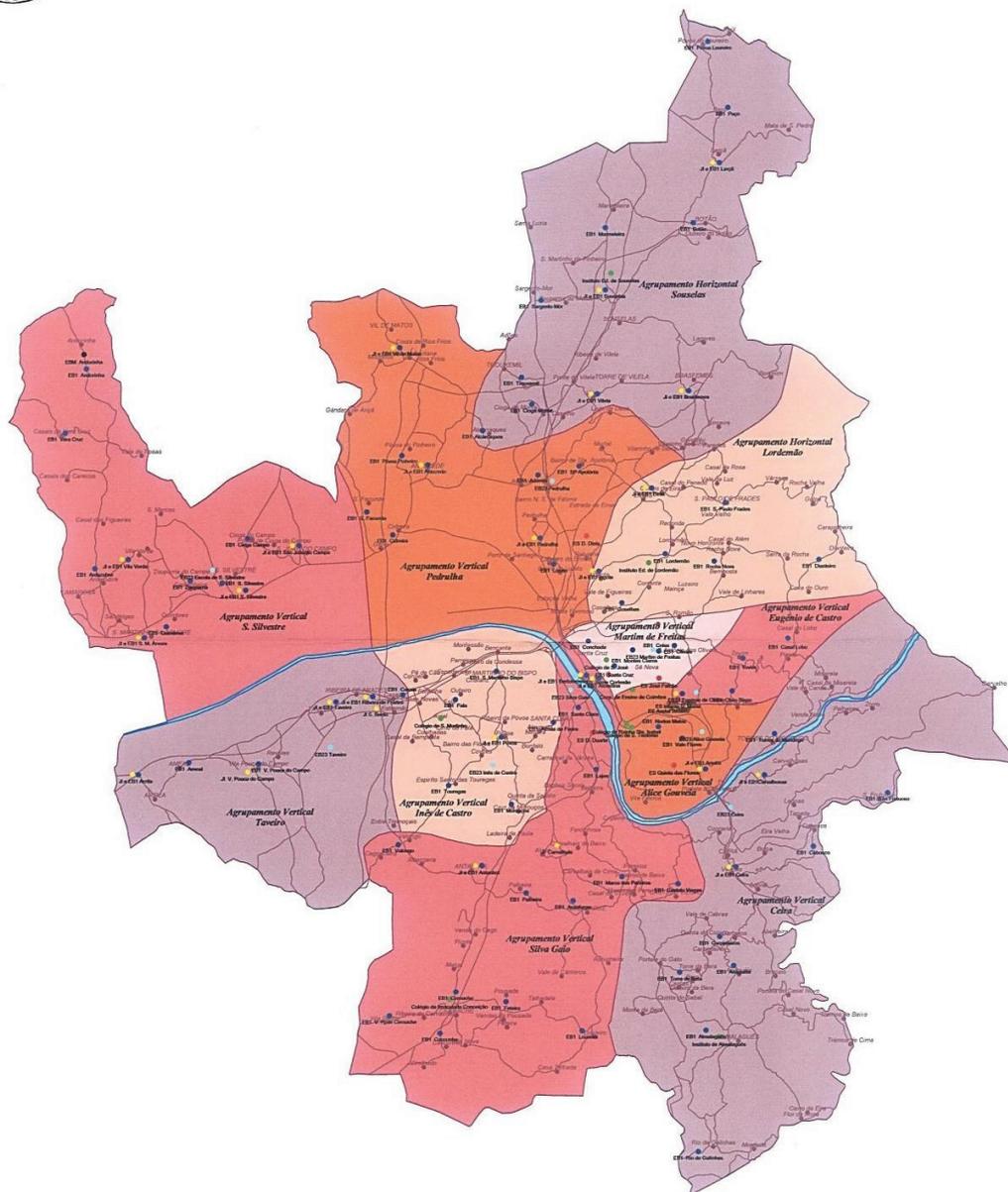
Anexos III

Mapas consultados na CMC



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

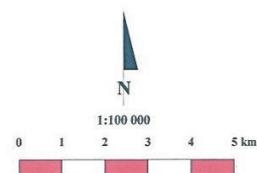
AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS



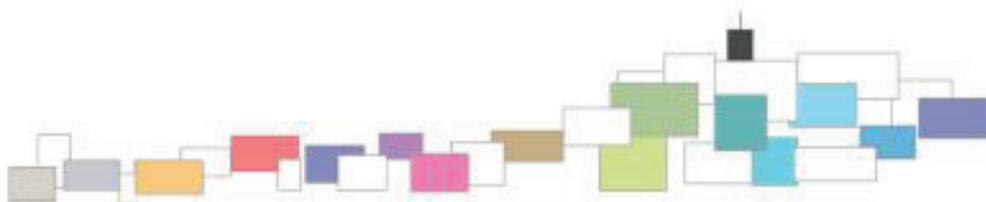
ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO

- Jardim de Infância
- Escola Básica do 1º Ciclo
- Escola Básica do 2º e 3º Ciclo
- Escola Secundária
- Escola Particular com Contrato de Associação
- Posto de Ensino Mediatizado

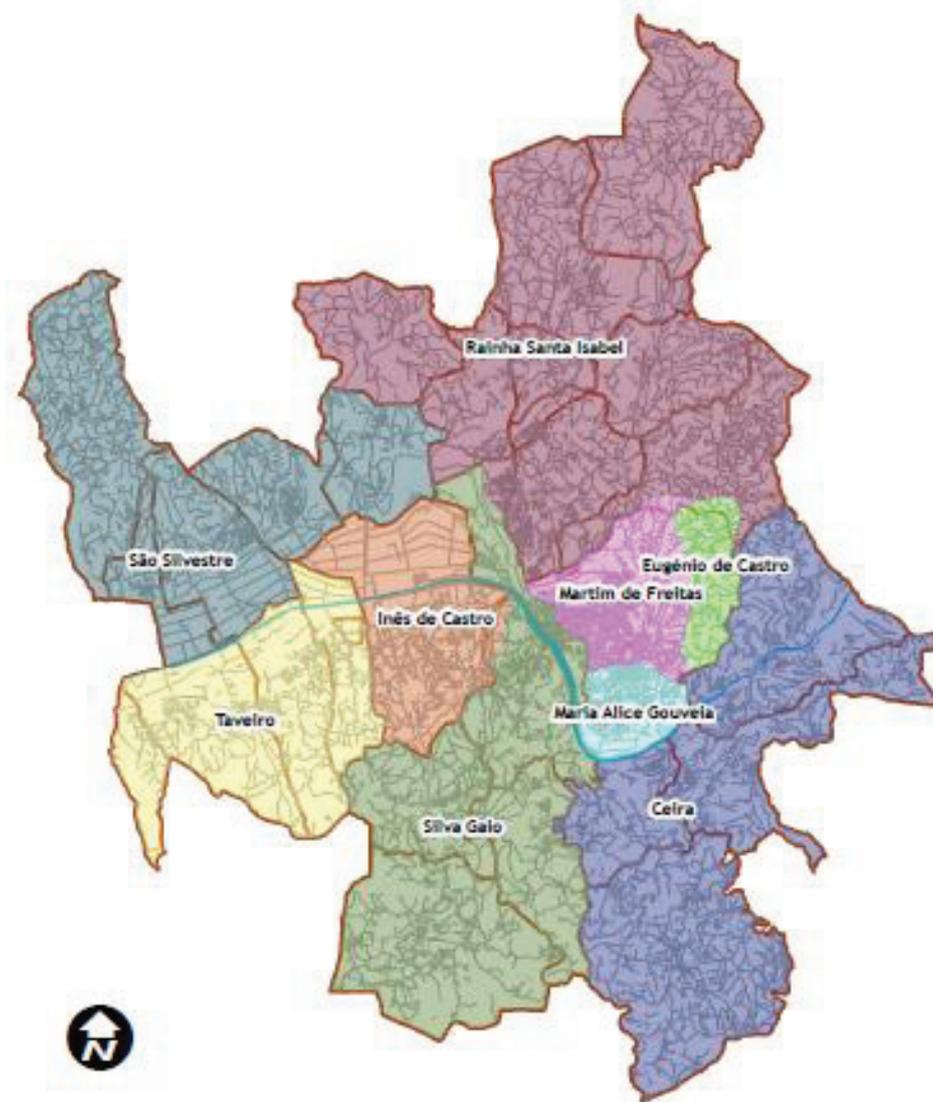
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA / DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



DIVISÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E SOLOS



Agrupamentos



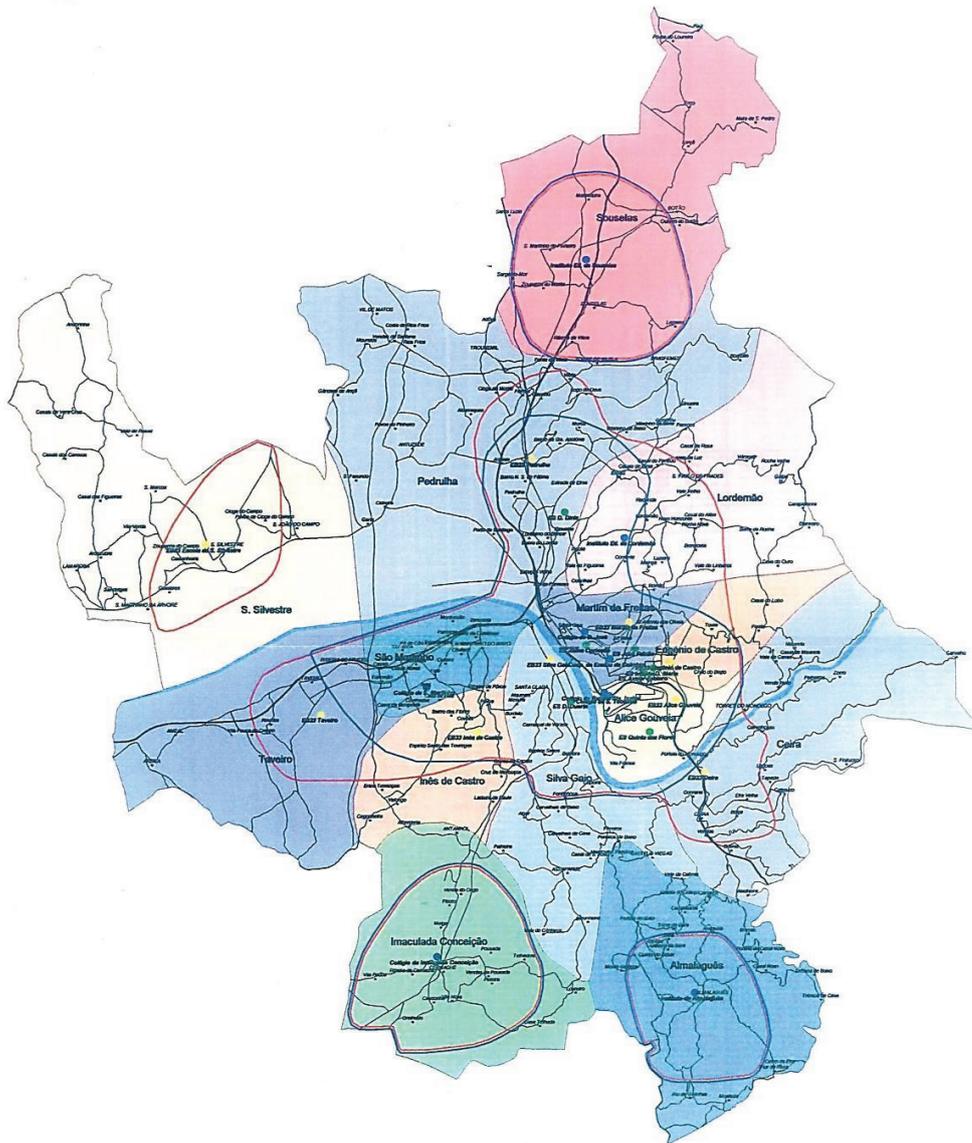
Agrupamentos

 Ceira	 Maria Alice Gouveia	 Silva Galo
 Eugénio de Castro	 Martim de Freitas	 São Silvestre
 Taveiro	 Rainha Santa Isabel	





PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTES ESCOLARES SUBVENCIONADOS



ÁREAS DE RESIDÊNCIA ABRANGIDAS POR TRANSPORTE ESCOLAR SUBVENCIONADO (MAPA 2)

LINHAS DELIMITADORAS DE TRANSPORTE ESCOLAR

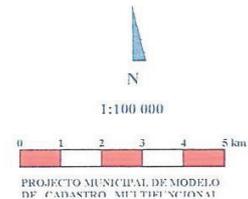
- 5º, 6º, 7º, 8º e 9º Anos
- 10º, 11º e 12º Anos

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

- Escola Básica do 2º e 3º Ciclo
- Escola Secundária
- Escola Particular com Contrato de Associação

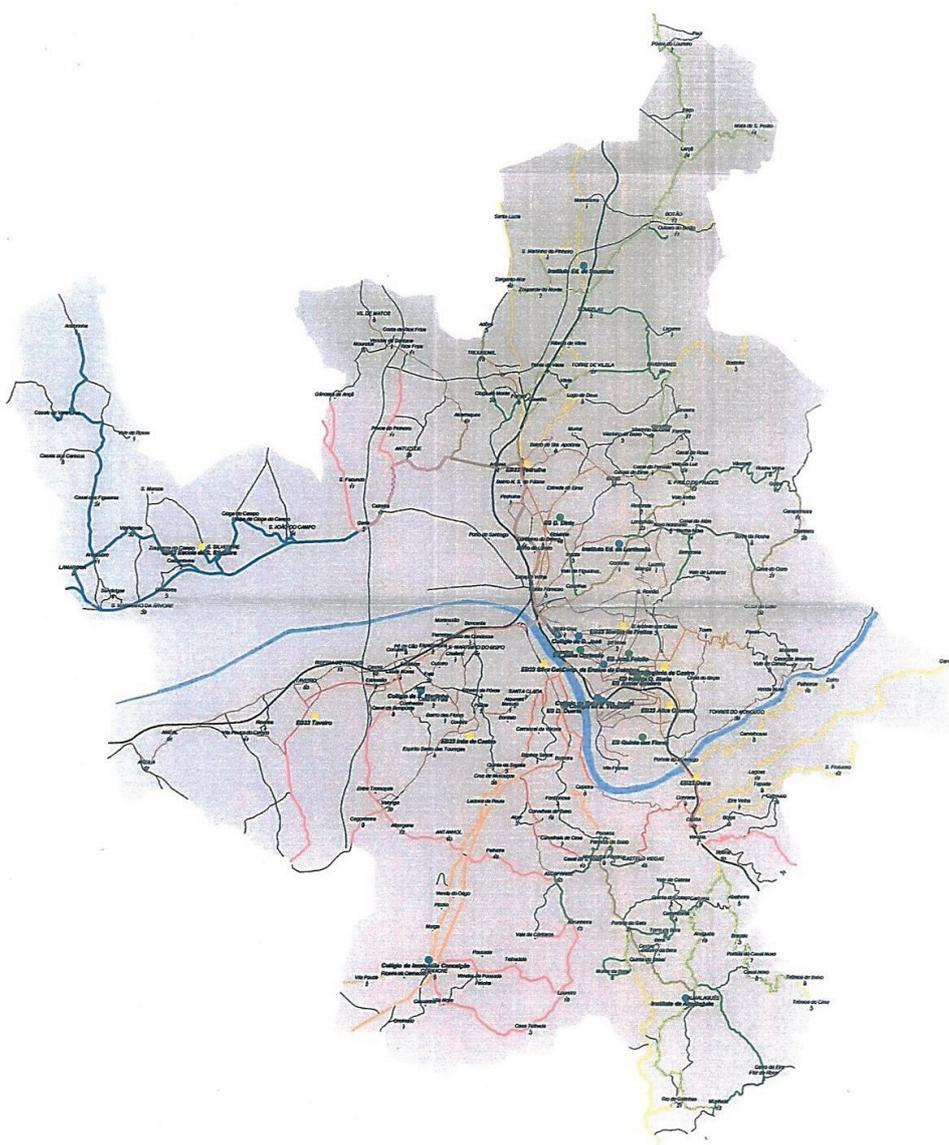
ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS ESCOLAS

- | | |
|---------------------|-------------------|
| Alice Gouveia | Martim de Freitas |
| Almalugós | Pedruha |
| Ceira | S. Silvestre |
| Eugénio de Castro | São Martinho |
| Imaculada Conceição | Silva Gaio |
| Inês de Castro | Souseles |
| Lordemão | Taveiro |





PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTES ESCOLARES SUBVENCIONADOS



REDE DE TRANSPORTES E PROCURA ESTIMADA (MAPA 1)

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

- Escola Básica do 2º e 3º Círculo
- Escola Secundária
- Escola Particular com Contrato de Associação

MEIOS DE TRANSPORTE

- SMTUC
- Rodoviária da Beira Litoral
- Inilítos
- JQALTO / AVIC Mondego
- Moisés Correia de Oliveira
- C. P.

